



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO

Linha de pesquisa: Comportamento ambiental do espaço urbano
e das edificações

Dissertação de Mestrado

PAISAGEM E MORFOLOGIA NA ILHA DE SANTA CATARINA:
Estudo dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo
Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição.

CAROLINA PINTO

Orientador: AYRTON PORTLHO BUENO

Florianópolis
2015

Carolina Pinto

**PAISAGEM E MORFOLOGIA NA ILHA DE SANTA CATARINA:
ESTUDO DOS NÚCLEOS INICIAIS DO RIBEIRÃO DA ILHA,
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA E LAGOA DA CONCEIÇÃO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Ayrton Portilho Bueno

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através
do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Pinto, Carolina

PAISAGEM E MORFOLOGIA NA ILHA DE SANTA CATARINA :
Estudo dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo
Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. / Carolina Pinto ;
orientador, Ayrton Portilho Bueno - Florianópolis, SC, 2015.
167 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Paisagem. 3. Morfologia
urbana. 4. Núcleos iniciais. I. Portilho Bueno, Ayrton.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Carolina Pinto

**PAISAGEM E MORFOLOGIA NA ILHA DE SANTA CATARINA:
Estudo dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo
Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Florianópolis, 15 de junho de 2015.

Prof. Fernando Barth, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Ayrton Portilho Bueno, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Sônia Afonso, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Gilberto Sarkis Yunes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Milena Kanashiro, Dr.^a
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Dedico este trabalho ao Henrique, à Letícia e ao Ricardo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte deste trajeto:

Especialmente ao meu orientador e também amigo Ayrton, o Gato, que soube conduzir o trabalho e me fazer enxergar o que eu precisava compreender nas paisagens analisadas. Seus conhecimentos contribuíram muito para meu amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal.

À minha família pela paciência e por entender minha ausência.

À professora Sônia Afonso, que me ajudou muito a organizar minha pesquisa.

Ao professor Gilberto Sarkis Yunes, que sempre esteve à disposição desde antes de eu entrar no PósARQ.

Ao professor Luiz Eduardo, o Peixe, com suas orientações na banca final.

À professora Milena Kanashiro, que se dispôs à leitura, à viagem e às orientações para a finalização do trabalho.

Aos colegas e professores do PósARQ, pelo companheirismo e qualidade do aprendizado e à secretária Mariany pela disponibilidade e atenção.

À UFSC por sua estrutura e à CAPES pelo apoio financeiro.

A todas as outras pessoas que colaboraram, fica meu muito obrigada!

Um sonho parte de uma vontade individual, mas o caminho para este sonho requer o auxílio de muitas pessoas.

RESUMO

A cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, possui sua maior porção territorial localizada na Ilha de Santa Catarina e uma parte menor que ocupa o continente próximo. A Ilha, conhecida por suas belezas naturais, possui peculiaridades históricas e culturais que destacam-se em sua paisagem. A colonização portuguesa deixou marcas em sua configuração territorial e além da Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje centro da cidade, o interior da Ilha recebeu imigrantes, vindos principalmente das Ilhas dos Açores, com o intuito de ocupar e defender o território. As localidades do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição ainda conservam características da configuração urbanística implantada com base na Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, onde estava determinada a forma com que as novas povoações deveriam ocupar as terras brasileiras. Durante o século XX, o patrimônio edificado foi bastante ameaçado e na década de 1980 o Poder Público iniciou uma tentativa de preservação das edificações e conjuntos com valor histórico para o município, determinando que estes núcleos iniciais fossem caracterizados como Áreas de Preservação Cultural (APC). As localidades passaram a ser percebidas como parte da paisagem histórico-cultural do município. Nesta pesquisa, o processo formador do espaço colonial foi identificado por meio de análises morfológicas e um panorama da atualidade apresentado por meio de imagens com a finalidade de contribuir para a valorização da paisagem e do patrimônio formado pelos conjuntos de edificações remanescentes. Mapas das áreas das APC foram analisados para destacar o traçado urbano, a ocupação, as edificações com valor histórico e a aplicação da legislação vigente. Imagens permitiram observar a composição das edificações antigas e atuais e sua interferência na paisagem. Por fim concluiu-se que os traçados coloniais e a configuração urbanística implantada inicialmente ainda permanecem como elementos fundamentais para a caracterização histórica dos núcleos estudados e, a paisagem formada pelos conjuntos edificados determinou a qualidade visual e a ambiência urbana dos sítios estudados, aqui denominados núcleos iniciais.

Palavras-chave: Paisagem. Morfologia urbana. Núcleos iniciais.

ABSTRACT

The city of Florianópolis, *Santa Catarina*'s state capital, has most of the lands on *Santa Catarina*'s Island and a small part on the continent. The Island is well-known by natural beauty, has historic and cultural peculiarities, which are highlighted by the landscape. The Portuguese colonization left traces over the territorial configuration, and besides *Vila of Nossa Senhora do Desterro* (known today as downtown), the country part of the Island received several immigrants, mostly from the Azores Islands, with the aim of occupying and defending the territory. Localities like *Ribeirão da Ilha*, *Santo Antônio de Lisboa* and *Lagoa da Conceição* still keep the configuration of the Regal Law established in August 9th of 1747, that determinate the occupation form of the Brazilian lands. During the XX century, the built heritage was quite threatened and since 1980, Public Administration began to preserve municipal historic edifications and sets and categorize those sites as Cultural Preservation Areas (APC). Sites are perceived as part of the historic and cultural landscape of the city. The former process of the colonial space is identified in this research through urban morphology analysis, and a current panorama is presented through images for the purpose of enhancement of the landscape and heritage remaining sets. Maps of the APC were analyzed to enhance the urban plan, occupation, historic edifications and the actual urban law. Images show the composition between the old and recent edifications and its landscape interference. At last, it is concluded that the colonial plan and the urban configuration initially deployed steel keeps fundamental elements to the historic characterization of the studied sites, the landscape formed by edification sets define visual quality and urban ambience enhances the occupation of the sites, known in this research as initial cores.

Key-words: Landscape. Urban Morphology. Initial Cores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa da Ilha de Santa Catarina.....	28
Figura 02 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.....	29
Figura 03 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.....	29
Figura 04 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.....	29
Figura 05 - Mapa de 1616 da cidade de Salvador, BA.	56
Figura 06 - Vista da cidade de Salvador, BA.....	57
Figura 07 - Planta de situação da cidade de Lisboa, Portugal.....	57
Figura 08 - Vista de Lisboa, Portugal.....	58
Figura 09 - Mapa de São Tomé, São Tomé e Príncipe.....	61
Figura 10 - Mapa de Ribeira Grande, Cabo Verde.....	62
Figura 11 - Edificação na Ilha de Santa Maria, Açores.....	65
Figura 12 - Edificação na Ilha de Santa Maria, Açores	65
Figura 13 - Edificação na Ilha de Santa Maria, Açores.....	65
Figura 14 - Detalhe do beirado de telhado com beira-seveira e pombinha.....	65
Figura 15 - Fortaleza de santa Cruz de Anhatomirim.....	77
Figura 16 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa.....	78
Figura 17 - Fortaleza de Santo Antônio.....	78
Figura 18 - Forte de Nossa Senhora da Conceição.....	78
Figura 19 - Mapa da Ilha de Santa Catarina.....	80
Figura 20 - Bairro do Ribeirão da Ilha com APC em destaque.....	90
Figura 21 - Vista aérea da área de estudo no Ribeirão da Ilha.....	91
Figura 22- Designação de ruas no Ribeirão da Ilha	92
Figura 23 - Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação da APC.....	95
Figura 24- Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a marcação das quadras coloniais.....	96
Figura 25 - Dimensão dos lotes em parte da área de estudo do Ribeirão da Ilha.....	97
Figura 26 - Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação de edificações de valor histórico....	98
Figura 27 - Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação de cheios e vazios.....	99

Figura 28 - Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a marcação da Lei 482/14 PMF.....	100
Figura 29 - Conjunto de residências coloniais no Ribeirão da Ilha.....	102
Figura 30 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.....	103
Figura 31 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.....	103
Figura 32 - Visão geral da Praça Hermínio Silva com a Igreja ao fundo, Ribeirão da Ilha.....	103
Figura 33 - Conjuntos de edificações no Ribeirão da Ilha.....	104
Figura 34 - Edificações no Ribeirão da Ilha.....	104
Figura 35 - Edificações mais recentes no Ribeirão da Ilha..	105
Figura 36 - Visão da baía a partir do adro da Igreja, Ribeirão da Ilha.....	105
Figura 37 - Visão da baía do Ribeirão da Ilha.....	105
Figura 38- Perfil do Ribeirão da Ilha.....	106
Figura 39- Bairro de Santo Antônio de Lisboa com a APC em destaque.....	108
Figura 40 - Vista aérea de Santo Antônio de Lisboa.....	110
Figura 41 - Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a identificação da APC.....	111
Figura 42- Designação de ruas em Santo Antônio de Lisboa.....	112
Figura 43 - Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a marcação das quadras coloniais.....	113
Figura 44 - Dimensão dos lotes em parte da área de estudo em Santo Antônio de Lisboa.....	114
Figura 45 - Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a identificação de edificações de valor histórico	115
Figura 46 - Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a identificação de cheios e vazios.....	116
Figura 47 - Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a marcação da Lei 482/14 PMF.....	117
Figura 48 - Conjunto de edificações coloniais e a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.....	120
Figura 49 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.....	120
Figura 50 - Interior da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.....	120

Figura 51 - Visão geral da praça Getúlio Vargas a partir do adro da Igreja, Santo Antônio de Lisboa.....	120
Figura 52 - Edificação em Santo Antônio de Lisboa.....	121
Figura 53 - Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa.....	121
Figura 54 - Placa na Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa.....	121
Figura 55 - Conjuntos de edificações, Santo Antônio de Lisboa.....	123
Figura 56 - Vista da baía em Santo Antônio de Lisboa.....	123
Figura 57- Perfil do terreno em Santo Antônio de Lisboa.....	123
Figura 58- Bairro da Lagoa da Conceição com APC em destaque.....	126
Figura 59- Vista aérea da Lagoa da Conceição.....	127
Figura 60- Designação de ruas na Lagoa da Conceição.....	128
Figura 61 - Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação da APC.....	129
Figura 62 - Área de estudo na Lagoa da Conceição com a marcação da quadras coloniais.....	130
Figura 63 - Dimensão de lotes em parte da área de estudo, Lagoa da Conceição.....	131
Figura 64 - Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação de cheios e vazios.....	132
Figura 65 - Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação de edificações de valor histórico....	133
Figura 66 - Área de estudo na Lagoa da Conceição com a marcação da Lei 482/2014 PMF.....	134
Figura 67 - Igreja Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.....	136
Figura 68 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.....	136
Figura 69 - Teatro do Divino Espírito Santo, Lagoa da Conceição.....	136
Figura 70 - Cruzeiro em frente à Igreja, Lagoa da Conceição.....	136
Figura 71 - Antiga casa do Vigário, Lagoa da Conceição.....	136
Figura 72 - Sobrado ao pé da ladeira que leva à Igreja, Lagoa da Conceição.....	137
Figura 73 - Ladeira em pedra que leva à Igreja, Lagoa da Conceição.....	137
Figura 74 - Conjunto de edificações com valor histórico, Lagoa da Conceição.....	138

Figura 75 - Vista a partir do adro da igreja, Lagoa da Conceição.....	138
Figura 76- Perfil do terreno na Lagoa da Conceição.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Quadro síntese.....	139
------------	---------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC - Área Mista Central

APC - Área de Preservação Cultural

APL - Área de Preservação com Uso Limitado

APP - Área de Preservação Permanente

ARP - Área Residencial Predominante

ATR - Área Turística Residencial

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	OBJETIVOS	31
1.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO... ..	31
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	35
2.1	ESPAÇO E TERRITÓRIO.....	35
2.2	PAISAGEM.....	37
2.2.1	Paisagem Cultural	38
2.2.2	Patrimônio, Turismo e Paisagem Turística	40
2.3	MORFOLOGIA URBANA.....	42
2.3.1	Forma Urbana	45
2.3.2	Percepção da Forma Urbana	46
3	ORIGENS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL	55
3.1	A Forma da Cidade Portuguesa	59
3.2	As edificações do período colonial na Ilha de Santa Catarina.....	63
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
5	A ILHA DE SANTA CATARINA E OS SÍTIOS ESTUDADOS	75
5.1	ASPECTOS HISTÓRICOS	75
5.2	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (APC)	82
5.2.1	Legislação	83
6	ANÁLISE DA PAISAGEM NOS NÚCLEOS INICIAIS	89
6.1	RIBEIRÃO DA ILHA	89
6.1.1	Análise do traçado urbano	94
6.1.2	Análise visual e estética das edificações	101
6.2	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	107
6.2.1	Análise do traçado urbano	109
6.2.2	Análise visual e estética das edificações	118
6.3	LAGOA DA CONCEIÇÃO	124
6.3.1	Análise morfológica do traçado urbano	127
6.3.2	Análise visual e estética das edificações	135
6.4	QUADRO SÍNTESE	139
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
	APÊNDICE A	165
	ANEXO A	167

Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo António de Lisboa.



1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

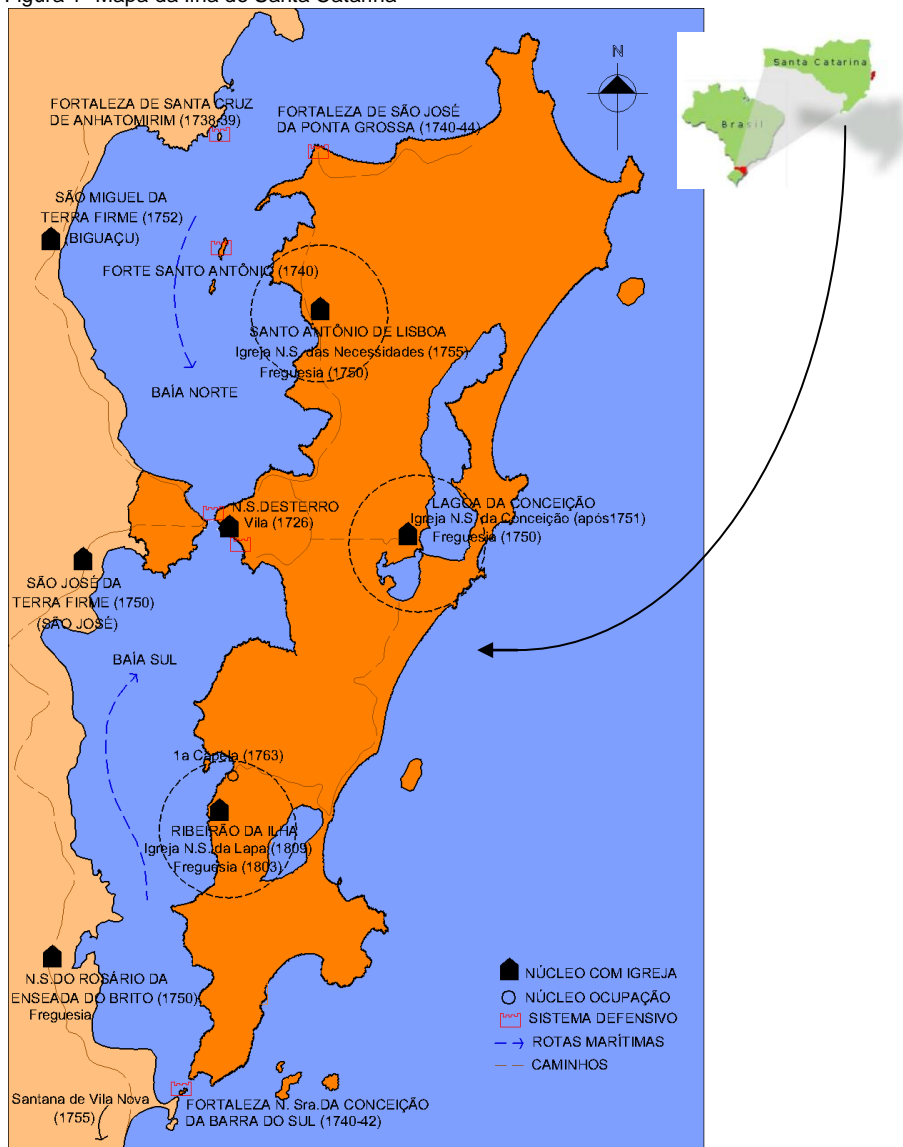
A colonização portuguesa na Ilha de Santa Catarina deixou marcas em sua configuração urbana. A vinda de imigrantes açorianos acelerou o desenvolvimento de núcleos para assentamento da população e algumas localidades ainda conservam as características de sua implantação no século XVIII. A intervenção humana nas terras da Ilha de Santa Catarina deu-se, de forma mais intensa, a partir da criação da Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1726 e da chegada dos imigrantes vindos principalmente das Ilhas dos Açores entre 1748 e 1756.

Após o estabelecimento da Vila de Nossa Senhora do Desterro (hoje centro da cidade) o restante da ilha também foi ocupado visando a proteção e expansão da população (figura 01). As localidades (nesta pesquisa estão denominadas como núcleos iniciais) do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição foram os primeiros assentamentos no interior da ilha. Estes locais são exemplos que ainda hoje guardam vestígios da arquitetura colonial e onde pode-se encontrar a configuração urbanística implantada por Provisão Régia, estabelecida em 9 de agosto de 1747. Esta lei determinava a forma do assentamento para a organização de novas localidades, tendo a Igreja e ruas dispostas de forma a enaltecer a religiosidade, que é um traço marcante da colonização portuguesa.

As paisagens formadas representam conjuntos com valores históricos e estéticos muito significativos para a cidade de Florianópolis e que atualmente tem no turismo um dos alicerces da economia local. Para Maria da Glória Lanci da Silva “cidades turísticas são mais valorizadas quando associadas a paisagens e situações geográficas naturais específicas, como praia e montanha, constituindo aspectos pitorescos e mais facilmente identificados pelo mercado” (SILVA, 2004, p. 22). A modificação dos usos dos espaços, a especulação imobiliária e a dificuldade de manutenção de edificações com valor histórico por parte de antigos proprietários, faz com que a permanência do passado fique ameaçada. O registro da situação atual faz-se necessário na medida em que é crescente a valorização destas paisagens e a identificação de um passado histórico com a formação inicial da cidade. Apesar da legislação classificar estes

locais como Área de Preservação Cultural (APC), poucas são as ações que efetivamente protegem a paisagem.

Figura 1- Mapa da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 2- Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2009.

Figura 3- Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2013.

Figura 4- Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.



Fonte: Autoria própria, 2009.

Nos locais onde foram implantadas as primeiras povoações pode-se observar a semelhança em seus sítios, pois estes guardam relações entre a natureza e sua localização, o que é uma característica das cidades portuguesas - as Igrejas (figuras 02, 03 e 04) foram estabelecidas em terrenos altos, que asseguravam boa visibilidade por parte tanto de quem encontrava-se em terra, como também pelos visitantes que vinham pelo mar. "A relação com a natureza sempre esteve presente de forma predominante em sua paisagem quando equiparada à ocupação e exploração humana" (YUNES, 2012, p. 129). Estes locais onde os colonos portugueses fundaram suas vilas, possuem como marcos visuais e pano de fundo a relevo em aclave e a vegetação nativa.

A compreensão da paisagem faz-se por meio da percepção dos seus elementos morfológicos organizados entre si. É por meio da percepção e estruturação de formas de distintas dimensões e naturezas que compreende-se uma paisagem, assim como suas relações espaciais, funcionais e de vivência. Percebe-se, assim, que existe uma grande interdependência entre as diversas dimensões da paisagem e, por conseguinte, entre seus elementos. (TARDIN, 2010).

Para a morfologia urbana, a análise urbanística e arquitetônica possui instrumentos de leitura próprios, o que, segundo Lamas (2014), implica em aceitar que a construção do espaço físico passa necessariamente pela arquitetura. Então a forma urbana pode ser analisada como um conjunto de objetos arquitetônicos ligados entre si por relações espaciais. Para Lamas (2014, p.41) "a arquitetura será assim a chave da interpretação correta e global da cidade como estrutura espacial".

A metodologia utilizada para fazer as leituras espaciais dos sítios foi a de análise de mapas e imagens, além de pesquisa in loco. Por meio das análises dos mapas ficou evidenciado o traçado colonial e a ocupação posterior nos núcleos, a quantidade de edificações que ainda preservam algum valor histórico, seja por sua idade ou manutenção de características arquitetônicas do período em que foram construídas. Também buscou-se analisar a legislação em vigor e a ocupação atual dos lotes com mapas de cheios e vazios. A análise visual do local permite perceber diretamente os atributos estéticos e históricos que os locais apresentam. A preservação dos elementos que caracterizam estas paisagens e a relação

entre os elementos naturais e construídos são fatores fundamentais para a valorização da qualidade da paisagem formada nos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição.

1.1 OBJETIVOS

Os sítios estudados têm encontrado certa valorização de seu patrimônio histórico principalmente a partir do último quarto do século XX, mas apesar da existência de legislação municipal, esta possui indefinições que levam a interpretações diversas, o que pode resultar em ameaças e transformações indesejadas pela falta de critérios urbano-arquitetônicos e paisagísticos.

O objetivo geral deste trabalho é compreender o caráter histórico dos três núcleos iniciais mais antigos da Ilha de Santa Catarina por meio de análise morfológica e visual para contribuir na valorização da paisagem e do patrimônio remanescente.

Os objetivos específicos são:

- Compreender o caráter diferenciado dos espaços dos núcleos iniciais e sua importância para a identidade dos bairros e da cidade por meio da análise da configuração espacial formada pela lei que lhes deu origem (Provisão Régia);
- Evidenciar o processo formador do espaço colonial e seu desenvolvimento até a atualidade por meio da identificação dos elementos da paisagem inicial e suas transformações;
- Descrever os elementos físicos e perceptivos da paisagem que colaboram com seu caráter histórico e que ainda permanecem na composição do espaço.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO

A pesquisa trata de estudos de caso dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. A estrutura desta pesquisa inicia com uma revisão bibliográfica sobre os conceitos dos termos espaço, território e paisagem, bem como os de morfologia urbana e forma urbana. O termo paisagem é abordado também nas áreas de paisagem cultural e turismo. Segue com um aprofundamento nos conceitos

de percepção visual e estética para compreender as imagens formadas pelos conjuntos.

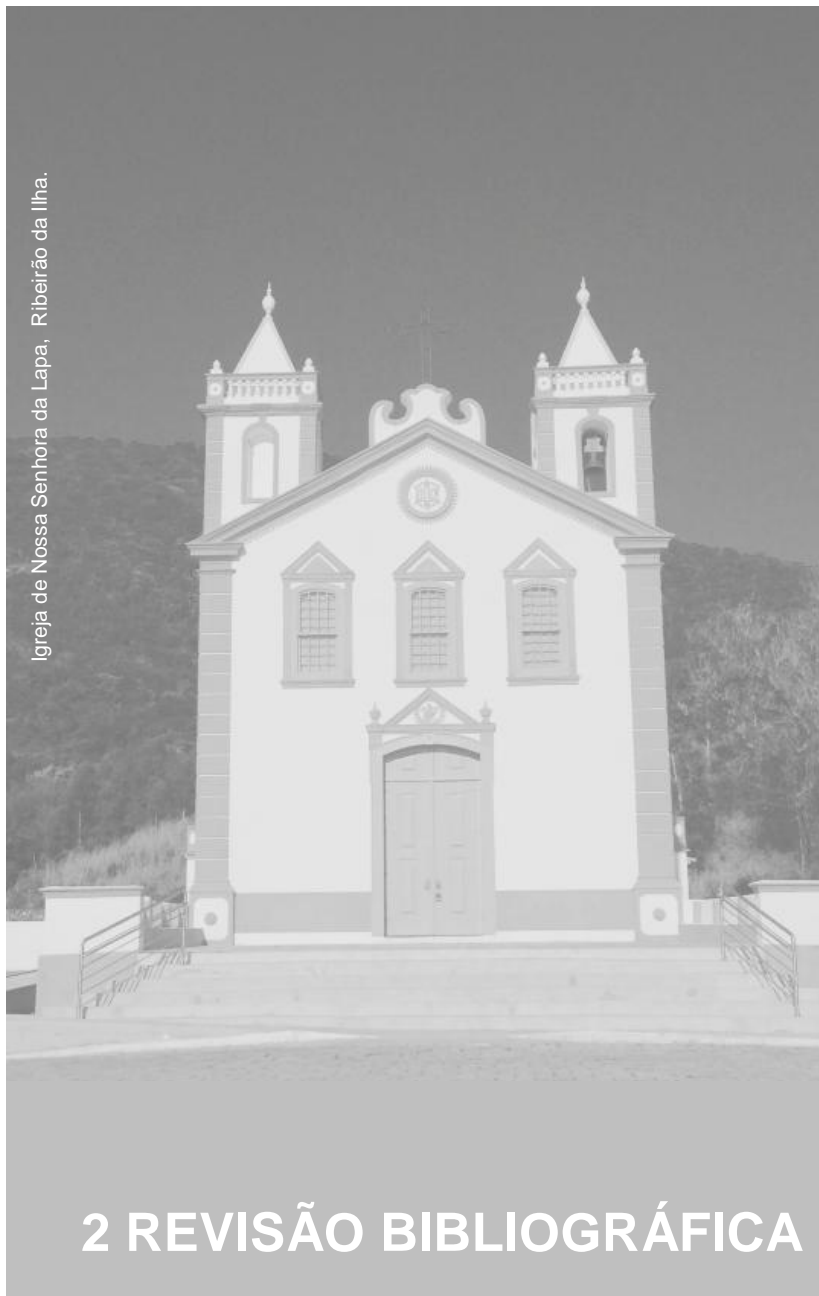
Neste ponto torna-se importante investigar o contexto da formação dos primeiros núcleos urbanos no Brasil, para isto buscou-se referências na capital do Reino: Portugal. Os estudos sobre a forma da cidade portuguesa no Brasil e em outras colônias são fundamentais para a análise da implantação dos núcleos iniciais, da escolha dos sítios, da urbanização e da arquitetura. O trabalho segue com um breve estudo sobre as edificações construídas no período colonial e suas características arquitetônicas e estéticas.

Após esta etapa são descritos os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento das leituras dos sítios selecionados.

A pesquisa analisa a ocupação da Ilha de Santa Catarina por meio de bases cartográficas e visuais dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. Para análise cartográfica, leituras foram elaboradas sobre os mapas do Plano Diretor da cidade de Florianópolis e Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que forneceram dados como: legislação, lotes, edificações, sistema viário, bairros. Por meio da pesquisa in loco puderam ser identificados outros pontos relevantes como as edificações que ainda guardam algum valor histórico, principalmente por sua arquitetura, sua permanência, seu estado de conservação, sua proporção e harmonia dos conjuntos urbanos e os volumes resultantes. Após a elaboração dos mapas foram aplicados os conceitos apreendidos nas revisões bibliográficas para análises morfológicas e estéticas dos núcleos.

Como conclusão do trabalho são apresentadas as características morfológicas e perceptivas/visuais que estabelecem a ambiência urbana e arquitetônica das localidades e a representação destes itens para a identidade dos núcleos e qualidade da paisagem.

Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.



2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para embasar os estudos, faz-se necessário conceituar espaço, território e paisagem. Como são conceitos que permitem amplos significados em diversos campos de conhecimento, o foco da pesquisa será uma abordagem contemporânea para compreender a espacialidade dos núcleos iniciais e sua interferência no território gerador da paisagem colonial. Espaço, território e paisagem, são conceitos distintos, mas possuem muitas conexões, por isso busca-se referência na abordagem morfológica da urbanização e da paisagem para efetuar as análises destes locais.

2.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO

Para o geógrafo Milton Santos o espaço é o resultado das ações do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais pois o espaço contém o movimento, o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente, a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade (SANTOS, 2014). O espaço, enquanto união do território com a paisagem e a sociedade, é um sistema de objetos e ações, que dependem do ser humano para ocorrer. Dependendo dos aspectos culturais e econômicos, estas ações podem intensificar as transformações do espaço, pois a relação entre a sociedade e o espaço geográfico é dinâmica. O espaço só existe a partir da condição humana de transformar o ambiente. O espaço interagindo com o suporte fisiográfico pode ser categorizado em relação à sua estrutura, processo, função e forma, mas o espaço não pode ser dissociado da dimensão do tempo. O espaço colonial no Brasil só constitui-se a partir da chegada dos europeus, ainda que populações ameríndias já ocupassem o território. Na Ilha de Santa Catarina, o contato entre os europeus e índios ocorre muito brevemente nas primeiras expedições logo após o descobrimento. Na época da colonização luso-açoriana (a partir de 1748) as populações indígenas já haviam abandonado as terras e a ocupação do espaço dá-se efetivamente com o planejamento da ocupação do território implantado pela Coroa Portuguesa.

Lamas (2014) coloca que o território é o suporte das formas urbanas. Para ele território designa a extensão da superfície terrestre na qual vive um grupo humano. Portanto território também tem sua construção simbólica quando cria um vínculo com a identidade do ator que o modifica.

Território é um termo usado para descrever uma porção de terra que é a porção física do ambiente e pressupõe que está controlado por alguém ou pelo Estado. Mas território também "pode também ser entendido como o espaço conformado pelos humanos percebido em termos de paisagem" (BUENO, 2006, pp.32-33). O território forma-se a partir do espaço, este enquanto apropriação de alguém que o modifica. Schlee (2009) afirma que o território apoia-se no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. A noção de território introduz, assim, a dimensão simbólica, que situa-se na base dessa construção. O território é então determinado a partir de relações entre o espaço vivido, as pessoas e a construção de um mundo em comum através do tempo.

As dimensões sociais do território podem ser abordadas para compreender o valor do território humano e social em que as pessoas vivem e intervêm. O território tem um espaço físico delimitado, com significados psicológicos e culturais, é um lugar socializado onde suas características físicas e os aspectos culturais que lhe são atribuídos combinam-se em um único sistema (SCHLEE et al., 2009).

Santos (2014) adota um conceito mais abrangente: o de configuração territorial, que é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele, sejam objetos naturais ou artificiais. Para este autor o natural e o artificial estão mesclados na natureza e para descobrir se um objeto é natural ou artificial implica em compreender sua história. Este sistema de elementos naturais e artificiais forma a configuração territorial e isto confunde-se com o próprio território de um país. Para Santos (2014) a configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível e o espaço é o resultado de uma união entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.

O território brasileiro no período colonial representa o poder e domínio do Novo Mundo. Portugueses e espanhóis disputam terras no Sul do Brasil para o controle do território. O território ganha significado a partir de sua ocupação e dos

valores a ele atribuídos. O território guarda também, além de sua porção de terra, as marcas antrópicas e pode ser analisado através do tempo. A união de território e espaço contribui para a formação da paisagem.

2.2 PAISAGEM

O conceito de paisagem apresenta diversos significados para a arquitetura, para a geografia, para o turismo e outras disciplinas que interpretam suas variações, mas apesar de ser um termo bastante utilizado, há necessidade de direcionamento de sua abordagem para o objeto de estudo. Nesta pesquisa, além do conceito de paisagem, a análise também trata das categorias de paisagem cultural e paisagem turística.

Para Milton Santos (2014) a paisagem é tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança e sua dimensão é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Depende do local onde estamos e depende principalmente do homem que a está visualizando, para ele a apreensão da paisagem é feita de forma seletiva, pois cada indivíduo a compreende de acordo com sua percepção. A paisagem possui conceitos abstratos que podem passar despercebidos para um observador comum.

Milton Santos considera que a paisagem “é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor utilidade, ou por qualquer outro critério” (SANTOS, 2014, p.71). Logo podemos observar que a paisagem inclui a intervenção humana como um de seus elementos formadores além da própria natureza.

Bertrand coloca que:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p.141).

A paisagem também possui conexões entre os fenômenos que a produzem. Para Sauer (2004, p. 17) “os

fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes”. No Brasil, a própria lógica da ocupação das terras pelos portugueses possui intensas conexões com a cultura de seus colonizadores que aqui tentam reproduzir a sua paisagem de origem. Mas como coloca também Sauer (2004, p. 24) “toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem”. As diferenças encontradas entre os locais acabam também valorizando a identidade de cada um e ressaltando suas particularidades.

Mas paisagem possui outros aspectos e sentidos além do visual: a intervenção humana deixa marcas na paisagem. Para Giuliana Andreotti a paisagem marca o homem pelo qual é marcada, reflete-o, dele é sua história. Para a autora o valor de uma paisagem deve ser dado pelo espírito do lugar, uma aura que se cria no curso dos séculos, pois o grande problema da paisagem e da cultura é conciliar o passado, sua tradição, com o presente e o futuro (ANDREOTTI, 2012). Para Maria Angela Faggin P. Leite “a paisagem não apenas abriga muitas histórias, como é, ela mesma, um processo e uma representação, mutável e acidentada, que engendra muitas histórias” (LEITE, 2011, p. 73). Leite (2011) ainda conclui que a transformação da paisagem é a própria história de seu uso, a conferir-lhe identidade e significado.

A paisagem é um sistema dinâmico e possui uma estrutura espacial. A natureza contribui com uma infraestrutura que, apesar do homem, permanece. Os limites naturais são muito estáveis (BOBEK e SCHMITUSEN, 2004). O homem quando participa da paisagem a transforma criando a paisagem cultural.

2.2.1 Paisagem Cultural

Nos diversos olhares existentes sobre a paisagem, o termo paisagem cultural é conceituado como fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço. A ideia de paisagem cultural é colocada por Ribeiro (2007) como intimamente ligada à geografia, tanto que, nesta disciplina, confunde-se com o próprio termo paisagem. Para Sauer (2014) a geografia baseia-se na união dos elementos físicos e culturais da paisagem e seu

conteúdo é encontrado nas qualidades da área que sejam importantes para o ser humano, na forma de uso, na sua base física e nos fatos da sua cultura. A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural.

As ações do homem se expressam por si mesmo na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas se derivam em cada caso da paisagem natural, com o homem e expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação.(...) A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas. (...) A divisão de formas em naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância da área e o caráter da atividade humana. (SAUER, 2014,p. 43)

Paisagem Cultural é um termo que começou a ganhar relevância a partir da Convenção Internacional da UNESCO em Paris. Segundo as linhas gerais da Convenção aprovada em 1972, “esses bens poderiam então ser inventariados e classificados para inscrição de duas maneiras diferentes a partir do valor a eles atribuídos: como patrimônio natural ou como patrimônio cultural” (RIBEIRO, 2007, p.35). Antes disto, para a Carta de Atenas de 1931, sítios já começavam a ter relevância como conjuntos. A Carta de Veneza de 1964, em seu Artigo 1º, define que além dos monumentos isolados, os sítios também dão testemunho da evolução de uma civilização e até de acontecimentos históricos, e não somente as grandes criações, como também as obras mais simples, mas que guardam, através do tempo, uma significação cultural, com a finalidade de um testemunho histórico. Na Recomendação de Paris, 1972, ainda não há uma definição para o conceito de paisagem, mas procura-se proteger a beleza e caráter das paisagens e sítios recomendando “a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos” (IPHAN, 2004, p. 83).

A partir da Convenção Europeia da Paisagem no ano 2000, paisagem passa a ter atributos sociais, econômicos, entre

outros, e “é considerada um bem cultural que possui identidade com valores intrínsecos relacionados aos processos naturais e culturais que lhe deram origem, sendo passíveis de preservação.” (PESSOTTI, 2011, p. 111).

No Brasil a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural de 2007, define o termo Paisagem Cultural em seu o artigo 2º :

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais; (IPHAN, 2007).

Após a Carta de Bagé, o IPHAN em 2009 com o intuito de valorizar a relação harmônica da população brasileira com a natureza e o território, estabelece com a Portaria 127, em seu artigo 1º que “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009). Logo, no Brasil, concordando com as palavras de PESSOTTI (2011, p. 112) “a paisagem é um dos elementos que constituem o patrimônio ambiental urbano, podendo a ela ser atribuído um significado cultural.”

O patrimônio fornece aos visitantes informações importantes sobre a herança cultural dos locais e também encontra novos usos para os edifícios do passado. As paisagens possuem significados simbólicos, porque são produzidas a partir da apropriação e transformação do meio-ambiente pelo homem. Assim, estes elementos integram o presente em um novo contexto cultural, ao mesmo tempo em que preservam-se características arquitetônicas de outro período histórico, permanecem vivos os sinais da cultura de um povo.

2.2.2 Patrimônio, Turismo e Paisagem Turística

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-Lei 25 de 1937 e o tombamento de edificações e cidades com valor histórico, a visitação de obras arquitetônicas torna-se objeto de interesse

turístico a partir da década de 1960, impulsionado pela melhoria dos acessos rodoviários. Para Silva (2004), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) em 1973, que foi criado a partir de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para promover o desenvolvimento do turismo histórico no Nordeste, acaba por incentivar uma série de projetos de restauração das cidades coloniais ao adaptar as reformas físicas dos edifícios aos novos usos exigidos pela atividade turística (SILVA, 2004). Em Florianópolis o tombamento em nível federal em 1938 das Fortalezas localizadas na baía norte (Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio) permitiu a captação de recursos e restauro das mesmas e hoje elas encontram-se consolidadas como marcos no patrimônio turístico-cultural da Ilha de Santa Catarina. Já as igrejas dos núcleos estudados são tombadas em nível estadual desde 1975 e encontram-se restauradas marcando os espaços coloniais.

Para Dias (2006, p.1):

A atividade turística tem natureza fundamentalmente cultural, pois se trata de um processo de interações contínuas entre comunidades diferentes que ocupam espaços distintos socialmente construídos e que, por apresentar essa diversidade, tornam-se atraentes para o conhecimento do outro — o turista, aquele que viaja para conhecer novos locais, para descansar, para espairar em um ambiente diferente daquele onde tem sua moradia.

O turismo está associado à cultura, hoje em dia a diversidade cultural é o ingrediente principal para o desenvolvimento desse setor, a ponto de, em muitas regiões, o turismo tornar-se a principal atividade econômica, responsável pela geração de emprego e de renda. O turismo é uma atividade que consegue envolver vários aspectos da existência humana e o seu entorno natural, bem como consegue transformar em produto comercializável tanto os recursos naturais como o patrimônio cultural tangível e intangível. Paisagens, mitos, lendas, música e história, entre outros, são recursos que o turismo valoriza e que dispõe a um mercado consumidor. Por

valorizar a produção material e intangível do ser humano como contribuição concreta para o desenvolvimento socioeconômico, o turismo torna-se um importante aliado para a permanência e para o enriquecimento da diversidade cultural do homem (DIAS, 2006).

A localidade turística pode ser considerada subjetivamente pelos turistas como um produto a ser consumido em sua totalidade, em que inserem-se tanto os recursos naturais como os culturais, a hospitalidade, os espaços públicos, a sinalização, a informação, a infraestrutura básica, os equipamentos e os serviços turísticos.

O turismo também pode colaborar com a preservação do patrimônio, na medida que promove a conservação de monumentos e paisagens. A valorização da cultura, por meio de tombamentos e criação de áreas de preservação cultural, incentivou o interesse das pessoas em conhecer seu passado histórico e o turismo cultural assume um papel educativo, pelo qual amplia-se e consolida-se um conhecimento construído em “processo complexo, que tem seu ponto culminante no contato direto do indivíduo com seu interesse particular, seja ele um sítio arqueológico, um museu, um monumento histórico, etc.” (DIAS, 2006, p.36). O turismo então qualifica-se como uma forma de acesso à cultura, e esta também atrai o turismo. O turismo aliado à cultura pode colaborar com a preservação da paisagem.

2.3 MORFOLOGIA URBANA

Conforme colocado anteriormente, paisagem é um conceito que engloba diversas áreas de conhecimento e assim também ocorre com a morfologia urbana, onde não se pode dissociar a arquitetura dos campos da história, da geografia e da sociologia. Aldo Rossi em sua obra "Arquitetura da Cidade" procura compreender os fatos urbanos nos âmbitos arquitetônicos, culturais, sociais e políticos. Para Rossi (2001), ao descrever a cidade, nos ocupamos predominantemente da sua forma e esta se resume na arquitetura da cidade. Entendemos por morfologia urbana a descrição das formas de um fato urbano e isto pode ser realizado mediante a observação do objeto. Considerando o espaço como uma porção delimitada do território, podemos analisá-lo por meio da morfologia. Para

Rossi (2001, p.57) “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade”.

Para Lamas (2014), a morfologia urbana trata dos aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura. Para o autor, a morfologia estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem, ou seja, a morfologia urbana estuda a forma das cidades ao longo do tempo. Temos aí configurados os elementos principais que compõem a morfologia urbana: a natureza e o tempo, o território e o ser humano. As formas produzidas pelos indivíduos no processo de ocupação do território são as bases para os estudos da construção das cidades, que junto com conceitos de geografia, história, sociologia, arquitetura e urbanismo formam as bases de conhecimento da Morfologia Urbana.

A Morfologia Urbana analisa as relações existentes entre os espaços livres (praças, ruas, áreas verdes) e os elementos construídos (edificações). As transformações da cidade são identificadas para acompanhar a evolução da forma urbana, pois a cidade pode ser lida e analisada por meio da sua forma física.

Segundo Pereira Costa et al. (2013), a Escola Inglesa de Morfologia tem em seu principal expoente a figura de seu fundador M.R.G. Conzen, geógrafo alemão, que migrou para a Inglaterra para fugir dos conflitos na Alemanha da Segunda Guerra Mundial. Na Inglaterra, Conzen elabora estudos detalhados da forma urbana (destacando-se os estudos das cidades de Alnwick e New Castle upon Tyne, no norte da Inglaterra, entre 1950 e 1960), e surgem os principais conceitos morfológicos: a representação de paisagem e a investigação sobre as paisagens urbanas históricas. A Escola Inglesa de Morfologia utiliza o método da visão Tripartite (ou tripartida) para análise sistemática da paisagem urbana: o plano urbano, o tecido urbano e o padrão de uso e ocupação, tanto do solo, quanto da edificação. Essa divisão configura a base da investigação morfológica e pode ser observada em campo. Para Pereira Costa et al. (2013) é a combinação entre as três categorias que definem a paisagem urbana como um todo, no qual o plano urbano é a estrutura morfológica que inclui o tecido urbano e o padrão de ocupação e de uso do solo. A organização do espaço em relação ao relevo e as características naturais do sítio formam o plano urbano, sempre determinado pela ocupação

humana. Os tecidos urbanos são formados pelos quarteirões, que são agrupados de acordo com semelhanças na forma, dimensão e implantação dos lotes. O uso acaba por determinar a forma da edificação e suas dimensões. E assim, as edificações produzem indícios materiais que permitem definir a época em que foram construídas por conterem aspectos culturais de cada sociedade. O estudo de como diferentes elementos organizam-se sobre o solo descreve como as partes urbanas foram configuradas e isto influencia também na reconfiguração futura dos espaços.

Segundo LAMAS (2014, p. 76) "a leitura do espaço faz-se ao nível direto da percepção dos seus elementos morfológicos, organizados em sequência". Lamas classifica como elementos morfológicos do espaço urbano:

- O solo /pavimento
- Os edifícios / o elemento mínimo
- O lote
- O quarteirão
- A fachada
- O traçado/ a rua
- A praça
- Os monumentos
- A árvore / a vegetação
- O mobiliário urbano

O autor também apresenta as relações dos elementos morfológicos com as dimensões ou escalas do espaço urbano, sendo:

- Escala de rua: edifícios, fachadas, traçado, árvores, desenho do solo e mobiliário urbano;
- Escala de bairro ou dimensão urbana: traçados e praças , quarteirões e monumentos, jardins e áreas verdes;
- Escala urbana ou dimensão territorial: bairros, grandes estruturas viárias, grandes zonas verdes e estruturas físicas da paisagem

O estudo do solo urbano, dos traçados e da ocupação construída permite verificar que determinados elementos morfológicos persistem em qualquer cidade e que a partir deles é possível reconstituir a formação da cidade. Para Lamas a análise histórica da cidade revela existirem elementos em contínua

transformação e elementos que não se modificam totalmente e persistem. "Estes últimos são principalmente os monumentos, os traçados ou vias e também, em certa medida, a estrutura fundiária." (LAMAS, 2014, p. 114).

Aldo Rossi considera a permanência do uso do solo como uma característica do processo de transformação da paisagem urbana, para ele a permanência de determinadas características são importantes do ponto de vista cultural, identificando e tornando única, cada paisagem urbana.

A permanência mais significativa é dada, pois, pelas ruas e pelo plano urbano; o plano permanece sob níveis diversos, diferencia-se nas atribuições, muitas vezes se deforma, mas, substancialmente, não se desloca. (ROSSI, 2001, p. 52)

A paisagem pode então ser lida por meio da transformação antrópica e a marca que ser humano imprime ao território. A cidade, em suas diferentes épocas pode ser interpretada a partir destas marcas e a abordagem da morfologia urbana é uma chave de interpretação para o objetivo deste trabalho.

2.3.1 Forma Urbana

Segundo Lamas a forma física do espaço é uma realidade para a qual contribuiu um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, mas a forma urbana é também o resultado da "produção voluntária do espaço" (LAMAS, 2014, p.26). As formas encontram-se ligadas ao comportamento humano, sua utilização do espaço e não possuem somente preocupações estéticas ou culturais. Este autor ainda esclarece a diferença entre morfologia e forma, para ele "a morfologia urbana é a disciplina que estuda o objeto - a forma urbana - nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo" (LAMAS, 2014, p.38). Também coloca que o estudo morfológico não interfere no processo de urbanização, apenas explicando a produção da forma, a articulação das partes do meio urbanos (elementos morfológicos) entre si e com o espaço urbano e por último os níveis de produção da forma urbana e suas inter-relações.

Para Pereira Costa (2004) a forma urbana pode ser estruturada em três princípios:

- definida pelos elementos físicos fundamentais (edificações e espaços livres);
- compreendida pelas normas que institucionalizam a relação construtiva (entre o edifício e o lote, as vias e as quadras, a cidade e a região);
- compreendida a partir da história, porque os elementos que a compõem estão sempre em transformação e substituição.

Na arquitetura e no urbanismo a forma define e caracteriza o espaço urbano sendo o que Lamas apresenta como o resultado final dos problemas postos às disciplinas urbanística e arquitetônica. A forma urbana também está ligada aos aspectos estéticos e à percepção.

2.3.2 Percepção da Forma Urbana

O homem percebe a paisagem por meio de seus sentidos e através deles, o cérebro vai processar estas sensações que se transformarão em capacidade analítica, estética ou cognitiva.

Para Vicente Del Rio:

Entendemos a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos, e principalmente, cognitivos. (DEL RIO, 1996, p. 3)

Para o autor os mecanismos perceptivos são dirigidos pelos estímulos externos, captados por meio dos cinco sentidos, sendo a visão o que mais se destaca. Já os mecanismos cognitivos são os que possuem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe estas sensações passivamente.

As paisagens não podem ser dissociadas de suas dimensões vividas, temporais. Elas têm que ser compreendidas em seus contextos históricos e culturais, as relações humanas com o meio-ambiente. Para Edward T. Hall “a percepção espacial não é uma questão apenas do que pode ser percebido, mas do que pode ser excluído” (HALL, 2005, p. 55). Para ele, indivíduos criados em culturas diferentes, aprendem, muitas vezes sem se dar conta, a descartar um tipo de informação,

quando prestam muita atenção a outros tipos. As culturas têm suas particularidades e a forma de observar o ambiente depende do fator humano que está ali enviando suas percepções. Duas pessoas não veem a mesma realidade e grupos sociais diferentes não fazem a mesma avaliação de um ambiente. a percepção humana então, é individual e seletiva.

Para Kevin Lynch a criação da imagem ambiental é um processo duplo entre observador e observado. “Aquilo que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e se organiza e como se dirige a atenção afeta, por sua vez o que é visto” (LYNCH, 1960, p.144). Para ele o organismo humano é flexível e se adapta facilmente, por isso grupos diferentes podem ter imagens diferentes da mesma realidade exterior.

O conceito de imagem de Lynch (1960) refere-se às qualidades físicas de um ambiente e é caracterizado por três aspectos: identidade (aquilo que determina que um espaço seja único, peculiar, dotado de características próprias); estrutura (que trata da forma do lugar e da sua relação com o indivíduo e com os outros espaços adjacentes) e significado (ligação que a pessoa adquire com o local de forma funcional ou afetiva = emoção). Lynch através de seus estudos nas cidades de Boston, Jersey City e Los Angeles, classifica a imagem urbana em cinco tipos de elementos: vias (canais por onde o observador se move); limites (fronteiras, interrupções, cortes, que organizam o espaço); bairros (que o observador reconhece como tendo algo em comum); cruzamentos ou pontos nodais (locais estratégicos para a cidade); e pontos marcantes ou marcos visuais (que são pontos de referência que destacam-se na paisagem pelas suas características, uso ou valor simbólico). Para ele nenhum destes elementos existe isoladamente na realidade, eles sobrepõem-se e interligam-se constantemente e operam juntos num contexto. Lynch coloca que para moldar a paisagem ideal, as formas têm que agradar a vista, organizar-se no tempo e no espaço e serem símbolos de uma vida urbana.

A maior parte dos observadores parece agrupar seus elementos em organizações intermédias, a que podemos chamar complexos. O observador entende o complexo como um todo, cujas partes são

independentes, e relativamente fixas em relação umas às outras. (LYNCH, 1960, p.96)

Além destes elementos é importante citar os conceitos desenvolvidos por Lynch: legibilidade e imageabilidade. Legibilidade significa dizer que uma cidade legível é aquela cujos bairros, marcos ou vias de circulação são facilmente reconhecíveis e integráveis dentro de um esquema geral. A imageabilidade confere aos indivíduos que possuem uma boa imagem da cidade um importante sentimento de segurança emocional. A partir do conceito de imageabilidade é possível identificar quais os elementos físicos que tendem a ser usualmente percebidos e quais os que mais afetam a percepção do usuário com relação à aparência visual, a capacidade de uma imagem impor-se na percepção e na memória do observador. Mas a imagem da cidade também determina a identidade do lugar:

A paisagem, desempenha também um papel social. O ambiente identificado, conhecido de todos, fornece material para lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele. A paisagem funciona como um sistema vasto de memórias e símbolos para a retenção dos ideais e da história do grupo. (LYNCH, 1960, p. 140)

Antônio Tarcísio Reis e Maria Cristina Lay (2006) conceituam percepção sob duas abordagens: uma relacionada à interação entre o espaço e o usuário somente por meio dos sentidos básicos (visão, olfato, audição, tato e paladar) e outra que além dos sentidos básicos também considera outros fatores, como a memória, personalidade, cultura e tipo de transmissão. Para estes autores as respostas humanas não estão vinculadas somente aos sentidos, mas também aos estímulos sensoriais provocados pelo ambiente construído, como por exemplo muitas cidades históricas, em diversos locais do mundo, tendem a provocar uma reação positiva em seus usuários em função da consistência formal existente entre os elementos constituintes das edificações, assim como entre as edificações. “Isso se explica pelo fato de os estímulos visuais apresentarem ordem, considerada uma necessidade fisiológica humana, independentemente da cultura e/ou de outros fatores” (REIS; LAY, 2006, p. 22).

Reis e Lay (2006) consideram importante a abordagem nos conceitos de percepção e cognição para a avaliação e qualificação do ambiente construído. Os autores citam categorias de qualidade urbana para estruturar os aspectos físicos dos espaços construídos. Qualidades como a estética (elementos da morfologia urbana que estimulam nossos sentidos), uso dos espaços nos diferentes setores urbanos (elementos da morfologia urbana que afetam o uso das edificações e do espaço urbano) e estrutura (elementos da morfologia urbana que auxiliam na conexão visual e funcional entre as edificações e os espaços abertos) permitem compreender o processo de interação entre o indivíduo e o ambiente. A percepção possibilita explicar, por exemplo, porque uma composição arquitetônica provoca uma resposta estética satisfatória. A percepção visual é um termo muitas vezes confundido com o próprio termo percepção, já que a visão representa 80% dos estímulos sensoriais percebidos pelo ser humano, sendo que os demais sentidos combinados (som, cheiro, tato) não respondem por mais de 10%. O conceito de percepção pode ser entendido como a totalidade do processo de interação entre usuário e espaço, e tende a ser confundido com o conceito de cognição. Já a cognição é complementar à percepção pois é por meio dela que as sensações adquirem valores, significados, e formam uma imagem no universo de conhecimento do indivíduo, sempre envolvendo reconhecimento, memória e pensamento. Assim:

Na relação entre o ambiente construído e os seus usuários, o conceito de percepção serve para explicar reações ao ambiente construído imediato baseadas, exclusivamente, nos sentidos, enquanto o conceito de cognição serve para explicar reações ao ambiente construído mais amplo baseadas, além de nos sentidos, nos valores, conhecimento, personalidade, etc. (REIS, LAY, 2006, p. 24).

O processo de cognição averigua a maneira como a informação é recebida, analisada e organizada na mente do indivíduo baseado em seus conhecimentos e valores. Embora os processos de percepção e cognição ocorram juntos, a percepção acontece antes de o indivíduo tomar consciência do significado e valor de um objeto.

A qualidade visual da paisagem urbana pode afetar os sentimentos das pessoas. Para Miriam Sartori Rodrigues a estética é muito mais que um prazer para os olhos, para ela um dos objetivos do estudo da estética é procurar identificar e entender os fatores que contribuem para a percepção de um objeto ou um processo “como belo, ou como podem proporcionar uma experiência agradável” (RODRIGUES, 2010, p.26). A composição arquitetônica é a relação entre os elementos da edificação e “a existência de uma relação adequada entre os elementos pressupõe a existência de uma composição arquitetônica adequada ou satisfatória para quem a percebe” (REIS et al., 2014, p.192).

A análise estética pode ser realizada por meio de duas abordagens: filosófica e empírica. A estética filosófica compreende o estudo do processo criativo e é mais subjetiva, pressupondo que a beleza está nos olhos de quem vê e sugerindo que as reações estéticas de pessoas diferentes, diante de um mesmo objeto, seriam distintas, inviabilizando o consenso estético e, conseqüentemente, a realização de avaliações sobre o tema (REIS et al., 2011). Já a estética empírica permite uma análise mais objetiva enquanto contém os processos de percepção e cognição e divide-se em formal e simbólica, “podendo-se dizer que a estética formal destaca a estrutura da forma e a simbólica enfatiza o conteúdo ou o seu significado” (RODRIGUES, 2010, p.38).

Para a arquitetura, a estética formal envolve a apreciação das formas, não somente do objeto, mas deste em relação ao seu entorno. O campo visual é privilegiado dentre os sentidos para a percepção tridimensional dos ritmos, complexidades e sequências visuais. Os temas da estética formal (formas, proporções, ritmos, grau de complexidade, cor, iluminação e sombras) podem ser compreendidos por meio de quatro maneiras:

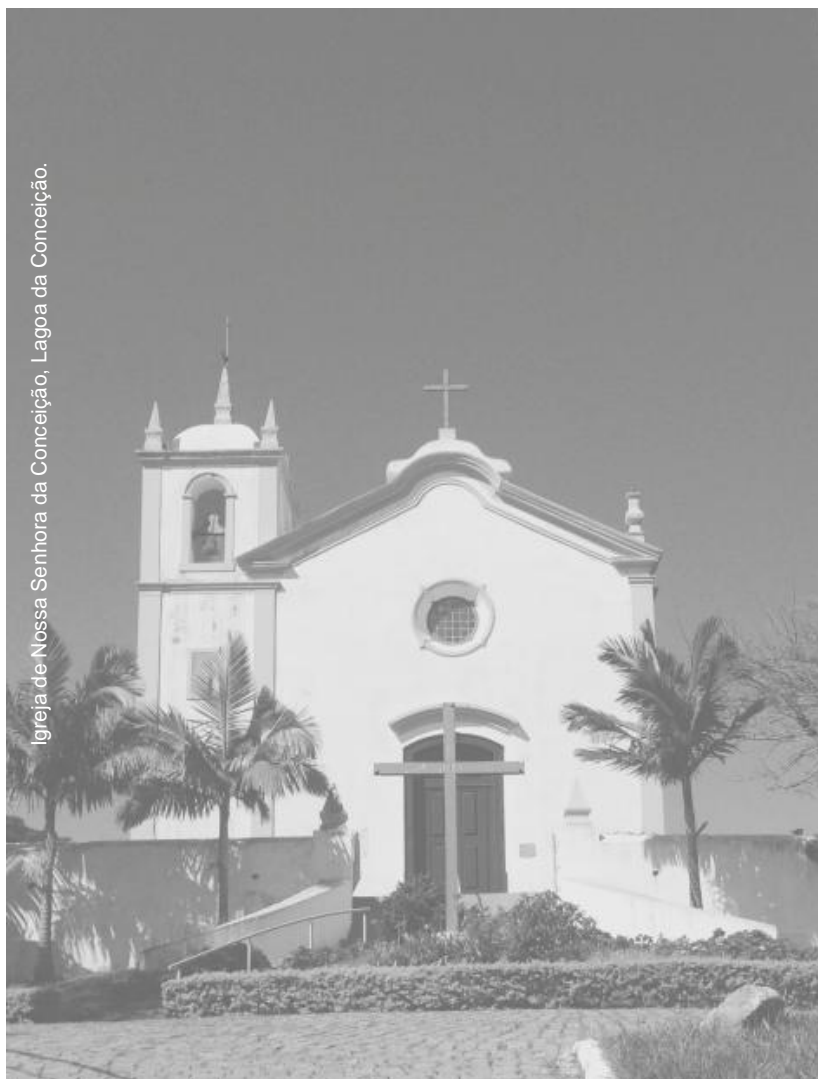
- a) o reconhecimento de que a composição está de acordo com alguma regra ou princípio normativo importante para o observador;
- b) a percepção de que a composição corresponde bem ao seu propósito;
- c) a congruência do nível de sua complexidade visual e ordem com o nível ao qual o observador está habituado ou que

pode adaptar-se; e d) a manutenção da atenção do observador [...] se alguma dessas indicações estiver relacionada com as características do ambiente, a atitude do usuário será positiva (RODRIGUES, 2010, p.40).

A estética simbólica estabelece conexões das formas com significados e experiências por meio de um processo cognitivo onde o indivíduo reconhece e categoriza o objeto e atribui valores a ele. Enquanto a estética formal preocupa-se com o objeto, a estética simbólica ocupa-se do sujeito e a compreensão destas duas abordagens possibilita a atribuição de valores à paisagem.

Então a percepção da forma urbana e da paisagem pode ser compreendida por meio da passagem do tempo, com a apropriação visual das paisagens, por meio dos sentidos e dos mecanismos cerebrais de cognição para a formulação de conceitos estéticos que fortalecem as relações dos indivíduos com seu passado, abordagem que subsidiará a metodologia desta pesquisa.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Lagoa da Conceição.



3 ORIGENS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

3 ORIGENS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Os primeiros núcleos de colonização em terras brasileiras nasceram aos cuidados da Coroa Portuguesa e seguiram as maneiras das cidades litorâneas da Europa. Para Antônio Risério (2012), os lusos inicialmente pensaram em colonizar o Brasil da mesma forma que estavam colonizando a África: somente implantando fortes e feitorias ao longo do litoral. Foi somente quando viram o risco de perder o território ultramarino, que decidiram pela conquista e ocupação total das novas terras, com a construção de vilas e cidades. Em um primeiro momento o poder lusitano não tentou transplantar para cá uma cidade portuguesa, mas uma cidade pensada a partir dos escritos de Vitruvius e dos arquitetos renascentistas. Antigos tratados¹ haviam sido traduzidos para o português e junto com tratados elaborados pelos próprios portugueses auxiliaram na fundação de cidades. A ideia era fazer uma cidade planejada, como a dos espanhóis, com traçados regulares e geométricos. Mas o projeto não vingou e os portugueses que aqui moravam partiram para recriar suas cidades natais. À revelia do Estado refizeram o modelo da capital do reino, a fim de ter uma cidade como em sua terra de origem: a cidade junto ao mar. Na América Portuguesa não ocorreu uma ocupação imediata de terras interioranas. As cidades surgiram no litoral, "com repercussões futuras em todas as dimensões da vida social e cultural do Brasil, do delineamento do perfil atlântico da malha urbana brasileira ao estilo de viver litorâneo que aqui se definiu" (RISÉRIO, 2012, p. 77).

Reforçando esta ideia, Murillo Marx em seu livro *Cidade Brasileira*, cita que as primeiras cidades "se fizeram no litoral para sua ligação com a metrópole lusitana e com o resto de um império voltado, conformado e cimentado pelo mar" (MARX, 1980, p. 19). O porto destacava-se como fundamental para situar uma feitoria nova, buscando condições topográficas de defesa do território, além de locais protegidos das correntes marítimas e dos ventos. Como as cidades medievais, acomodavam-se em terrenos acidentados e à imagem das portuguesas, as primeiras

¹ Dez livros de *Arquitectura* de Vitruvius traduzido por Pedro Nunes em 1541; *De Re Aedificatoria* de Alberti, traduzido por André de Resende (1485) e o *Tratado da Fortificação das Cidades*, de Dürer, publicado em 1527 e traduzido do alemão por Isidoro de Almeida. (TEIXEIRA, 2012).

idades brasileiras foram marcadas pela irregularidade. O sítio urbano, geralmente, decidia e justificava esses traçados irregulares. Marx também coloca a importância dos estabelecimentos religiosos no papel sócio-econômico-cultural do passado, pois quase sempre “sua presença e influência superavam as de quaisquer outras instituições, incluindo as do governo local ou metropolitano (MARX, 1980, p. 28). A cultura portuguesa de desenvolvimento das primeiras cidades junto à costa ou próximas aos rios ocasionou-se predominantemente devido à facilidade de comunicação entre as próprias cidades e com a capital do reino, mas nunca abandonaram a ideia da colonização interiorana, como pode-se observar nos séculos seguintes com a exploração do interior do país.

Figura 05- Mapa de 1616 da Cidade de Salvador de Todos os Santos, concebida por Miguel de arruda e construída por Luís Dias.



Fonte: BUENO, 2011.

A Cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos (figuras 05 e 06) foi a primeira capital do Brasil e também a primeira cidade planejada em terras brasileiras (1549), projetada nos moldes das cidades portuguesas como Lisboa (figuras 07 e 08) e Porto e levando em consideração a escolha da situação geográfica, em um porto seguro situado à entrada de uma baía e em um sítio elevado (cidade baixa e cidade alta). Também estes fatores levaram à escolha do sítio para a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565). Estas primeiras cidades possuíam a característica da defesa pela altura, com os edifícios principais localizados em posição dominante da cidade. Assim

como estas, as cidades de João Pessoa (1585) na Paraíba, São Luiz do Maranhão (1616) e Belém do Pará (1616) receberam projetos urbanísticos feitos em Lisboa mas que adaptaram-se ao relevo dos sítio escolhidos.

Figura 06- A 88m de altura, no topo de uma colina de superfície plana, foi fundada Salvador, protegida pela Baía de Todos os Santos.

Fonte: BUENO, 2011.



Figura 07- Planta de situação da implantação da Cidade de Lisboa, na barra do rio Tejo.



Fonte: BUENO, 2011.

Figura 08- Vista de Lisboa, na primeira metade do século XVIII. Observar o desnível entre a cidade alta e cidade baixa.



Fonte: BUENO, 2011.

A Coroa investiu basicamente, até meados do século XVII, apenas na construção das cidades, capitais regionais, relegando a fundação das vilas aos cuidados dos donatários e colonos, sem qualquer restrição do ponto de vista urbanístico, o que muda a partir do reinado de D. João V (1706-1750), intensificando-se nos tempos do Marquês de Pombal (1750-1777) e D. Maria (1777-1808) (BUENO, 2011).

A necessidade de ocupar e defender os territórios ultramarinos por meio da construção de fortes e de núcleos urbanos fortificados conduziu desde cedo ao desenvolvimento da engenharia militar. Os engenheiros militares tiveram um papel muito importante na arquitetura do Brasil colonial e sua atuação não se restringiu somente ao âmbito da arquitetura militar, sendo eles também responsáveis por projetos de arquitetura religiosa e civil (BUENO, 2011). Em Santa Catarina destacou-se o papel do Brigadeiro José da Silva Pais, engenheiro militar a quem ficou confiado os projetos do sistema defensivo da Ilha, suas fortalezas, a Igreja Matriz do Desterro e a Casa do Governo de Santa Catarina. Os engenheiros militares possuíam como senso estético o correto uso da métrica e rigorosa simetria e isto pode ser observado na regularidade das aberturas das edificações e nas plantas organizadas em retângulos e quadrados. Sua participação na urbanização das cidades e a crescente tendência para escolher lugares planos, em vez dos sítios acidentados, facilitando as expansões urbanas, foram fatores igualmente

importantes para a utilização de padrões regulares e para a mudança para escolha de terrenos para locais com relevo mais favorável.

3.1 A FORMA DA CIDADE PORTUGUESA

A implantação das primeiras cidades brasileiras seguiu modelos portugueses e serviu também como laboratório para o desenvolvimento do urbanismo em outras colônias onde Portugal estendia seus domínios. Faz-se necessário estudar como comportavam-se as cidades portuguesas na época do descobrimento e durante a colonização do território brasileiro.

As cidades portuguesas do séc. XVI apresentavam características morfológicas diferentes de outras culturas, pois o urbanismo foi influenciado pelos diversos povos que colonizaram a península ibérica, primeiro com os romanos e seus traçados ortogonais baseados na regularidade, depois os muçulmanos (que partilhavam as características morfológicas das cidades mediterrâneas) e as condições materiais e ambientais do espaço em que se implantaram, além de fatores culturais e religiosos. A partir destas influências estruturou-se a cidade portuguesa. Para Teixeira (2011) existem dois períodos históricos importantes para observar que também houve influência dos modelos urbanos brasileiros sobre o modelo português: o primeiro é o século XVI, marcado pela construção de Salvador da Bahia, em cujo traçado observa-se a influência do urbanismo medieval aplicado em outras cidades portuguesas como Funchal, na Ilha da Madeira e Angra, nos Açores. No plano de Salvador as articulações entre o traçado e seus componentes, bem como a hierarquia urbana, a relação com o território, o papel ordenador das praças, a estrutura dos quarteirões e dos loteamentos estão muito mais articulados e coerentes, definindo um padrão urbano que influenciaria o urbanismo em Portugal. O segundo momento histórico é durante o século XVIII e as inúmeras fundações urbanas brasileiras neste período, que caracterizavam-se pela regularidade e ortogonalidade, pelo uso da praça como articulador da malha urbana e pela uniformização de programas de arquitetura. Nem o plano da reconstrução da Baixa de Lisboa nem o plano de Vila Real de Santo António (século XVIII) seriam possíveis “sem a ampla prática urbanizadora dos engenheiros militares envolvidos no processo de urbanização brasileira de

setecentos e os modelos urbanos aí desenvolvidos” (TEIXEIRA, 2011, p. 151).

As características topográficas foram determinantes para a localização do núcleo urbano inicial, para a definição do local das fortificações e das principais direções de crescimento urbano. Em muitas cidades de origem portuguesa as implantações iniciais eram construídas em lugares elevados, com melhores possibilidades de defesa e onde se poderia controlar o território, em baías amplas e abrigadas, com águas profundas e boas condições de porto natural. Como a ocupação priorizava a defesa, normalmente o primeiro núcleo localizava-se em uma colina ou em um morro proeminente, enquanto outro núcleo de ocupação desenvolvia-se nas áreas junto às praias, devido às atividades de comércio e comunicação estarem ligadas ao mar. Como resultado muitas cidades estruturavam-se em cidade alta e cidade baixa. Posteriormente o desenvolvimento urbano acabou por unir as duas partes da cidade que, contudo mantiveram a sua matriz funcional inicial. Isto deu origem à paisagem tradicional das cidades portuguesas, onde a localização dos edifícios principais e sua arquitetura configuravam-se como elementos de referência e valorizadores da paisagem da cidade.

Outros exemplos de cidades fundadas por portugueses na África na mesma época da colonização do Brasil também receberam similares configurações urbanísticas. A cidade de São Tomé nas Ilhas São Tomé e Príncipe² (figura 09), com sua estrutura marítima, também desenvolveu-se em uma baía e no mapa da cidade de Ribeira Grande, Cabo Verde³, pode-se observar que a praça é o elemento articulador do traçado urbano (figura 10).

A regularidade do traçado urbano também influenciou a padronização das quadras, do alinhamento de ruas, de fachadas e padrões arquitetônicos as quais todas as construções deveriam obedecer. As ruas destacavam a forma das primeiras cidades brasileiras e a arquitetura encontrava nas ruas a definição dos espaços e da vida da sociedade, com a feira, a procissão, os largos. O casario e os pontos de interesse e de concentração representavam os cheios e vazios que marcavam a personalidade da povoação. O alinhamento das construções

² Descobertas em 1471 pelos portugueses.

³ Descoberto em 1460 pelos portugueses.

acentuava a monotonia pois as casas eram construídas de modo uniforme, muitas vezes “a padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais” (REIS FILHO, 1978, p. 24). As principais características do traçado urbano eram a ausência de passeio, as ruas (caminhos) eram definidas pelas edificações, a vegetação era escassa (concentrando-se no interior do lote) e não haviam áreas verdes. A praça era concebida como o centro funcional, simbólico e geométrico das novas cidades e a partir delas definiam-se o traçado das ruas, a estrutura dos quarteirões e praticamente todo o plano urbano. Em frente aos adros das Igrejas a praça era uma grande área seca onde eram realizadas quermesses, procissões, ou seja, os encontros da comunidade.

Figura 09- Mapa de São Tomé, São Tomé e Príncipe.



Fonte: TEIXEIRA, 2012.

A interdependência entre a arquitetura e o lote urbano pode ser observada através da História, pois constata-se que os lotes urbanos correspondem ao tipo de arquitetura que irão receber, desde os lotes medievo-renascentistas e arquitetura daqueles tempos, aos lotes mais amplos dos séculos XIX e XX e suas casas com jardins particulares e, por fim as superquadras e seus complexos programas residenciais recomendados pelo urbanismo contemporâneo. Também podemos observar que as modificações dos lotes urbanos ocorrem de forma mais lenta que a arquitetura, pois implicam em uma alteração do próprio traçado urbano, fazendo com que a evolução urbana seja percebida

primeiramente no plano arquitetônico e só depois no urbanístico. O padrão do lote colonial de cerca de 10 metros de frente e grande profundidade colabora com a implantação da edificação no lote, tendo a distribuição interna da edificação poucas variações. A uniformidade do terreno correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos. Este tipo de ocupação predomina no Brasil até o final do século XIX, quando os padrões tornam-se menos rígidos e os avanços técnicos e a integração do país ao mercado mundial permitem o acesso de equipamentos que contribuiram para a alteração da aparência das edificações (REIS FILHO, 1978).

Figura 10- Mapa de Ribeira Grande, Cabo Verde.



Fonte: TEIXEIRA, 2012.

Todos estes elementos podem ser encontrados na formação da cidade de Florianópolis e além do núcleo onde teve início a colonização, a Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje o centro da cidade, os padrões também aparecem nas áreas aqui denominadas de núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. Estes locais são os núcleos mais antigos de colonização da Ilha de Santa Catarina e desenvolveram-se praticamente ao mesmo tempo que a Vila Capital de Nossa Senhora do Desterro.

3.2 AS EDIFICAÇÕES DO PERÍODO COLONIAL NA ILHA DE SANTA CATARINA

A chegada dos imigrantes açorianos também influenciou a arquitetura dos novos núcleos que foram implantados. Os costumes tiveram que ser adaptados às diferenças encontradas nos tipos de materiais disponíveis, no clima e nas condições econômicas impostas aos novos colonizadores. Portugal vivia em plena era renascentista, os elementos barrocos como a uniformidade na arquitetura e a delimitação do traçado urbano pelas fachadas estão presentes na maioria das cidades fundadas pelos portugueses no século XVIII. As condições econômicas limitaram muitas intenções estéticas. A utilização de materiais vernaculares trouxe identidade às construções do Brasil colonial. Para Lemos (1996) estas condições determinaram plantas e partidos arquitetônicos peculiares e o resultado foram casas brasileiras com exterioridades lusitanas. Freyre (1971) caracteriza a influência portuguesa na colonização e fixação do ritmo da paisagem, onde a cultura, representada pelas formas e cores das casas, modifica a natureza, harmonizando-se com ela.

As construções térreas dominaram a composição urbana das cidades antigas do litoral catarinense. Durante dois séculos e meio do desenvolvimento das casas térreas observa-se as variações como o pau-a-pique das casas menores em fileiras nas ruas até as em situação isolada no lote (ELY et al., 2010). Para Broos (2002) a uniformidade das construções brasileiras e a homogeneidade de formas é equivalente a um estilo. Para Broos (2002) um dos expoentes típicos das construções residenciais pode ser reconhecido na forma da casa térrea da época colonial com uma porta e uma ou duas janelas, em geral construída em fita. Este tipo de casa térrea foi o mais habitual nos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. Uma característica importante das edificações coloniais é o predomínio dos cheios (paredes) em relação aos vazios (aberturas). Isto também colabora para a ornamentação das fachadas com aplicação de elementos decorativos como falsos pilares, cimbalhas e detalhes presentes no beiral, revelando o poderio das famílias. O fato de Santa Catarina ser uma região onde os habitantes ocupavam um território baseado em estratégias militares, as obras do governo e as fortificações tinham prioridade nas construções. Unindo-se este fator à

pobreza da terra, a arquitetura tinha um caráter racional e desenvolvia-se sem grandes decorações, as construções eram simples e adaptadas às condições do local. A padronização nas dimensões, aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento das construções também representava a garantia que as cidades brasileiras teriam uma aparência lusa.

As casas térreas predominam, mas os sobrados também são exemplos de edificações típicas portuguesas, construídos posteriormente, à época da vinda da Coroa para o Brasil, a partir de 1808. O termo sobrado, primitivamente designava o espaço sobrado ou ganho devido a um soalho suspenso (LEMOS, 1996, grifo do autor). Portanto o sobrado poderia ser acima ou abaixo do piso térreo, de acordo com o relevo ou com o padrão de vida do proprietário.

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea, sendo possível caracterizá-los pela diferença entre seus pisos: assoalho no sobrado e de "chão batido" na casa térrea. Sob este aspecto, nota-se a relação entre os tipos de habitação e os estratos sociais. A ideia de habitar numa casa de "chão batido" se ligava à pobreza e, num sobrado, à de riqueza. Por esta razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não fossem utilizados como lojas, deixar-se-iam para a acomodação dos escravos e animais ou ficariam vazios; não seriam utilizados pelas famílias dos proprietários. (REIS FILHO, 1968, p. 158)

As casas construídas pelos colonizadores possuem algumas variações em sua forma, também por sua origem portuguesa ter sido açoriana e não metropolitana como ocorria em outros centros urbanos. Um elemento como a chaminé, por exemplo, foi suprimido, pois segundo Lemos (1996), nos trópicos, o cozinhar deveria ser fora da área de estar e dormir, o fogo dentro de casa servia somente para noites de frio ou para iluminar imagens sacras que afastavam maus espíritos. Nas figuras 11, 12 e 13 estão casas existentes na Ilha de Santa Maria nos Açores com suas chaminés.

Figuras 11, 12 e 13: Edificações típicas da Ilha de Santa Maria, Açores.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

A religiosidade e a superstição sempre acompanhou o colonizador português. Segundo Freyre (1971), um detalhe que pode ser encontrado e que também promove a proteção da casa, é a chamada pombinha⁴ ou peito de pombo encontrada também em certas áreas de Portugal, costume que vem desde a colonização de Portugal pelos romanos. A pombinha não era um detalhe meramente estético, ela representava o Espírito Santo. Junto com a beira-seveira⁵, a pombinha é elemento característico das construções coloniais, não somente residenciais, mas também encontradas em edificações singulares como Igrejas e edifícios governamentais. A figura 14 apresenta este detalhe encontrado na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Figura 14- Detalhe do beirado de telhado com beira-seveira e pombinha. Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim.



Fonte: fortalezas.org . Acesso em 10 de março de 2015.

A Igreja no Brasil do século XVIII estava vinculada diretamente à Coroa Portuguesa e todos os empreendimentos religiosos deviam ser autorizados por esta, principalmente a

⁴ Proeminência nos ângulos do telhado, usada no beiral ou na cumeeira.

⁵ Detalhe no encontro da parede com o beiral do telhado.

construção de novas igrejas. A autorização só era concedida após a verificação de que a paróquia poderia arcar com as despesas da obra. Essas análises para concessão de licença passavam por um processo bastante exaustivo e muitas vezes demorava anos para obtenção da resposta (DENDIA, 2008). As primeiras igrejas na Ilha de Santa Catarina foram projetadas por militares, como foi o caso da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro projetada pelo Brigadeiro Silva Pais, como citado anteriormente. Este engenheiro militar ao projetar a Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, também projetou sua Capela e esta serviu de modelo para outras igrejas construídas na mesma época. Segundo Piazza (1977) a planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa foi desenhada pelo cabo-desquadra Antônio Gonçalves Loureiro, também oficial militar.

As principais edificações como as igrejas, as fortificações e as construções oficiais eram erguidas com alvenaria de pedras, pois era o material mais resistente que havia. Algumas residências maiores e de proprietários com maior poder aquisitivo também possuíam suas paredes principais em pedra. Outros materiais alternativos eram o adobe, o pau-a-pique, a taipa, os tijolos e a madeira. Segundo Broos (2002, p. 104) “o uso da pedra como matéria prima de construção representava certa opulência do proprietário, pois, em geral, tratava-se de material nobre, reservado para as construções importantes, para as igrejas e obras do Governo”. Nas casas pobres a construção era feita a partir de pedras miúdas, misturadas com tijolos e pau-a-pique. Os tijolos para estas casas eram feitos a partir de uma mistura de argila, areia e fibras vegetais, secados em formas retangulares. Com a multiplicação das olarias e a produção de tijolos em maior escala, este material passou a ser empregado em todas as espécies de construções, possibilitando inclusive uma transformação formal nas edificações com o emprego da viga reta na janela, do rebordo perfilado do teto e no uso da pseudo-pilastra (BROOS, 2002). O azeite de baleia ajudou na preparação de uma argamassa mais resistente ao efeito da água, fato já conhecido pelos europeus. Para Broos (2002) os antigos construtores de Santa Catarina procuravam com o azeite, conseguir melhor qualidade para a construção. As construções importantes devem sua resistência ao uso da pedra e tijolo junto com a argamassa de cal, azeite de baleia e areia enquanto que as casas mais simples a argamassa não passava de barro

grosso ou cal e areia. As igrejas, fortalezas e casas governamentais também são as edificações que possuem registro iconográfico e documental. Destas pode-se obter informações mais precisas sobre datas de construção, técnicas e materiais utilizados, através de fontes primárias e secundárias. Poucas residências possuem este tipo de informação, pois as construções de edifícios civis oficiais era responsabilidade dos engenheiros militares (que eram profissionais escassos na Colônia) e o casario comum era riscado e executado por mestres pedreiros e carpinteiros. Para Souza (1980) pela falta de operários especializados, o nível tecnológico de nossa arquitetura é dos mais simples.

Mas algumas casas dos antigos colonizadores, bem como a urbanização inicial implantada pela Provisão Régia de 1747, permanecem vivos nos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. Estes elementos encontram-se presentes nesta pesquisa e serão analisados a partir de mapas e imagens.

Casario no Ribeirão da Ilha.



4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As leituras dos núcleos serão efetuadas através de análises cartográficas e visuais. Os desenhos foram elaborados a partir de mapas fornecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Em cada núcleo são elaborados mapas que apresentam os lotes e edificações, o perímetro demarcado como Área de Preservação Cultural (APC) e zoneamentos pela Lei 482/14 (atual Plano Diretor de Florianópolis); o plano urbano com a marcação das quadras coloniais e as edificações com valor histórico também são identificados. Estes mapas surgem a partir de recortes do território da Ilha de Santa Catarina com as dimensões 100 x 110 m cada um para efeitos comparativos entre os tamanhos das áreas representadas pelas APC. Para as análises visuais fotografias apresentam a situação atual do local, evidenciando os elementos morfológicos e perceptivos dos núcleos.

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho são baseados nos critérios que Lamas (2014) apresentou como elementos morfológicos do espaço urbano e que podem ser organizados (o solo, o edifício, o lote, o quarteirão, o traçado, as fachadas, a praça, os monumentos e a vegetação). A aplicação deste método não utiliza todos os itens sugeridos por Lamas, somente quando sua presença tiver significado no espaço analisado. Análises da configuração urbana também serão efetuadas a partir de leituras do plano urbano, tecido urbano e padrão de uso.

A base cartográfica permite analisar os aspectos de tipologia de ocupação do terreno, relevo, dimensão dos lotes, de forma a evidenciar a implantação colonial nos sítios. As imagens fornecem a possibilidade de compreender os aspectos morfológicos, estéticos e históricos predominantes nos locais. A leitura histórica das ocupações reflete o processo de construção da paisagem arquitetônica e urbanística. Para Bueno “a análise do território e da paisagem se centra nas relações históricas de seus elementos e da compreensão das permanências e transformações ocorridas no processo de estruturação espacial” (BUENO, 2006, p. 75).

As análises visuais por meio de imagens atuais dos núcleos apresentam as edificações e conjuntos remanescentes e as interferências das demais edificações na paisagem colonial.

Projeções verticais por meio de perfis dos núcleos apresentam uma visão do relevo e proeminências nas paisagens.

Após análise individual de cada núcleo (Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição) procede-se uma análise comparativa entre eles para que possam ser detectadas semelhanças ou diferenças, elementos que traduzem o caráter histórico e que podem caracterizar o patrimônio cultural, arquitetônico e histórico dos locais e a qualidade da paisagem. Um quadro síntese reúne as informações principais.

Como conclusão, são apresentados os resultados das análises morfológicas e visuais dos conjuntos edificados nos núcleos iniciais.

Casario em Santo Antônio de Lisboa.



5 A ILHA DE SANTA CATARINA E OS SÍTIOS ESTUDADOS

5 A ILHA DE SANTA CATARINA E OS SÍTIOS ESTUDADOS

A Ilha de Santa Catarina está localizada na região sul do Brasil e seu território pertence à capital do Estado de Santa Catarina: a cidade de Florianópolis. Além da porção insular, também faz parte do município uma pequena área de terra localizada no continente. Situada entre as latitudes 27°22' e 27°50', Florianópolis tem uma área de 451 km², sendo 12,1 km² na parte continental e 438,9 km² na Ilha de Santa Catarina. A população do município é de 421.240 habitantes (IBGE 2010) e vem crescendo de forma rápida e desordenada. Sua estrutura espacial caracteriza-se pela concentração urbana na área central e uma periurbanização dispersa nos núcleos formados no período colonial (BUENO, 2006).

A economia da cidade atualmente é baseada no setor terciário como prestação de serviços, tecnologia da informação e turismo, este fortemente impulsionado pelas belezas naturais da Ilha, por suas praias e pelos traços deixados por seus colonizadores açorianos. As localidades do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição ainda guardam fortes características do período colonial e representam o modo de vida daqueles primeiros habitantes que construíram a história da Ilha de Santa Catarina.

5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A Ilha de Santa Catarina já era conhecida por sua baía de águas calmas pelos portugueses e espanhóis na época das grandes navegações do séc. XVI. A localidade abrigou os viajantes que paravam para abastecerem-se de provisões e fazer reparos em suas embarcações conforme relatos de Virgílio Várzea em seu livro "Santa Catarina: a ilha", originalmente escrito em 1900. Segundo Várzea (1985) a verdadeira história de Nossa Senhora do Desterro (primeiro nome da cidade de Florianópolis) começa com uma pequena colônia fundada por Francisco Dias Velho no ano de 1651, bandeirante oriundo de São Paulo, que veio atraído pelas notícias da Ilha, do comércio que aí se fazia e da índole mansa dos indígenas, e resolvera transportar-se para ela com toda a família. Para Nelson Popini Vaz, o que o bandeirante encontrou:

...é relativamente fácil reconstruir a paisagem pitoresca (...) com a mata original e as águas claras e calmas das baías rodeadas de morros, muito semelhante a inúmeras pequenas enseadas ainda despovoadas do litoral catarinense, compreendendo-se as razões que levaram à escolha do lugar para sediar a propriedade (VAZ, 1991, p. 24).

Dias Velho iniciou a povoação com a economia baseada na agricultura de subsistência, construiu ranchos e choupanas, erigindo ao mesmo tempo uma ermida sob a invocação de Santa Catarina (VÁRZEA, 1985). Após uma invasão de corsários que aportaram em Canasvieiras, Dias Velho teve um trágico fim em 1687⁶ e parte da família volta a São Paulo, deixando para trás a Ilha e a ermida que haviam construído. Segundo Vaz (1991) a localização da capela de Nossa Senhora do Desterro na pequena colina que domina a praça, no mesmo local onde hoje está a catedral de Florianópolis, voltada para o mar, foi o gesto mais duradouro do fundador. A família deixa a ilha deserta, pois os índios domesticados e marinheiros que ali viviam, depois da tragédia com o fundador, foram parte para São Paulo e parte para a colônia de Laguna que era próspera nesta época.

Somente a partir de 1700 observa-se um acréscimo à população da Ilha. Em 1715, os moradores formularam uma petição ao Sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, que era o enviado do Governador de São Paulo, solicitando que enviasse pessoas a fim de povoar e defender a Ilha de Santa Catarina. Em 23 de março de 1726, como parte do plano político de ocupação das terras ultramarinas pelo governo português, Nossa Senhora do Desterro tornou-se Vila, desmembrando-se de Laguna. A esta altura a pesca e a agricultura de subsistência dos ilhéus se converteu paulatinamente em fonte de um regular comércio com as povoações vizinhas (ainda que distantes) e com os navios estrangeiros, em especial franceses, que passavam cada vez com mais frequência, em média de quinze em quinze dias (PAULI, 1973).

⁶ Após desavenças com tripulantes de um navio inglês (ou holandês) em 1687, estes retornam e executam Dias Velho dentro de sua ermida, enquanto o fundador tentava proteger suas filhas dos piratas (CABRAL, 1968).

O acirramento na disputa entre espanhóis e portugueses pela Colônia de Sacramento fez com que a Ilha começasse a ter visibilidade para os portugueses, já que era o último porto em que as frotas dos navios poderiam atracar com segurança. Com o aumento da frequência de navios estrangeiros que paravam para reabastecimento de víveres e água doce e a preocupação com a garantia do controle da terra, a Ilha de Santa Catarina representa um ponto estratégico no domínio das terras do Sul do Brasil pelos portugueses e passa a fazer parte do “perfil marítimo nacional e da rede urbana brasileira” (MARX, 1980, p.15). O local caracterizava-se como posto de apoio da costa brasileira. Pouco a pouco a Ilha começa a despontar como interesse pois passou a “representar um ponto estratégico militar de importância para a Coroa Portuguesa [...] justificando a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina (11/08/1738)” (VEIGA, 2010, p. 37). O brigadeiro José da Silva Pais foi designado à frente da Capitania e organizou seu sistema de defesa. Foram construídas as Fortalezas de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim em 1738 (figura 15), o Forte de São José da Ponta Grossa em Jurerê (hoje o local é conhecido como Praia do Forte) em 1740 (figura 16), a Fortaleza de Santo Antônio na Ilha de Ratoes Grande em 1740 (figura 17)⁷ e a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul na Ilha de Araçatuba em 1740 (figura 18)⁸.

Figura 15- Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Anhatomirim.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

⁷ Tombadas em nível federal em 24/05/1938.

⁸ Tombada em nível federal em 14/11/1969.

Figura 16-Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Jurerê.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

Figura 17- Fortaleza de Santo Antônio, Ilha de Ratonés.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

Figura 18-Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Ilha de Araçatuba



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

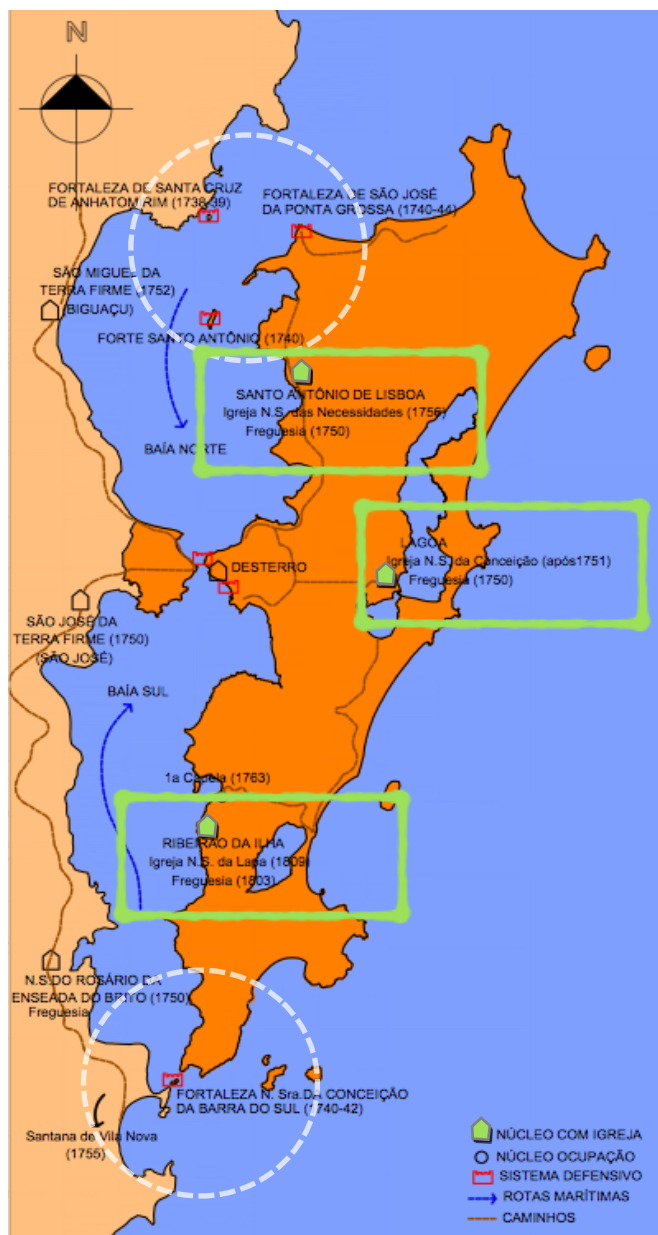
Para aumentar a população da Ilha, Silva Pais implantou uma política de ocupação da área e a partir de 1748 até 1756 levadas de imigrantes açorianos foram instalados em locais estratégicos para auxiliar no povoamento e fornecer apoio aos contingentes militares da Ilha de Santa Catarina. Para fazer a distribuição e concessão de sesmarias para as famílias que emigravam, foi estabelecido um processo para dar aos casais a sua porção de terra (VEIGA, 2010). Os primeiros casais açorianos fixaram-se dentro do perímetro da Vila de Nossa Senhora do Desterro (hoje centro de Florianópolis), mas a partir de 1750 outras freguesias foram fundadas, a saber:

- Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (atual bairro Lagoa da Conceição) e Nossa Senhora das Necessidades (atual bairro Santo Antônio de Lisboa) (1750);
- São José da Terra Firme (atual município de São José) e Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito (atual município de Enseada do Brito), no continente (1750);
- São Miguel da Terra Firme (atual localidade de São Miguel no município de Biguaçu) (1752);
- Vila Nova de Sant'Ana (atual município de Imbituba) (1752);
- Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (atual bairro Ribeirão da Ilha) (1803);
- Santíssima Trindade detrás do Morro (atual bairro Trindade) (1835).

Estes locais, em sua maioria estavam localizados junto às baías e também encontravam-se próximos às fortalezas como podemos observar na figura 19.

Junto com a fundação das freguesias a Coroa também se preocupa em prover auxílio espiritual para os novos povoadores, além das Igrejas localizadas na freguesia de Nossa Senhora do Desterro. A Igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Santo Antônio de Lisboa foi edificada em 1755; em 1751 o Governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza envia a planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Lagoa da Conceição, mas esta somente foi concluída em 1780. Em 1763 foi construída uma pequena Capela dedicada a Nossa Senhora da Lapa, sendo que a Igreja Matriz do Ribeirão da Ilha localiza-se distante 600m da primeira e foi construída posteriormente, sendo inaugurada em 1806.

Figura 19- Mapa da Ilha de Santa Catarina com os primeiros núcleos colonizados e fortalezas da Ilha de Santa Catarina.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Para organizar os espaços urbanos onde estava sendo distribuída a população que chegava dos Açores, D. João V já havia estabelecido uma Provisão Régia em 9 de agosto de 1747, onde designou as ordenações necessárias para a colonização portuguesa no Brasil, pela qual deu-se forma e acomodação dos novos Povoadores e Povoações. Determinava a Provisão referida os detalhes para a ocupação territorial:

(...) os sítios mais próprios para fundar lugares em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando, e, no contorno de cada lugar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria assinalará um quarto de légua⁹ em quadro a cada uma das cabeças do casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital. Para o assento e logradouro públicos de cada lugar se destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terra se fará por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem em quadrados, contando que a quantidade de terra seja a que fica dita. No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos¹⁰ de face e em um dos seus lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás espaço suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro. (CABRAL, 1950, p. 592).

Estão assim configurados os primeiros núcleos de assentamento de povoados nas terras da Ilha de Santa Catarina, alguns com mais rigor, outros onde passa ao largo a orientação real, mas o que não foge à regra são as características urbanísticas e morfológicas da configuração de cidades dos séculos em que o Brasil foi colonizado pelos portugueses.

⁹ 1 légua= 6.600m (BUENO, 2011)

¹⁰ 1 palmo= 22cm (BUENO, 2011)

As dimensões estabelecidas pela Coroa para iniciar a povoação são bastante generosas. Se convertermos as medidas determinadas, as praças deveriam medir 110x110 metros (500 palmos de face). Estas dimensões não foram rigorosamente obedecidas em nenhum dos núcleos estudados, nem na Vila de Nossa Senhora do Desterro, que era o núcleo de maior importância na Ilha de Santa Catarina, mas a configuração espacial formada pelo conjunto Igreja, Adro, Praça, Cemitério, Cruzeiro e Teatro do Divino Espírito Santo é encontrada em todos eles. As ruas, que pelas dimensões solicitadas na Provisão deveriam ter ao menos 8,80m (40 palmos) foram mais respeitadas, já que tratava-se de dimensões mínimas.

Os primeiros assentamentos da Ilha de Santa Catarina, fora da Vila de Nossa Senhora do Desterro localizaram-se no Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição. Estes locais já possuíam pequenos núcleos de colonização e foram organizados espacialmente a partir da Provisão Régia de 1747. Para Reis (2012, p.71) “os primeiros sítios escolhidos para a localização dos casais e formação das primeiras comunidades no interior da ilha já possuíam, em sua maioria, uma incipiente ocupação prévia, decorrente da colonização vicentista”. A permanência das configurações urbanísticas implantadas nestes núcleos serão analisadas individualmente através da leitura de mapas e imagens.

5.2 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL (APC)

Atualmente a sociedade florianopolitana já entendeu o valor destes locais, que evidenciam seu passado por meio do patrimônio construído e estas primeiras urbanizações estão de certo modo protegidos. Estes locais geraram núcleos maiores, sendo hoje bairros da cidade. Possuem legislações específicas, determinadas pelo Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis, a Lei Complementar 482, de 17 de janeiro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 12.925/2014.

A preocupação com o patrimônio municipal construído, edifícios e conjuntos urbanos, passa a ser considerada com a Lei 1.202 em 1974 que dispõe sobre a proteção do patrimônio e institui o instrumento do tombamento, além de criar o Serviço do

Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN)¹¹ e então são procedidos os tombamentos de várias edificações, em sua maioria no centro da cidade. A partir de 1980, o SEPHAN foi incorporado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) iniciando um novo ciclo de preservação, que até então só contemplava grandes monumentos isolados, foi dada prioridade à preservação de conjuntos arquitetônicos para testemunhar a evolução urbana. A preservação passa a ser considerada um dos elementos integrantes do planejamento urbano. O acervo cultural (histórico, paisagístico, artístico e arquitetônico), representado pelas edificações, espaços, paisagem e geografia, passa a ser controlado no planejamento, execução e fiscalização, em especial à valorização de áreas históricas, monumentos protegidos e áreas de entorno para a recuperação da memória urbana da cidade. No centro da cidade foram tombados dez conjuntos urbanos em 1986 com o objetivo de manter as referências culturais. As Igrejas de Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha, de Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa e de Nossa Senhora da Conceição na Lagoa da Conceição, bem como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro foram tombadas em nível municipal em 1975 e em nível estadual em 1998.

5.2.1 Legislação

Florianópolis possuiu diversos planos diretores para sua área central, mas somente em 1985, com a criação do Plano Diretor dos Balneários compreendendo quase todo o território da Ilha, que são normatizadas legislações visando o ordenamento turístico. A Lei 2193/85 dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina e são criadas as APC do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição, entre outros, que são declarados Área Especial de Interesse Turístico. Esta Lei serviu como base para a Lei 482/14, atual Plano Diretor de Florianópolis, onde foram

¹¹ Antes desta data somente haviam sido tombados em nível federal as Fortalezas de Santo Antônio em Ratones, São José da Ponta Grossa, Santa Cruz de Anhatomirim e Forte Sant'anna em 1938, bem como a casa onde nasceu o pintor Vitor Meireles no Centro de Florianópolis, em 1950.

adequados e ampliados conceitos para preservação da paisagem.

Os núcleos estudados configuram-se como Áreas Especiais - Área de Preservação Cultural (APC) e estão sujeitas a legislações específicas destinadas à preservação de sítios de interesse histórico, antropológico e arqueológico, sendo subdivididas em :

I - APC-1 Áreas de Interesse Histórico-Cultural destinam-se à preservação do patrimônio cultural, abrangendo o arquitetônico, artístico, paisagístico, tecnológico, urbanístico dentre outros, incluindo assentamentos, conjuntos, espaços, edificações, monumentos e objetos;

II - APC-2 Áreas de Interesse Paisagístico destinam-se à preservação de sítios naturais de excepcional beleza e paisagens culturais, representativas de processos de interação do homem com a natureza, às quais se imprimiram marcas ou atribuíram valores;

III - APC-3 Áreas arqueológicas, terrestres e subaquáticas, destinam-se à preservação dos sítios pré-históricos e históricos incluindo seus bens móveis e imóveis;

IV - APC-4 Locais de Memória e Áreas de Interesse Cidadão que destinam-se à preservação dos lugares onde ocorreram fatos de valor histórico ou legendário, que se mantêm presentes na memória coletiva ou onde acontecem atividades que incorporem valores intangíveis materializados no espaço.

Apesar de as áreas estarem demarcadas pelos mapas, a Lei ainda está em desenvolvimento, necessitando maior detalhamento e regulamentação, como consta no §1º do artigo 143 da lei 482/14, que indica que as APC-1 do mapa de zoneamento serão detalhadas em mapas específicos pelo SEPHAN após sua aprovação. A Lei determina que qualquer intervenção em edificação ou terreno localizado nas APC-1 depende da anuência do SEPHAN.

Existe na Lei um detalhamento para os imóveis dentro das APC, que são classificados como:

I - P-1 imóvel de excepcional valor arquitetônico, artístico ou histórico a ser totalmente preservado, tanto interna como externamente;

II - P-2 imóvel participe de conjunto arquitetônico, a ter seu exterior totalmente preservado, possibilitando remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não

sejam afetados e sejam mantidos aqueles elementos internos de excepcional valor histórico e/ou arquitetônico;

III - P-3 imóvel no entorno de edificações de interesse histórico, podendo ser demolido ou readequado, desde que o resultado preserve as relações espaciais e visuais ali envolvidas;

IV - P-4 imóvel cujo valor cultural reside em suas características arquitetônicas vernaculares, ou na peculiaridade de sua atividade produtiva, ou em suas manifestações culturais de caráter singelo e popular, ali ocorrentes, desde que significativo no contexto urbano ou rural, sujeito às diretrizes definidas no ato de sua classificação pelo SEPHAN; e

V - P-5 imóvel localizado no entorno de áreas protegidas, caracterizadas como áreas de transição e de preservação da paisagem, podendo ser demolido ou readequado, em conformidade com as diretrizes definidas no ato de sua classificação pelo SEPHAN.

Nestas atribuições também estão detalhados o modo de utilização de materiais aplicados e harmonia dos conjuntos urbanos para não descaracterização dos mesmos. A identificação das edificações com a classificação descrita passa atualmente por um inventário junto ao SEPHAN, não sendo possível o acesso a esta informação. O §2º do artigo 149 da lei 482/14 cita que será elaborado um decreto com o enquadramento dos imóveis, sendo que neste íterim fica proibida a demolição ou alteração nas formas das edificações dentro das APC-1, salvo as necessárias para a manutenção dos bens. Apesar das informações apresentadas pelo Plano Diretor, e considerando que este é um documento que tem base na Lei de 1985, em 2015 são completados 30 anos de um processo onde ainda não estão detalhadas as características dos conjuntos urbanos, das edificações e da paisagem destes locais definidos como APC nos núcleos do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição.

A forma das APC-1 localizadas nos núcleos analisados leva em consideração a localização das Igrejas, praças e arruamentos do entorno imediato com características coloniais, além de incluir áreas nas proximidades que possam interferir na paisagem. A Lei determina que sinalizações e mobiliário urbano também não podem interferir visualmente no conjunto arquitetônico. Existem incentivos à preservação da paisagem e o patrimônio, como a flexibilização na aplicação do Código de

Obras e no uso e ocupação do solo e a redução de taxas e impostos municipais. Através desta lei fica criado o Fundo Municipal de Preservação da Paisagem e do Patrimônio Cultural (FMPPPC) onde os recursos deverão ser aplicados na consecução das finalidades previstas e todos os gastos colocados à disposição da sociedade.

Por fim, existe uma manifestação em forma de dois Decretos, tombando as áreas do Ribeirão da Ilha e de Santo Antônio de Lisboa como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, os Conjuntos Históricos e Paisagísticos, classificando os imóveis inseridos na poligonal das APC, mas este documento encontra-se em trâmites legais ainda não sancionado pelas autoridades.



Baía do Ribeirão da Ilha.

6 ANÁLISE DA PAISAGEM NOS NÚCLEOS INICIAIS

6 ANÁLISE DA PAISAGEM NOS NÚCLEOS INICIAIS

Os estudos de caso de cada núcleo serão apresentados individualmente, por meio de mapas elaborados sobre informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e por identificação de pontos de interesse através de visitas aos locais. As imagens trazem um panorama atualizado das edificações remanescentes e as interferências das construções, infraestrutura e mobiliário urbano na paisagem. A determinação da classificação das edificações trata-se de análise da pesquisadora com o objetivo de estabelecer critérios que possam auxiliar na compreensão da ambiência dos conjuntos.

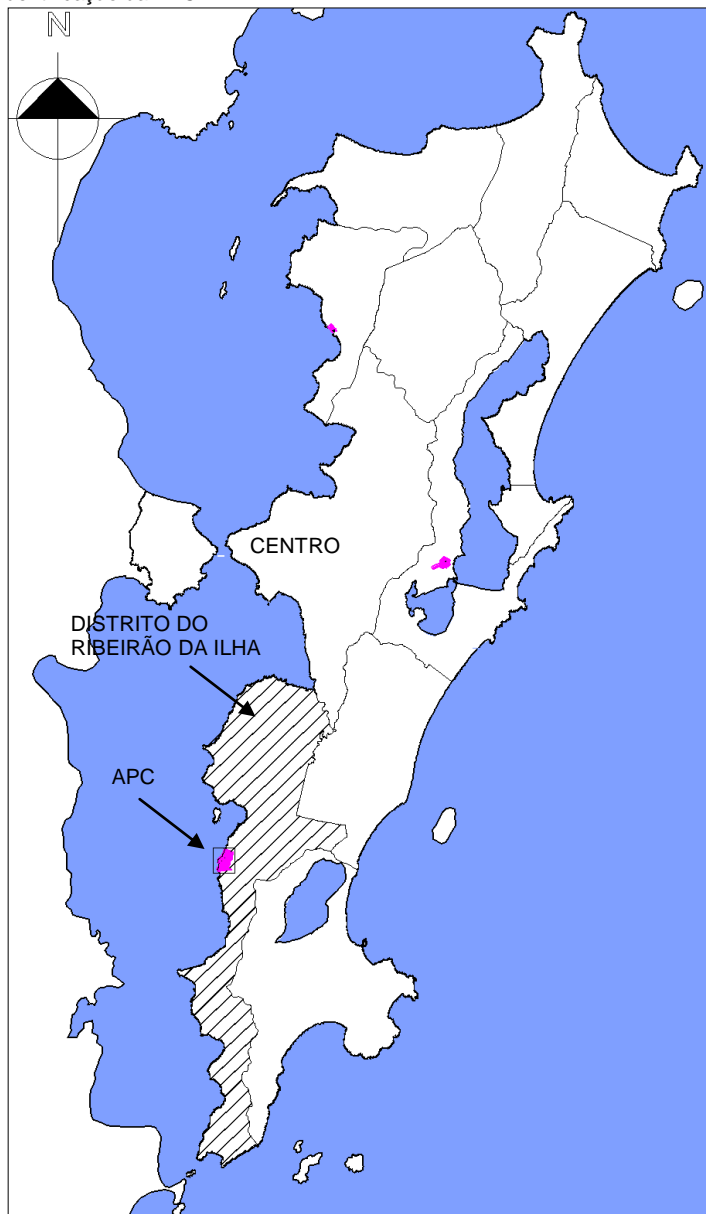
Após as análises, um quadro síntese reúne as informações e constatações relativas aos estudos morfológicos e estéticos para comparar as semelhanças e diferenças entre os núcleos.

6.1 RIBEIRÃO DA ILHA

O Ribeirão da Ilha possui o maior conjunto de edificações preservadas do período colonial na Ilha de Santa Catarina. O assentamento do núcleo inicial com Praça, Igreja, Cemitério e arruamento foi adaptado ao sítio escolhido a partir das indicações da Provisão Régia. O conjunto localiza-se num aclave em frente a uma baía de águas calmas e tem nas proximidades um porto natural, onde os antigos colonizadores faziam seu comércio, comunicavam-se com outros núcleos e que funcionou até meados do século XX.

O Distrito do Ribeirão da Ilha (denominação atual) possui área total de 51,54 km², com uma população de 20.392 habitantes. O Ribeirão da Ilha distancia-se aproximadamente 21 km do centro de Florianópolis (antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro). A figura 20 apresenta a forma do Distrito, onde fazem parte a Freguesia (a sede onde localiza-se a área de estudo) e as localidades do Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caieira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Praia de Naufragados, Tapera e Sertão do Peri.

Figura 20- Mapa da Ilha de Santa Catarina com o Distrito do Ribeirão da Ilha e a identificação da APC.



Fonte: Autoria própria, 2015.

No Ribeirão localiza-se o ponto mais alto da Ilha de Santa Catarina: o Morro do Ribeirão, onde também nasce o rio de mesmo nome, do qual se originou o nome do Distrito. Este morro também é o ponto de referência para o núcleo de implantação inicial junto à baía sul. Da vegetação primária, quase nada resta, pois foi ostensivamente utilizada para madeira e lenha. A cobertura vegetal está em processo de reconstituição, pois foram fechadas as serrarias existentes e, de outro lado “o consumo de lenha (Ribeirão foi o maior fornecedor de lenha para consumo industrial e residencial da Ilha) como combustível, é coisa do passado” (PEREIRA et al., 1991, p. 32).

A figura 21 traz uma visão aérea da área de estudo e onde pode-se observar a ocupação do sítio com suas características lineares e junto à costa.

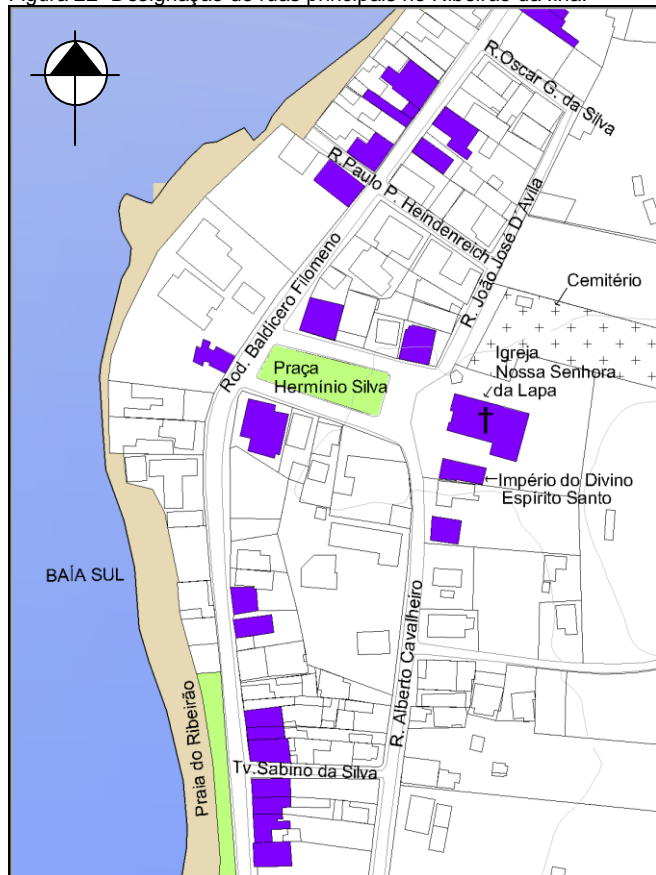
Figura 21- Vista aérea da Freguesia do Ribeirão da Ilha.



Fonte: Google Earth, acesso em 08/09/2014.

Segundo Pereira et al. (1991), o início do povoado acontece a partir de 1514, quando um grupo de marinheiros, náufragos de um dos barcos de Juan Dias de Solís, chegam à baía. Em 1526, também após naufrágio, Sebastião Cabotto, navegador veneziano contratado pela Corte da Espanha, aporta no Ribeirão e ali permanece até o ano seguinte. Cabotto mandou fazer acampamento, levantando uma igreja, casa de pólvora, vários paióis e um pequeno estaleiro para construção de nova embarcação, iniciando aí o povoamento do local. Também a Cabotto é atribuída a denominação da Ilha, pois consagrou-a a Santa Catarina de Alexandria.

Figura 22- Designação de ruas principais no Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Em 1760, após o estabelecimento dos casais açorianos, Manoel de Valgas Rodrigues mandou construir uma capela para onde levou a imagem de Nossa Senhora da Lapa. Mas devido à distância e às dificuldades de comunicação com a matriz em Nossa Senhora do Desterro, a assistência espiritual era recebida somente de tempos em tempos. “A união entre a Igreja e o Estado fortalecia as criações arquitetônicas religiosas, uma vez que a igreja passa a ter um grande papel social e político” (SOUZA, 1980, p. 98).

A Igreja de Nossa Senhora da Lapa (inaugurada em 1806) foi construída posteriormente e em local diferente da antiga capela. Ela marca o local onde pode-se observar a urbanização promovida pela aplicação da Provisão Régia, localizando-se em frente à Praça Hermínio Silva, em local elevado e tendo o relevo e a vegetação como pano de fundo (figura 22). Atualmente a Igreja encontra-se tombada em nível municipal por Decreto 1314/75 e a nível estadual por Decreto n. 2998 de 25 de junho de 1998. A Freguesia do Ribeirão teve início oficialmente em julho de 1809, e posteriormente elevada à categoria de Vila em 1840.

A agricultura foi a principal atividade econômica no séc. XIX, e “em suas encostas e planos floresce a mandioca, a cana, o milho, o feijão e o café, de amplos quadrados de terreno de um verde variegado” (VÁRZEA, 1985, p. 89). Os engenhos de farinha e os alambiques foram atividades econômicas fundamentais inclusive na formação da paisagem do Ribeirão. O Ribeirão também foi fornecedor de diversos produtos para Desterro, Laguna e Terra Firme (antiga denominação da área continental próxima à Ilha), comércio que se fazia através de portos, e que tinham funções de entreposto de pescados, embarque de lenha, comércio de café e diversos outros produtos produzidos na Freguesia. Há de destacar-se também a existência de estaleiros até o final dos anos 1980 destinados à construção de baleeiras, que segundo Pereira et al. (1991, p. 37) trata-se de “tecnologia náutica desenvolvida no Ribeirão e que se constituía a única da Ilha e a mais perfeita do Brasil, para a época.” Hoje em dia destacam-se as atividades turísticas voltadas à gastronomia e lazer cultural e as atividades de cultivo de ostras e marisco, destacando-se, junto com localidades próximas, como produtores de 80% de toda a produção nacional.

6.1.1 Análise do traçado urbano

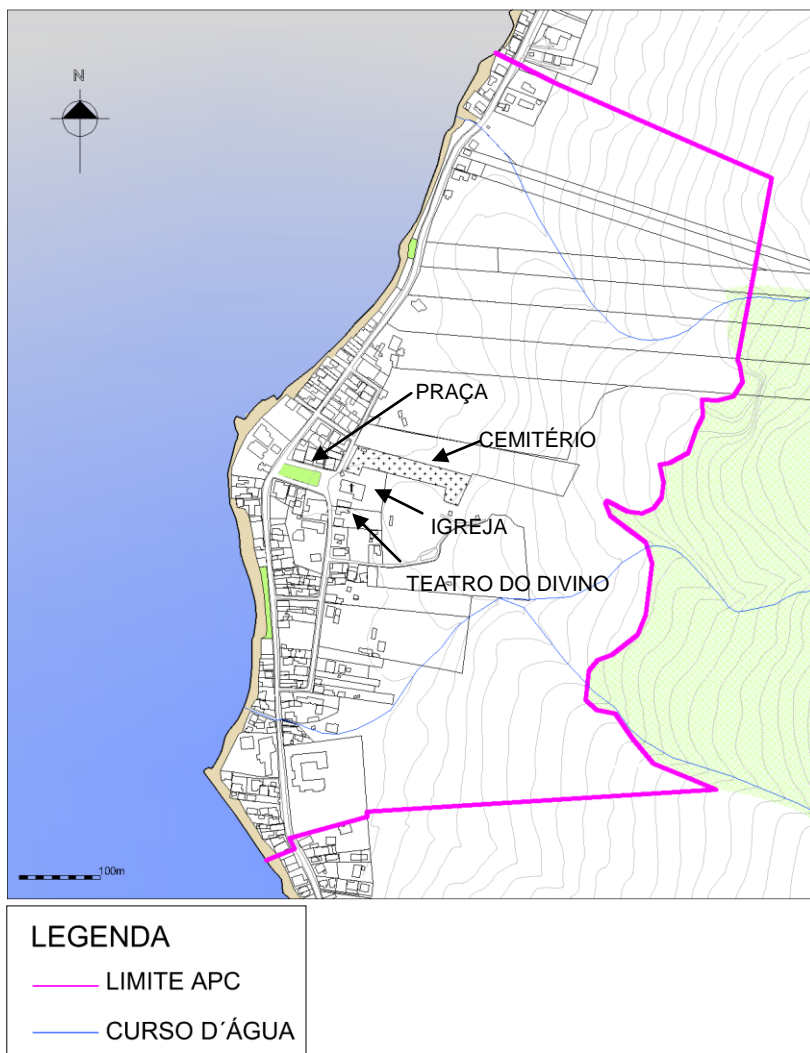
A área analisada compreende a área delimitada como Área de Preservação Cultural (determinada pelo Lei 482/14, o atual Plano Diretor do Município) e inclui o núcleo inicial com a Igreja de Nossa Senhora da Lapa, o Império do Divino Espírito Santo, o cemitério e a Praça Hermínio Silva, perfazendo uma área aproximada de 1000 x 1100 metros (figura 23). A área de APC tem início nas proximidades da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes ao Norte seguindo até a Escola Básica D. Jaime Câmara ao Sul. Ao leste o limite é o Morro do Ribeirão e a Oeste o Oceano Atlântico. A área definida como APC possui aproximadamente 0,42 km².

O plano urbano está determinado pelo relevo, sendo a ocupação praticamente linear e a escolha do sítio seguindo os padrões portugueses com a Igreja posicionada em local elevado em frente à baía.

Analisando a configuração do tecido urbano (figura 24), podemos identificar o assentamento concebido conforme a Provisão Régia já citada, sendo a Praça com formato ortogonal, com a Igreja posicionada em um de seus lados e na área mais elevada do terreno, com quadras pequenas e construções (em sua maioria) no limite frontal do lote. Após a identificação das quadras e lotes coloniais observou-se o padrão de dimensões de 2, 3 ou 4 braças¹² (4,40m, 6,60m ou 8,80m) para os lotes. Os lotes existentes são irregulares e sua dimensões bastante diversas, variando entre 4,05m e 11,00m na testada principal e com profundidades entre 26,70m e 52,40m (figura 25). Apesar das modificações nas edificações sofridas ao longo do tempo, pode-se observar que a maioria dos lotes dentro do perímetro da APC mantém a divisão colonial com pequena fachada e grande profundidade e com a edificação ocupando toda ou quase toda a frente do lote. As vias principais são aquelas paralelas à baía, entrecortadas por ruas perpendiculares. Estas vias principais possuem regularidade em sua largura, sendo que as ruas perpendiculares são de menores dimensões.

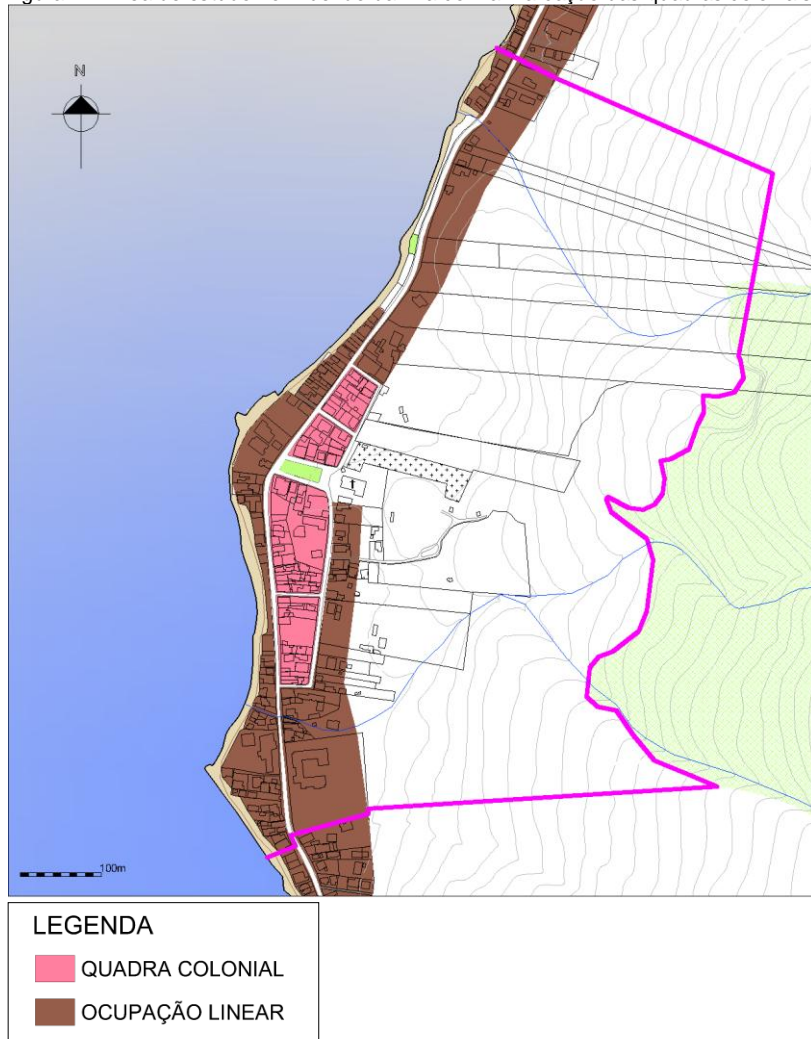
¹² 1 braça = 2,20m (BUENO, 2011, p.51)

Figura 23- Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação da área de APC.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 24- Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a marcação das quadras coloniais.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 25- Dimensão de lotes em parte da área de estudo, Ribeirão da Ilha.

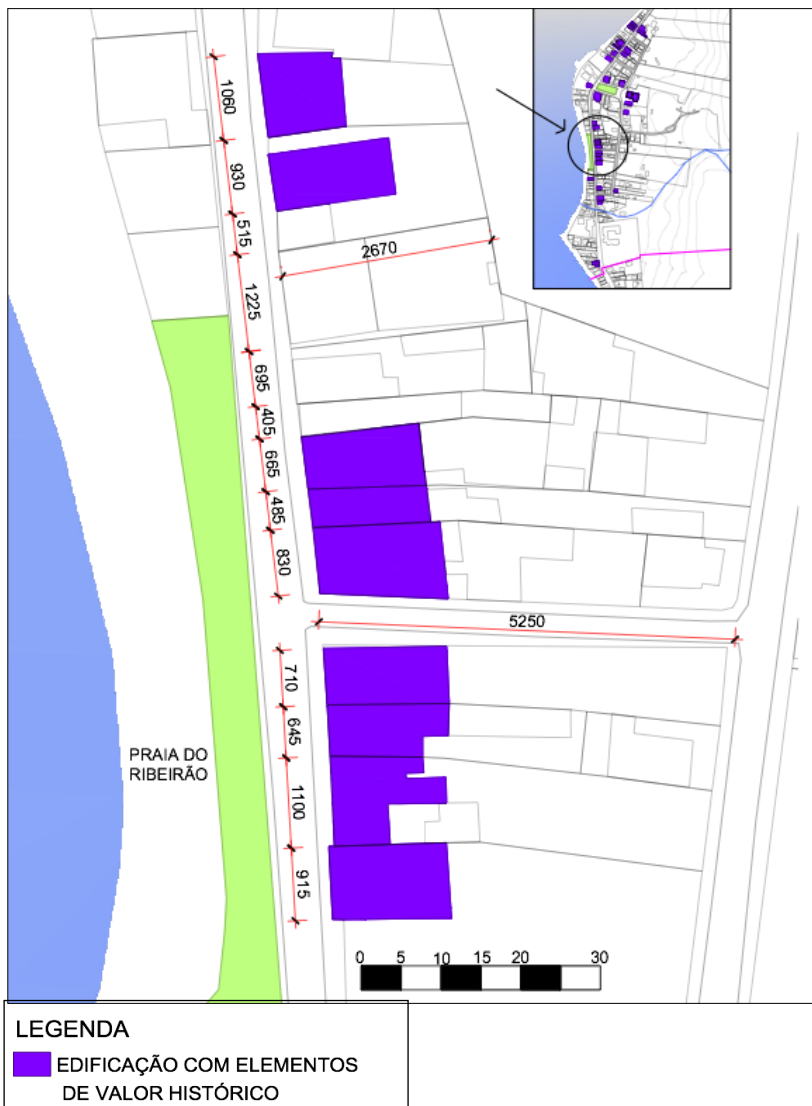
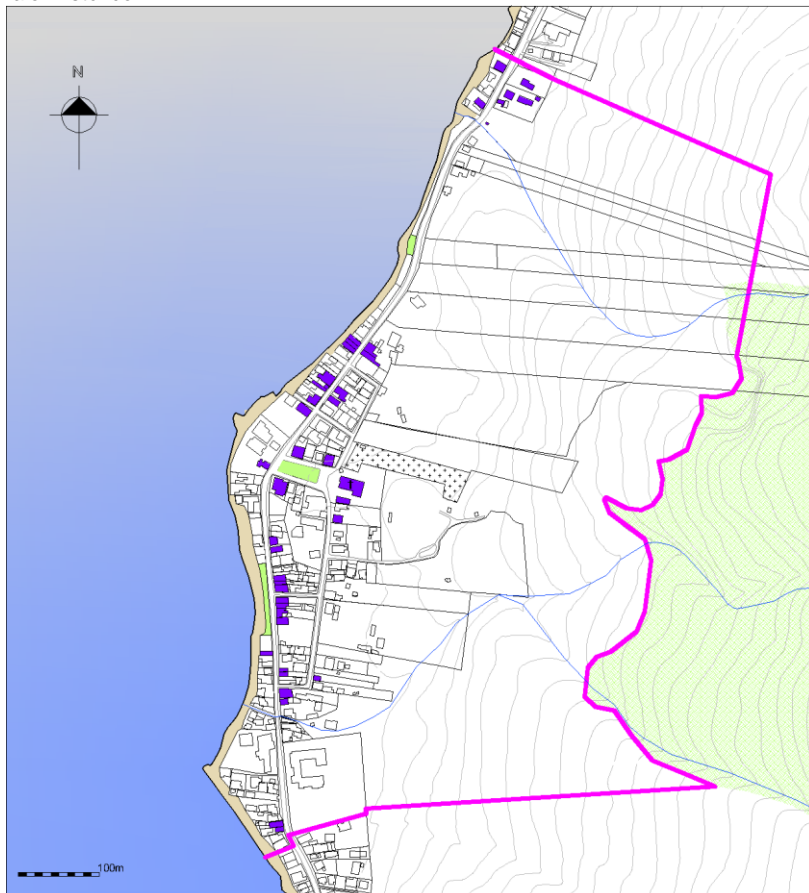


Figura 26- Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação de edificações de valor histórico.

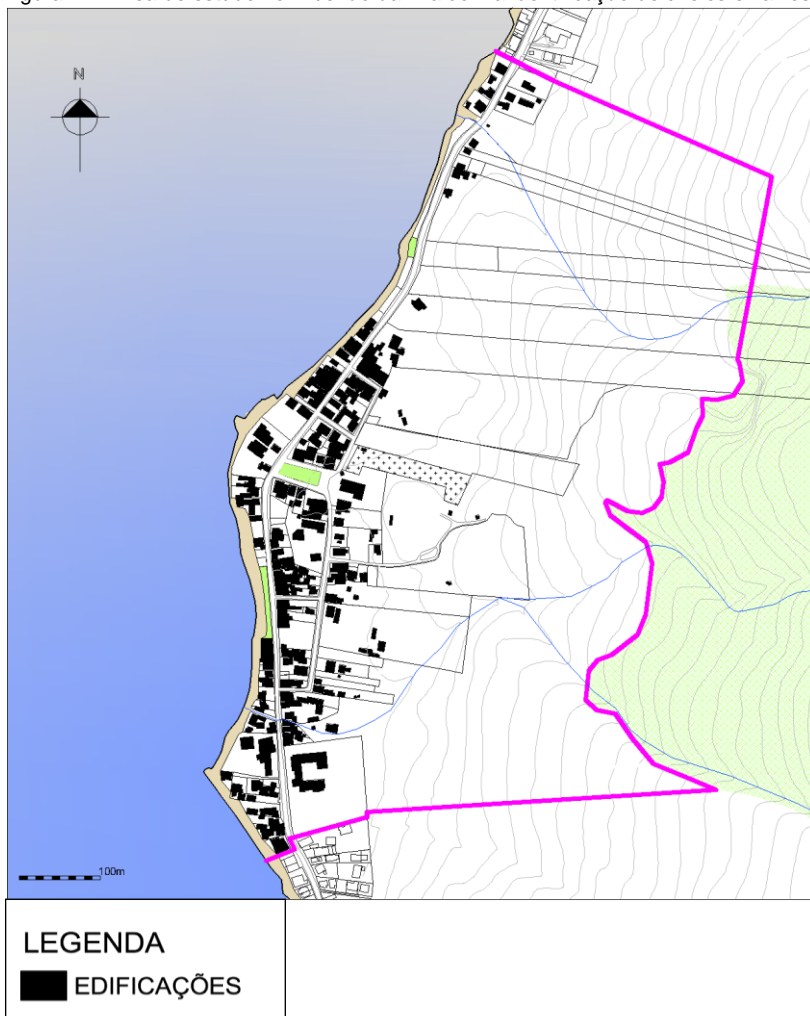


LEGENDA

EDIFICAÇÃO COM ELEMENTOS DE VALOR HISTÓRICO

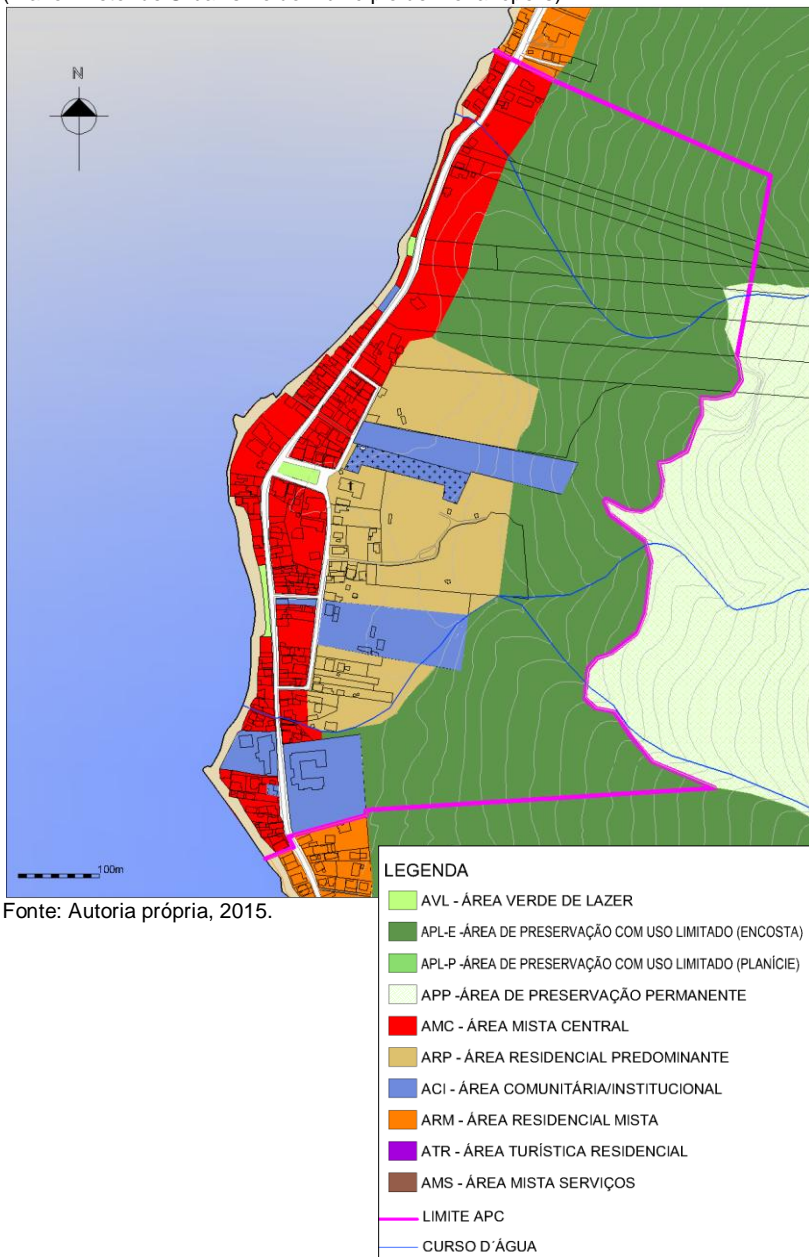
Fonte: A autoria própria, 2015.

Figura 27- Área de estudo no Ribeirão da Ilha com a identificação de cheios e vazios.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 28- Área de estudo no Ribeirão da ilha com a marcação da Lei 482/14 PMF (Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis).



Fonte: Autoria própria, 2015.

Conforme a figura 26, observamos a localização das edificações que possuem elementos de valor histórico, em sua maioria construídas no século XIX e que ainda permanecem preservadas em 2015. A área de estudo possui aproximadamente 210 edificações, dentre as quais 45 delas possuem algum valor histórico devido à sua idade, estilo arquitetônico ou detalhes construtivos.

O mapa de cheios e vazios (figura 27) demonstra que o sítio escolhido e o relevo determinaram a localização das edificações junto à orla e o adensamento das edificações na pequenas quadras coloniais. O morro atrás da Igreja limita a expansão e protege o sítio.

Na figura 28 observamos a aplicação da legislação atual. Dentro do perímetro da APC as áreas junto à orla são consideradas AMC (Área Mista Central), as edificações não podem ultrapassar dois pavimentos e a taxa de ocupação máxima é de 50%. Já na área ARP (Área Residencial Predominante), próxima à Igreja, o gabarito também é de dois pavimentos, mas a taxa de ocupação cai para 40%. Os afastamentos frontais e laterais seguem o código de obras do município (em geral as medidas são 4 metros de afastamento frontal e 1,5 metros de afastamento lateral, dependendo das dimensões do lote). A limitação na altura para dois pavimentos colabora para que não haja interferência visual nos conjuntos urbanos históricos. Mesmo com estas áreas determinadas pelo Plano Diretor (lei 482/2014), todas as construções novas dentro da APC devem ser analisadas e aprovadas também pelo SEPHAN.

6.1.2 Análise visual e estética das edificações

Através de um levantamento in loco foram procedidas as análises visuais e verificadas as questões relativas às tipologias edilícias e a percepção do conjunto de edificações. Analisando a volumetria, as proporções e as fachadas são identificados os elementos predominantes da arquitetura colonial das edificações e que colaboram com a qualidade da paisagem.

Pode-se observar a composição das edificações com 2 ou 3 eixos, principalmente as casas geminadas, algumas mantêm a altura das construções vizinhas, dificultando a

percepção da divisão dos lotes. Muitas delas repetem os elementos decorativos fundindo-se entre si.

O ritmo dos planos fechados e abertos nas edificações acentua a ordem na visualização do conjunto. As aberturas possuem vergas e contra-vergas em madeira, em sua maioria, com formato reto ou em arco. Muitas edificações possuem caixilhos em vidro, demonstrando a preocupação com o conforto e a modernização da vida de seus habitantes a partir do início do século XIX. Elementos decorativos significantes como falsos pilares, cimbalhas nas janelas e nos telhados também mostram a preocupação na valorização das casas. Nos telhados, em sua maioria de 2 águas, a cobertura em telhas coloniais é obrigatória, mesmo nas edificações mais recentes. Os telhados de 3 ou 4 águas recebem detalhes como a pombinha, valorizando suas características simples. Algumas destas edificações possuem fachadas modificadas e inclusão de platibandas e elementos ecléticos como detalhes geométricos em estuque. As construções com mais de um pavimento são raras, em sua maioria escondidas atrás da antiga fachada térrea preservada.

Figura 29- Conjunto de residências coloniais na Rua Baldicero Filomeno em frente à praia do Ribeirão, Ribeirão da Ilha.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

Na figura 29 estão as edificações onde encontra-se o mais significativo exemplo de conjunto urbano de construções tipicamente coloniais dentre os núcleos iniciais aqui apresentados. Muitas destas edificações possuem mais de 200 anos e sua estrutura permanece preservada, mas a maioria das casas recebeu intervenções e melhorias, mesmo sem

descaracterizar a edificação. Este é o trecho apresentado anteriormente na figura 25.

Figuras 30 e 31- Igreja de Nossa Senhora da Lapa com o Teatro do Divino Espírito Santo ao lado e o interior da igreja, Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 32- Visão geral da praça Hermínio Silva com a Igreja ao fundo, Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2014.

A Igreja de Nossa Senhora da Lapa (figuras 30 e 31), recentemente revitalizada, foi construída entre 1763 e 1806 pelos senhores e seus escravos com pedra, cal e azeite de baleia, vindo da Armação do Pântano do Sul (localidade mais ao sul da Ilha). Segue o partido arquitetônico colonial com um frontão triangular em sua fachada principal ornamentado por cimbalhas, encimado por cruz de ferro e decoração em volutas. Atrás do frontão estão duas torres laterais, sendo somente uma sineira (que sustenta dois sinos), decoradas com balaustradas no contorno e pináculos na cobertura, de forma piramidal. Esta fachada possui três janelas em arco e esquadria em guilhotina, uma porta dupla almofadada, todas ornamentadas com

sobreverga triangular. Também na fachada sul localiza-se o Império do Divino Espírito Santo, ao lado do templo. A cobertura da igreja apresenta telhas cerâmicas do tipo capa e canal (DENDIA,2008). O interior da Igreja é decorado com influências do estilo barroco, bastante ornamentado, com imagens do século XVIII e XIX. A figura 32 apresenta uma visão do conjunto da praça, Igreja e casario do entorno, onde fica evidente a posição mais alta da Igreja e o morro e vegetação emoldurando o conjunto.

Figura 33- Conjuntos de edificações encontrados no Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 34- Edificações com elementos adicionados ou construídas após o período colonial encontradas no Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 35- Edificações mais recentes encontradas no Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria 2014.

Figura 36- Visão da baía a partir do adro da igreja de Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 37- Vista da baía do Ribeirão da Ilha.

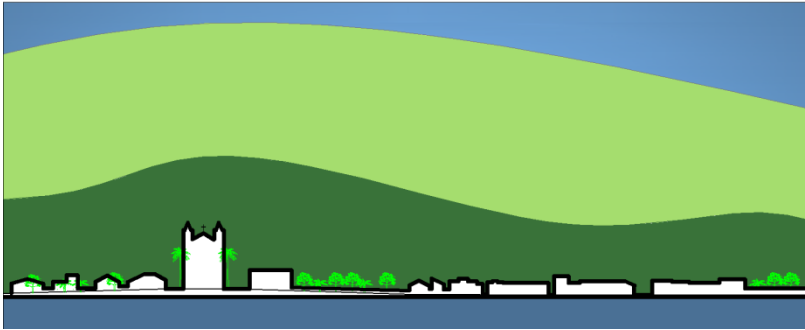


Fonte: Autoria própria, 2014.

Contrastando com o padrão da Igreja, as habitações possuem traços bem mais simples, em sua maioria as edificações possuem o partido arquitetônico colonial, como a regularidade nas aberturas e mínimos elementos decorativos. A figura 33 apresenta exemplos de edificações encontradas ao longo da rua Baldicero Filomeno que é a estrada geral que atravessa a Freguesia; muitas destas edificações têm data

provável de construção do início do século XIX. Existem edificações que acrescentaram posteriormente elementos como platibandas e ornamentos no estilo eclético como apresentado na figura 34. Na figura 35 observamos que as edificações mais recentes seguem a volumetria das antigas, com um ou dois pavimentos, afastamentos frontais e laterais e não interferem na paisagem colonial, algumas edificações imitam edificações coloniais e isto pode ter caráter duvidoso quanto à interferência no conjunto. Na figura 36 uma vista para a baía a partir da Igreja, onde observa-se que a vegetação bloqueia o contato direto com o mar. Na figura 37, uma vista da baía sul da Ilha de Santa Catarina onde embarcações europeias circulavam no século XVIII.

Figura 38- Perfil do Ribeirão da Ilha.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Traçando um perfil do terreno e das edificações (figura 38) pela via principal que corta a freguesia, percebe-se a proeminência da Igreja de Nossa Senhora da Lapa na paisagem do Ribeirão da Ilha. A linha que define o perfil das edificações apresenta continuidades interrompidas por terrenos não ocupados por edificações, mas a vegetação complementa a regularidade volumétrica do conjunto. O volume formado pelas edificações em fita representa de forma enfática o padrão de uso colonial do solo, evidenciando a horizontalidade visual. A elevação do relevo valoriza e emoldura o conjunto.

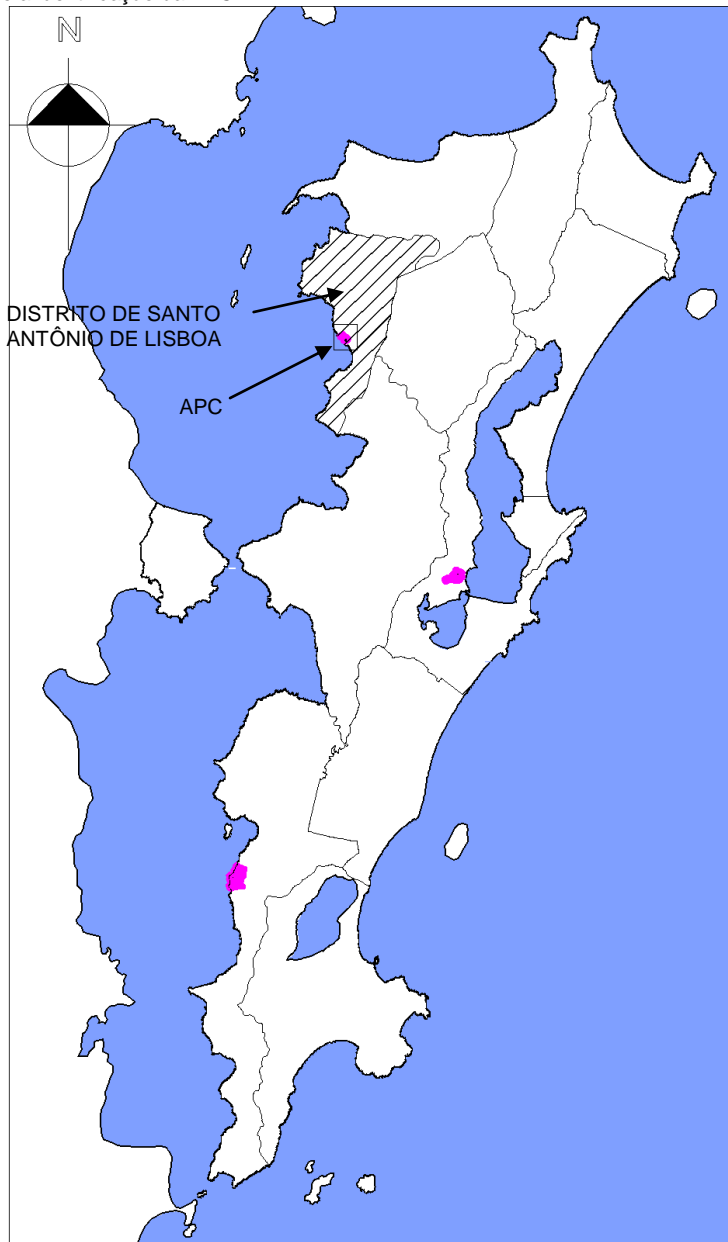
6.2 SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

Santo Antônio de Lisboa, segundo CABRAL (1968) recebeu seus primeiros colonizadores a partir de 1698, quando o Padre Matheus de Leão teria se localizado com mais 20 casais para aumentar a população da Ilha, recebendo sesmarias de duas léguas de terra concedidas pelo procurador do Marquês da Cascaes. Posteriormente em 1714, Manoel Manso de Avelar, então Sargento-mor da Ilha de Santa Catarina, estabeleceu-se nas proximidades com a família (na localidade de Sambaqui, pouco mais em direção ao norte na mesma baía), de onde dirigia os negócios da Ilha. A partir daí a região começou a florescer, transformando-se em freguesia em 1750.

Também provém desta localidade o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, um dos primeiros catarinenses ilustres, tendo participado da redação da Constituição do Reino Unido (do Brasil) e que posteriormente também representou a Província de Santa Catarina no Senado quando realizaram-se eleições para compor o Congresso Nacional (SOARES, 1990). A Igreja, denominada Nossa Senhora das Necessidades, foi consagrada em homenagem a devoção a uma santa portuguesa, por solicitação de Clara Manso de Avelar, filha de Manoel Manso de Avelar, um dos fundadores da localidade. Esta Igreja encontra-se tombada em nível municipal pelo Decreto 1314/75 e em nível estadual pelo Decreto n. 2998/98 como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico.

A economia desde o século XVII até início do século XX estava baseada na pesca e na produção de farinha de mandioca, aguardente, açúcar, trigo e panos de linho e algodão. (PIAZZA, 1983). Destacava-se das demais Freguesias por ter porto próprio, calmo e seguro em local estratégico, o que favorecia o comércio com o norte da Ilha e o porto de Desterro (VÁRZEA, 1985). Aos poucos Santo Antônio foi substituindo suas atividades agrícolas e artesanais por outras mais ligadas ao comércio mas seu porto entrou em declínio (assim como todos os outros portos da Ilha) após a abertura de estradas no interior da Ilha de Santa Catarina. Isto provocou uma queda vertiginosa em seu comércio, decorrendo em um longo período de estagnação.

Figura 39- Mapa da Ilha de Santa Catarina com o Distrito de Santo Antônio de Lisboa e a identificação da APC.



Fonte: Autoria própria, 2015.

O Distrito de Santo Antônio de Lisboa possui uma área de 22,5 km² com uma população de 6.842 pessoas (IBGE/2010) e localiza-se a aproximadamente 16km em relação ao centro da cidade (figura 39). Fazem parte deste Distrito, além da Freguesia de Santo Antônio de Lisboa (local desta pesquisa), as localidades de Barra do Sambaqui, Sambaqui e Cacupé. O local, que inicialmente se chamava freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, em 1943 passou a se chamar Rerituba¹³, mas retornou à sua denominação original de Santo Antônio de Lisboa apenas cinco anos depois, pois a população não aprovou a mudança. O Distrito, que compreendia quase todo o norte da Ilha, começou a ser fragmentado a partir de 1835 com o desmembramento de Canasvieiras e posteriormente em 1934 com o desmembramento de Ratonos (SOARES, 1990). Hoje destaca-se como produtor de ostras, como destino turístico pelo seu Patrimônio Cultural e por sua Rota Gastronômica do Sol Poente, que é como está designada a orla que liga Santo Antônio a Sambaqui, atraindo inúmeros turistas e incrementando a economia local.

A figura 40 traz uma visão aérea da área de estudo, pode-se observar o contraste entre a área construída e a vegetação presente nos morros que delimitam o sítio.

A área analisada (figura 41) inclui a área definida como APC - Área de Preservação Cultural (determinada pelo Plano Diretor do Município - Lei 482/14) além de mais uma porção do território para que o mapa configure um polígono com 1000 x 1100 metros (mesma área delimitada no sítio do Ribeirão da Ilha e da Lagoa da Conceição). Nesta imagem observa-se que a APC inclui somente o núcleo inicial com a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, a Praça Getúlio Vargas e parte das pequenas quadras coloniais (figura 42) e tem aproximadamente 0,06km².

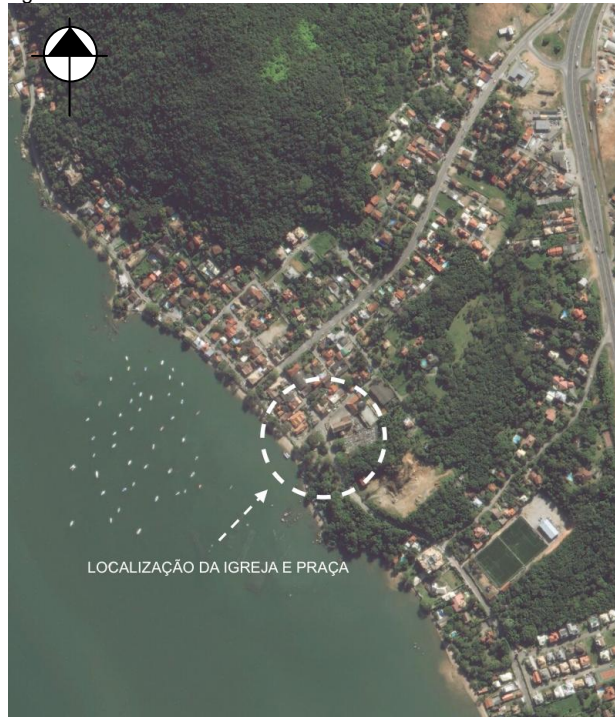
6.2.1 Análise do traçado urbano

O traçado urbano da localidade seguiu o modelo das vilas portuguesas, com uma ou duas ruas principais paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais. As primeiras edificações foram erguidas na mesma época que as da Vila Capital (Desterro) e

¹³ RERITUBA: nome de origem Tupi-guarani, RERI significa ostra e TUBA significa abundância, portanto Rerituba significa abundância de ostra. (SOARES, 1990)

Lagoa da Conceição e, "na segunda metade do século XVII, já existiam algumas picadas que interligavam estes pontos" (VÁRZEA, 1985, p. 71).

Figura 40- Vista aérea da área de estudo em Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Google Earth, acesso em 15/04/2015.

Na figura 43 pode-se observar a configuração do tecido urbano com as pequenas quadras próximas à Igreja e o restante do sítio se desenvolvendo ao longo dos caminhos que levavam a outros pontos da Ilha. Fato interessante que ocorre é que o núcleo desenvolveu-se apenas para um lado (noroeste) devido ao relevo. Estas quadras dentro da Área de Preservação Cultural têm dimensões bastante similares de aproximadamente 100 x 55 m. Neste núcleo também está caracterizada a aplicação da Provisão Régia de 1747, mesmo que não tenham sido seguidas exatamente as dimensões solicitadas pela lei: a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, posicionada em um dos lados da Praça Getúlio Vargas, com o cemitério junto à sua fachada

sudeste. Na figura 44 estão apresentadas medidas aproximadas de alguns lotes nas quadras coloniais; poucos lotes representam o padrão colonial de pequena fachada e grande profundidade mas as alterações no parcelamento pioneiro do solo são bastante significativas a notar pela reduzida quantidade de edificações preservadas.

Figura 41- Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a identificação da área de APC.

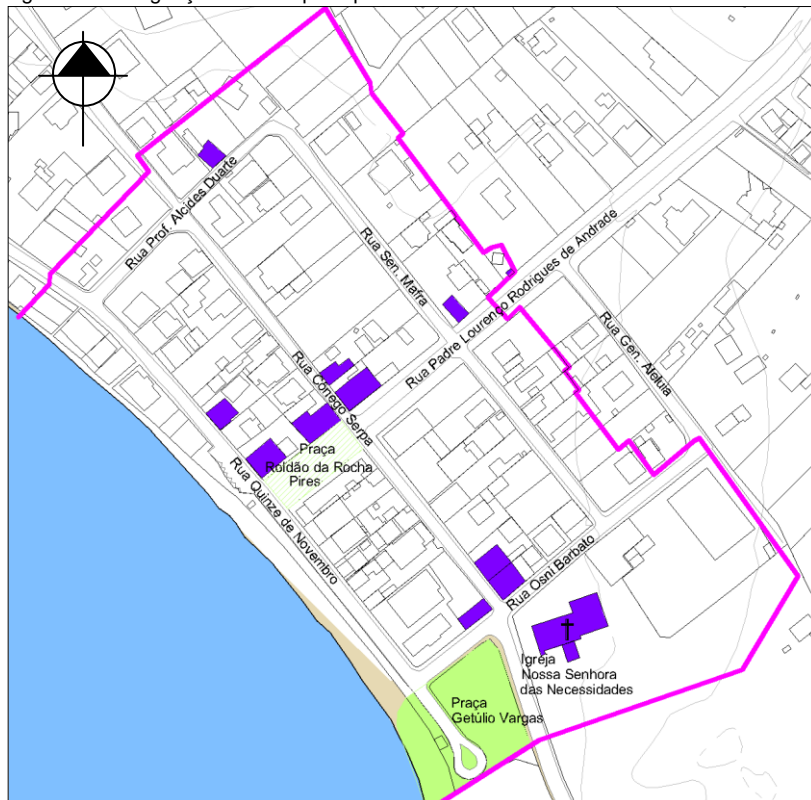


Fonte: Autoria própria, 2015.

Na figura 45 identifica-se a pequena quantidade de edificações com elementos de valor histórico que ainda são encontradas e estão localizadas dentro do perímetro da APC. O

polígono da área de preservação possui aproximadamente 125 edificações e destas apenas 12 edificações guardam elementos com valor histórico.

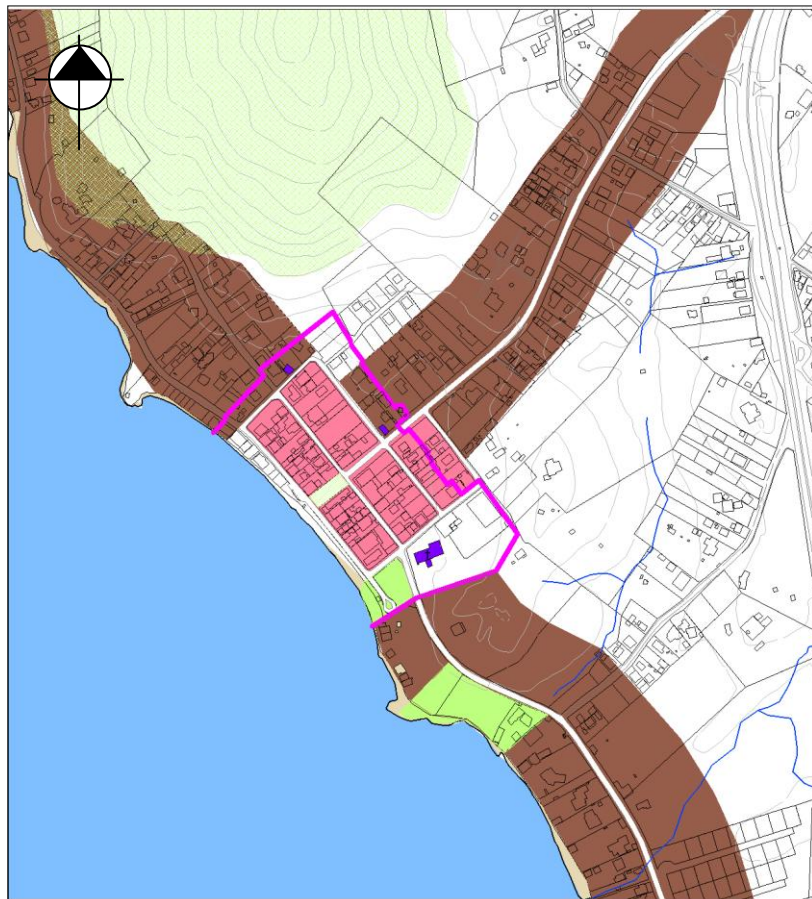
Figura 42- Designação de ruas principais em Santo Antônio de Lisboa.



Fone: Autoria própria, 2015.

Na figura 46, que apresenta os cheios e vazios do tecido urbano, observa-se que o adensamento das edificações ocorre principalmente nas quadras coloniais próximas à Igreja e dentre as edificações mais recentes, muitas ocupam toda a testada do lote dentro da APC, tendo a possibilidade de ter sido anteriormente ocupada por uma edificação colonial, já que são poucos os registros sobre as ocupações anteriores dos lotes.

Figura 43- Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a marcação das quadras coloniais.



LEGENDA

 QUADRA COLONIAL

 OCUPAÇÃO LINEAR

Fonte: Autoria própria, 2015.

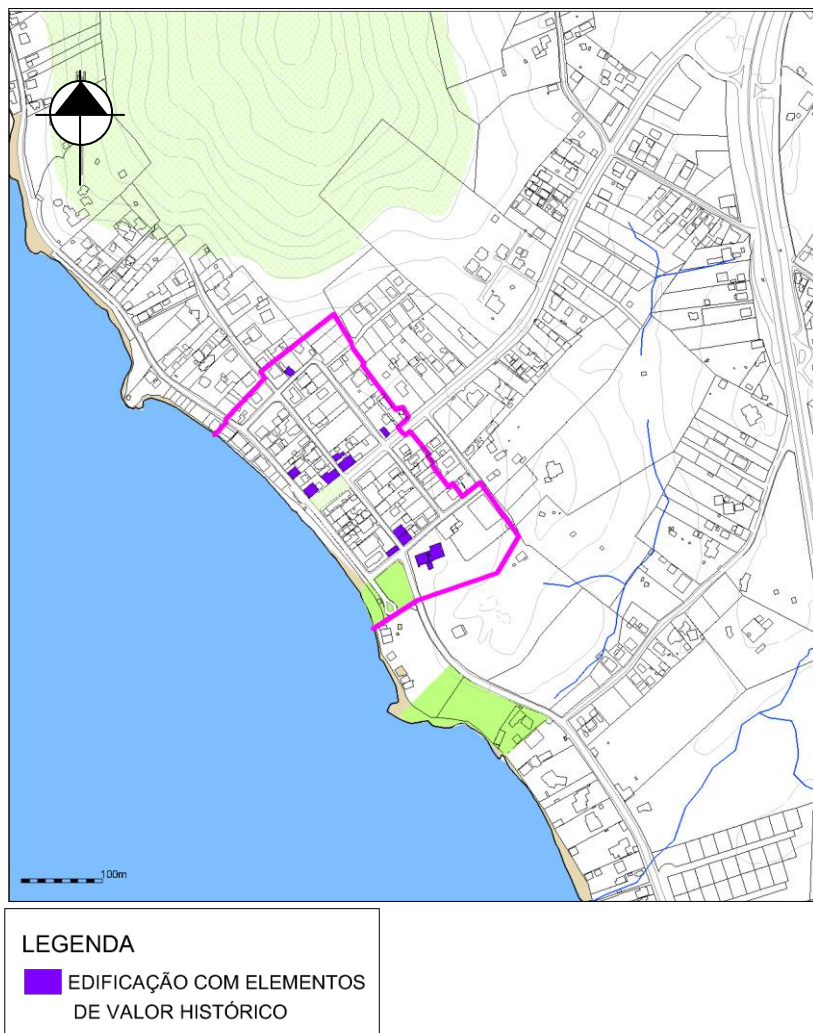
Figura 44- Dimensão de lotes em parte da área de estudo, Santo António de Lisboa.

**LEGENDA**

- EDIFICAÇÃO COM ELEMENTOS DE VALOR HISTÓRICO

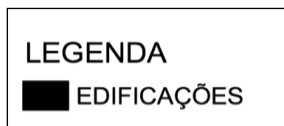
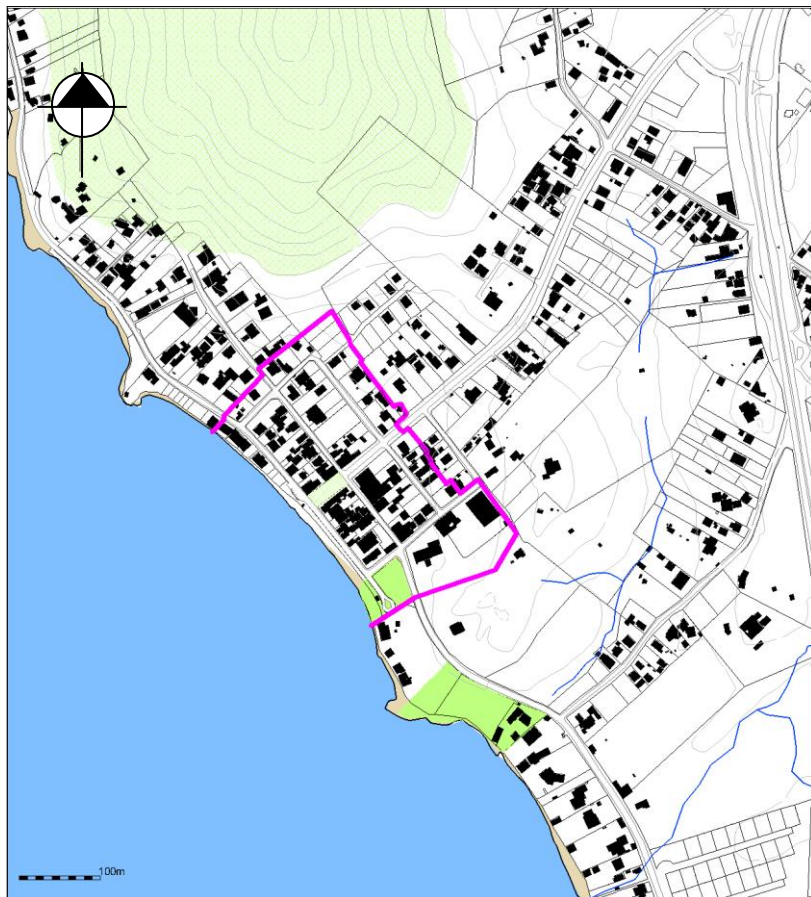
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 45- Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa, com a identificação de edificações de valor histórico.



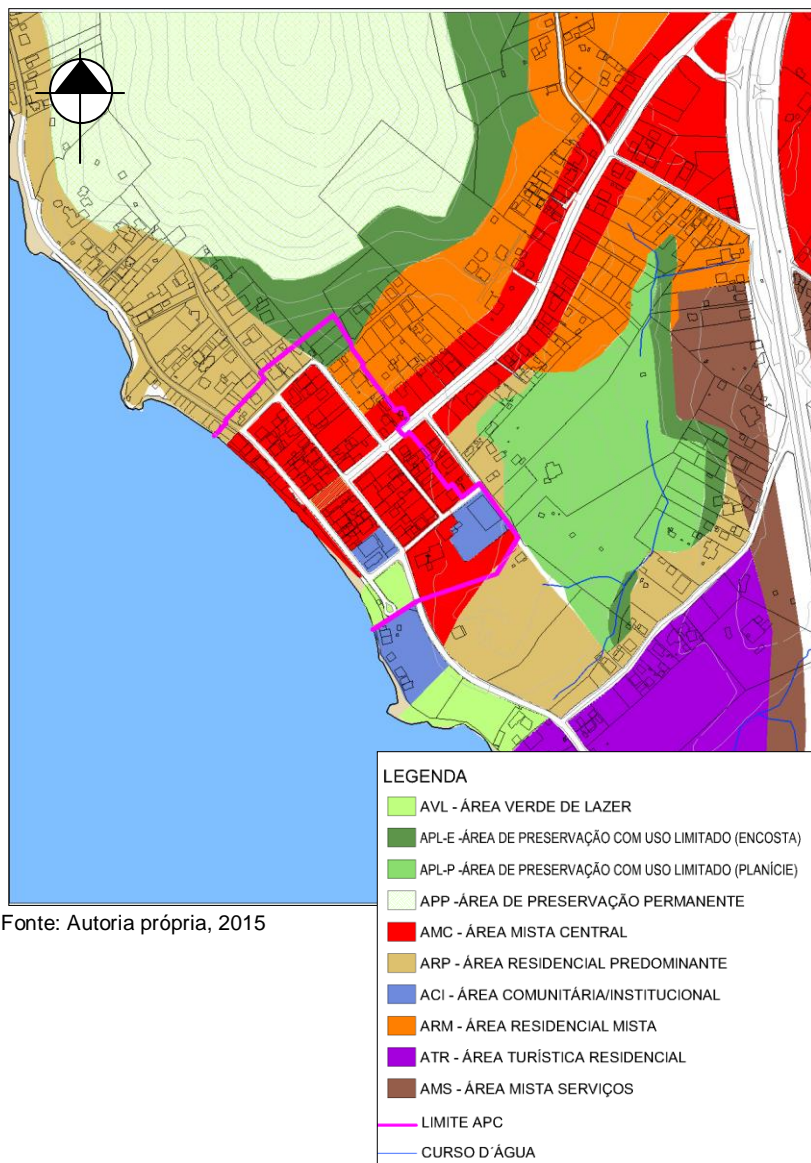
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 46- Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a identificação de cheios e vazios.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 47- Área de estudo em Santo Antônio de Lisboa com a marcação da Lei 482/14 PMF (Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis).



Fonte: Autoria própria, 2015

A figura 47 apresenta a aplicação da legislação vigente no núcleo de Santo Antônio de Lisboa. A área onde se localiza a Igreja e as quadras coloniais configura-se como área mista central (AMC). Nesta área as edificações não podem ultrapassar dois pavimentos e a taxa de ocupação máxima é de 50%. As áreas que ficam junto à rua que segue na direção norte são classificadas como ATR - área turístico-residencial, onde há incentivo às atividades voltadas ao turismo. O bairro de Santo Antônio de Lisboa hoje possui diversos locais dedicados à gastronomia e artesanato regional e a orla recebeu a denominação de Rota do Sol Poente, adotada pelo Poder Municipal, com o intuito de valorizar a rota turística que inclui a área de estudo (ver Apêndice A). Também neste local os afastamentos frontais e laterais para novas construções seguem o código de obras do município (normalmente as medidas são 4 metros de afastamento frontal e 1,5 metros de afastamento lateral, dependendo das dimensões do lote). A limitação na altura para dois pavimentos colabora para que não haja interferência visual nos conjuntos urbanos. Mesmo com estas áreas enquadradas na lei 482/2014, todas as construções novas dentro da APC deverão ser analisadas e aprovadas também pelo SEPHAN.

6.2.2 Análise visual e estética das edificações

Através de um levantamento *in loco* foram procedidas as análises visuais e verificadas as questões relativas às tipologias edilícias e a percepção do conjunto de edificações. Analisando a volumetria, as proporções e as fachadas são identificados os elementos predominantes na arquitetura colonial.

Santo Antônio perdeu muitas de suas edificações antigas, principalmente a partir da construção da rodovia SC-401 na década de 1970, que liga o centro ao norte da Ilha, quando a localidade recebeu maior visibilidade por parte dos novos moradores que passava a incrementar a população da Ilha. A baía de águas calmas e a beleza do por do sol, que já havia atraído os primeiros colonizadores, juntamente com a proximidade do centro da cidade, transformou a localidade em um local bastante atraente para instalação da população com maior poder aquisitivo. Os antigos moradores, que tinham a economia baseada na pesca, viram a possibilidade de melhoria

em sua qualidade de vida, mas ao perceberem que haviam perdido seu contato com as antigas tradições, não puderam mais voltar ao local de origem, pois agora já não podiam pagar pelos terrenos do local. Neste momento que a necessidade de modernização das edificações fica evidente, muitas delas acabaram sendo substituídas por edificações modernas, mesmo sujeitando-se às novas regras da legislação com maiores afastamentos dentro dos lotes, o que pode ter colaborado para a alteração do parcelamento urbano.

A reduzida quantidade de edificações com valor histórico ou estético em Santo Antônio de Lisboa apresenta diversas características coloniais como a regularidade e simetria nas aberturas, cimalkas e elementos decorativos. Observa-se em Santo Antônio de Lisboa uma certa quantidade de edificações da década de 1950 e 1960, que estão mimetizadas em relação às edificações coloniais e ao observador mais desavisado passam também por edificações históricas. Neste núcleo predomina o uso comercial, que valoriza e acentua o caráter histórico do bairro. A figura 48 apresenta o conjunto da igreja ladeada por edificações coloniais que possuem atividades comerciais atualmente. Em primeiro plano a edificação abriga um centro de artesanato que expõe criações de artistas e artesãos locais, muitos deles exibindo técnicas trazidas pelos açorianos que colonizaram o local a partir de 1748.

A Igreja de Nossa Senhora das Necessidades (figuras 49 e 50) localizada em terreno elevado está implantada em local de destaque e tem o cemitério localizado junto às fachadas posterior nordeste e lateral sudeste. A fachada principal, voltada a sudoeste, possui um frontão triangular ornamentado por cimalkas que acompanham o telhado de duas águas e no centro um óculo de vidraça. Coroando este frontão encontram-se duas volutas que sustentam a cruz central. Do lado esquerdo encontra-se a torre sineira apoiada em um contraforte. No centro a portada em cantaria possui verga e sobreverga em arco abatido. Os beirais compostos por beira-seveira não possuem calhas, que é um fato usual para a época de construção (DENDIA, 2008). Em frente à igreja há uma praça conforme as normas portuguesas (Praça Getúlio Vargas) que está voltada para a baía norte (figura 51). Estes elementos característicos do período colonial identificam o local como núcleo de colonização açoriana na formação inicial da Ilha de Santa Catarina.

Figura 48- Conjunto de edificações coloniais e Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.

Figura 49 e 50- Igreja de Nossa Senhora das necessidades e Santo Antônio e interior da igreja, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 51- Visão geral da Praça Getúlio Vargas a partir do adro da igreja, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 52- Edificação colonial revitalizada e localizada na Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 53- Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 54- Placa localizada na Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2014.

A figura 52 apresenta a imagem de uma edificação que estava em ruínas até a década de 2010 e foi recuperada para instalação de um restaurante. Esta edificação abrigou o Imperador D. Pedro II em sua visita à Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1845 e está localizada ao lado de uma rua que recebeu calçamento em pedra para esta visita (figura 53), sendo considerado o calçamento mais antigo ainda existente na Ilha de Santa Catarina. A rua que é denominada Praça Roldão da Rocha Pires recebe uma feira de artesanato, a “Feira da Alfaias” nos finais de semana com a função de valorizar artistas locais. A placa localizada na Praça Roldão da Rocha Pires (figura 54) tem os seguintes dizeres, que representam a vida do povo que instalou-se nas terras do Brasil, não somente neste local, mas em outros núcleos de colonização inicial na Ilha de Santa Catarina:

Santo Antônio de Lisboa: Em 11 de janeiro de 1698 foram concedidas as primeiras sesmarias desta terra ao padre Matheus de Leão e a algumas famílias portuguesas. Em 1748 vieram os açorianos em grande número para ocupar e garantir o território. Foi elevada à categoria de Freguesia, por D. João V, em 27 de abril de 1750 com o nome de Nossa Senhora das Necessidades da Praia Comprida. Em 1948 recebeu o nome atual, Santo Antônio de Lisboa. Sua riqueza e cultura é resultado da vida, trabalho e costumes de carijós, portugueses, africanos e tantos outros mais que, até hoje, aqui constroem um modo de vida simples, fraterno e hospitaleiro. Seja bem vindo.

A figura 55 apresenta diversos conjuntos de edificações encontradas em Santo Antônio de Lisboa, algumas possuem características coloniais e convivem com outras edificações mais recentes que possuem proporções similares às primeiras. Observa-se como a interferência dos equipamentos urbanos e postes de energia elétrica interferem na qualidade da paisagem na medida que atrapalham visualmente. A volumetria das edificações acrescidas ao conjunto urbano e as modificações estéticas posteriores ao período colonial conseguiram manter a uniformidade volumétrica do conjunto. A largura das vias, concebidas no período em que era pequena a circulação de

veículos, aliada à proximidade das edificações traz a escala humana até o observador, proporcionando sensações positivas quanto a percepção do núcleo histórico. A figura 56 apresenta uma vista da baía de Santo Antônio de Lisboa, que possui um dos mais belos visuais da Ilha de Santa Catarina.

Figura 55- Conjuntos de edificações encontradas em Santo Antônio de Lisboa.



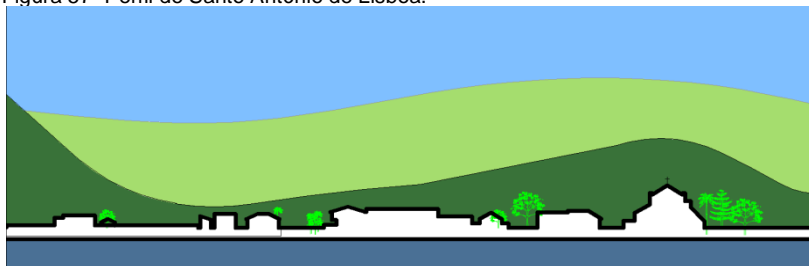
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 56- Vista da baía em Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 57- Perfil de Santo Antônio de Lisboa.



Fonte: Autoria própria, 2015.

O perfil das edificações e do terreno (figura 57) traçado pela rua principal da Freguesia que passa em frente à Igreja de Nossa Senhora das Necessidades apresenta pouca continuidade na volumetria do conjunto. As novas edificações formam uma linha de maior altura, interrompido pelas edificações coloniais e terrenos sem uso, mas a Igreja aparece como elemento de força vertical, impondo-se no perfil de Santo Antônio de Lisboa. Apesar da dispersão das edificações, o conjunto pode ser percebido com relativa unidade pelas semelhanças estéticas e volumétricas entre as edificações e também devido ao estreito arruamento que tende a integrá-las.

6.3 LAGOA DA CONCEIÇÃO

A Lagoa da Conceição, junto com Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, constitui-se em uma das localidades mais antigas da Ilha de Santa Catarina. O núcleo inicial fica no interior da Ilha de Santa Catarina, nas proximidades da lagoa que deu nome à localidade e fica distante aproximadamente 15 km do centro da cidade. A implantação de seu sítio difere dos exemplos apresentados anteriormente, pois conforme pode-se observar na figura 58, o local não encontra-se nas baías da Ilha de Santa Catarina, mas em terras de seu interior e no alto de uma colina.

O Distrito da lagoa da Conceição possui área estimada em 55,28 km², sendo que dele fazem parte as seguintes localidades: Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição (área da pesquisa), Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa. Sua população é estimada em 9.849 hab. (IBGE/2010). A lagoa que recebe o nome da padroeira possui 19,71 km² e está dividida em duas partes: lagoa de dentro e lagoa de fora, separadas por um estreito onde existe uma ponte que dá acesso às praias localizadas na parte leste da Ilha de Santa Catarina.

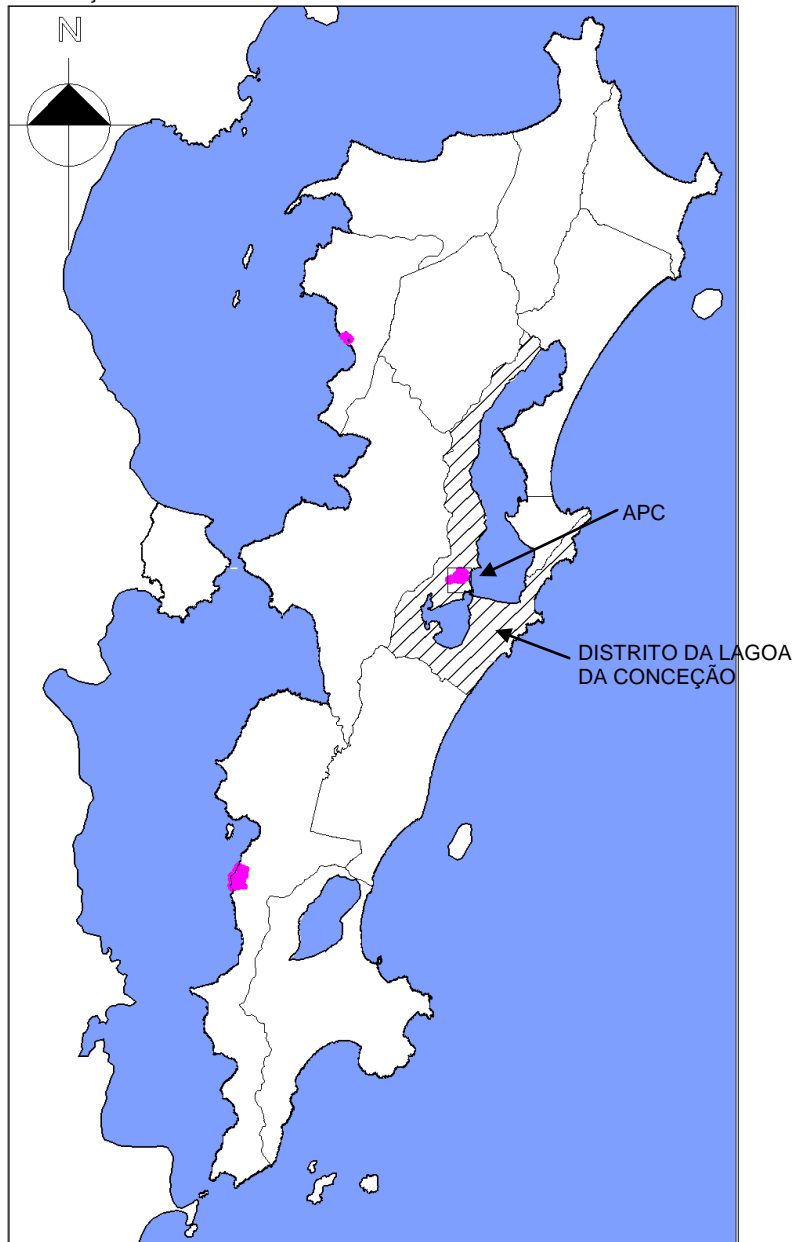
Uma vista aérea do local (figura 59) indica que, apesar da Igreja encontrar-se próxima à lagoa, não está voltada para ela, como poderia-se supor, tendo esta acesso direto ao mar. O motivo desta implantação não está esclarecido, mas pode ter fundamento quando destaca-se que este núcleo foi implantado em terras de sesmaria do fundador da cidade (Francisco Dias Velho), isto no final do século XVII, quando a organização das

idades ainda era dividida entre cidade alta e cidade baixa, como nos moldes das primeiras urbanizações brasileiras. Segundo VÁRZEA (1985, p. 80) “a ocupação da freguesia desenvolveu-se ao sopé do morro e também no entorno da igreja que foi construída num ponto elevado, dominando a encosta. O casario típico nucleou-se mais próximo da Igreja e estradas que lhe davam acesso”. Uma curiosidade que também a difere dos demais núcleos é que nas proximidades do sítio não há vestígios de nenhuma fortificação, mas devido à existência de uma localidade denominada Fortaleza, na Barra da Lagoa (localidade no lado oposto da Lagoa), é possível que em tempos remotos tenha havido uma edificação deste tipo e que possivelmente o tempo encarregou-se de apagar. O registro de uma fortificação também é indicado em mapa elaborado em 1786 por José Correia Rangel (ver Anexo A). Este mapa foi elaborado por solicitação da Coroa Portuguesa para demonstrar os locais fortificados da Ilha de Santa Catarina.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi criada oficialmente por Alvará Régio em 7 de junho de 1750. A Igreja, que encontra-se tombada em nível municipal por Decreto 1314/75 e em nível estadual por Decreto n. 2998/98 como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico, teve como seu primeiro vigário o Padre Manoel Cabral de Bittencourt que veio acompanhado de casais açorianos colonizadores. A ocupação que ia da Lagoa da Conceição até o Rio Tavares (localidade mais ao sul da ilha) não foi a primeira a se instalar nestas terras, pois nas proximidades encontram-se vestígios de ocupação pré-histórica, como sambaquis, pedras com sulcos, amoladores e afiadores, além de machados semi-polidos e cerâmica (VÁRZEA, 1985).

A economia durante a ocupação inicial, após a chegada dos imigrantes açorianos, estava concentrada nos engenhos de mandioca, alambiques, fábricas de açúcar, curtumes, além de grande produção de pescados que supriam as necessidades da freguesia e eram comercializados com outras localidades mais próximas, inclusive Desterro. Esta Freguesia destacava-se das demais pela existência da indústria doméstica. A fabricação de tecidos, toalhas e riscados provavelmente servia toda a cidade. Hoje caracteriza-se por ser um bairro com diversos serviços e importante ponto turístico para a cidade de Florianópolis.

Figura 58- Mapa da Ilha de Santa Catarina com o Distrito da Lagoa da Conceição e a identificação da APC.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 59- Vista aérea da área de estudo na Lagoa da Conceição.



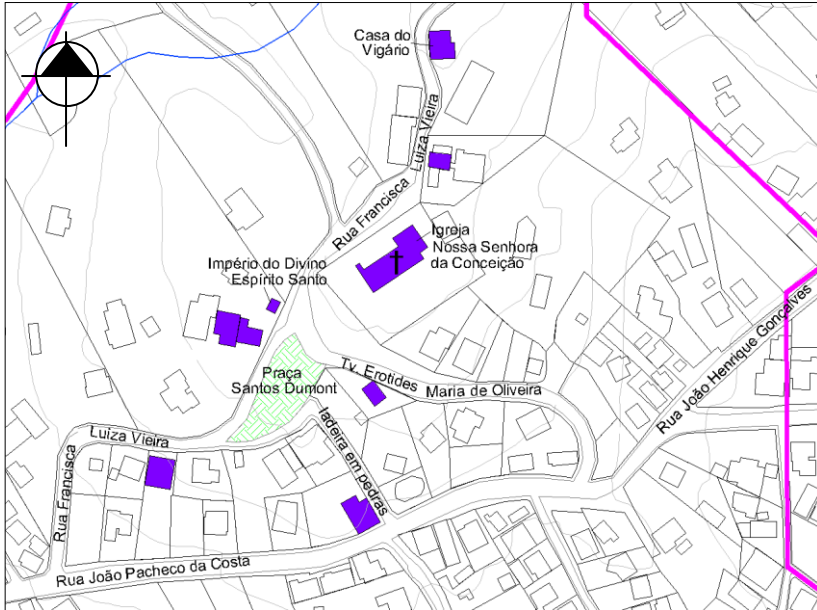
Fonte: Google Earth, acesso em 15/04/2015.

6.3.1 Análise morfológica do traçado urbano

A área analisada compreende a área delimitada como Área de Preservação Cultural (determinada pelo Plano Diretor do Município - Lei 482/14) e inclui o núcleo inicial com a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Praça Santos Dumont (figura 60) e adjacências, perfazendo uma área aproximada de 1000 x 1100 metros (figura 61), do mesmo tamanho que as áreas analisadas no Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. A forma desta APC está condicionada ao entorno da igreja, possuindo um braço que segue até o casario histórico da Rua

João Pacheco da Costa, via que dá acesso ao centro histórico pelo sentido oeste. Esta APC tem área aproximada de 0,19 km² e localiza-se a aproximadamente 13 km do Centro de Florianópolis.

Figura 60- Designação de ruas principais na Lagoa da Conceição.

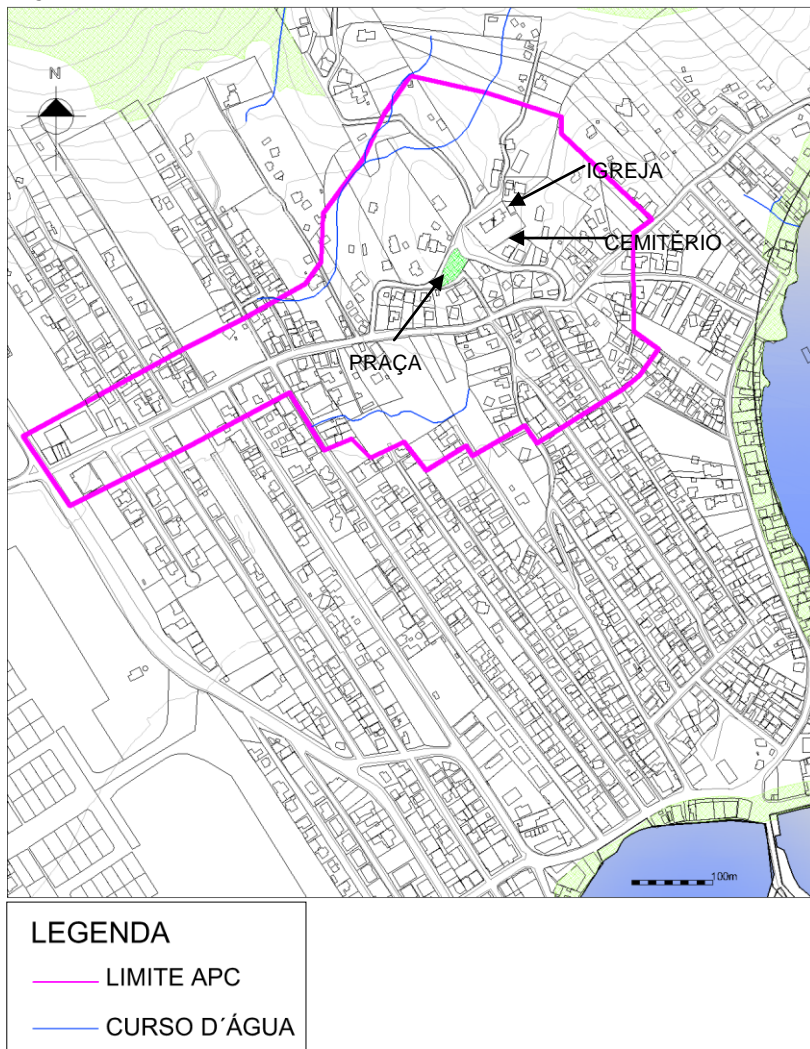


Fonte: Autoria própria, 2015.

O traçado urbano conformou-se de forma diversa dos outros núcleos aqui estudados. A praça não está localizada em frente à baía (ou lagoa neste caso), mas ainda pode-se perceber alguns traços da implantação sugerida pela Provisão Régia de 1747. Na figura 62 são identificadas as pequenas quadras próximas à Igreja, apresentando-se notadamente irregulares, devido ao relevo acidentado. Apesar deste desnível os lotes conservam certa proporção em suas dimensões em uma tentativa de manter os padrões na divisão de terras, como pode-se observar na figura 63 que traz um levantamento de alguns lotes dentro das quadras coloniais.

Na figura 64, com o mapa de cheios e vazios, nota-se o adensamento das edificações na planície entre a elevação da igreja e a lagoa, devido à situação mais plana e mais favorável às construções, além de serem edificações mais recentes.

Figura 61- Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação da área de APC.

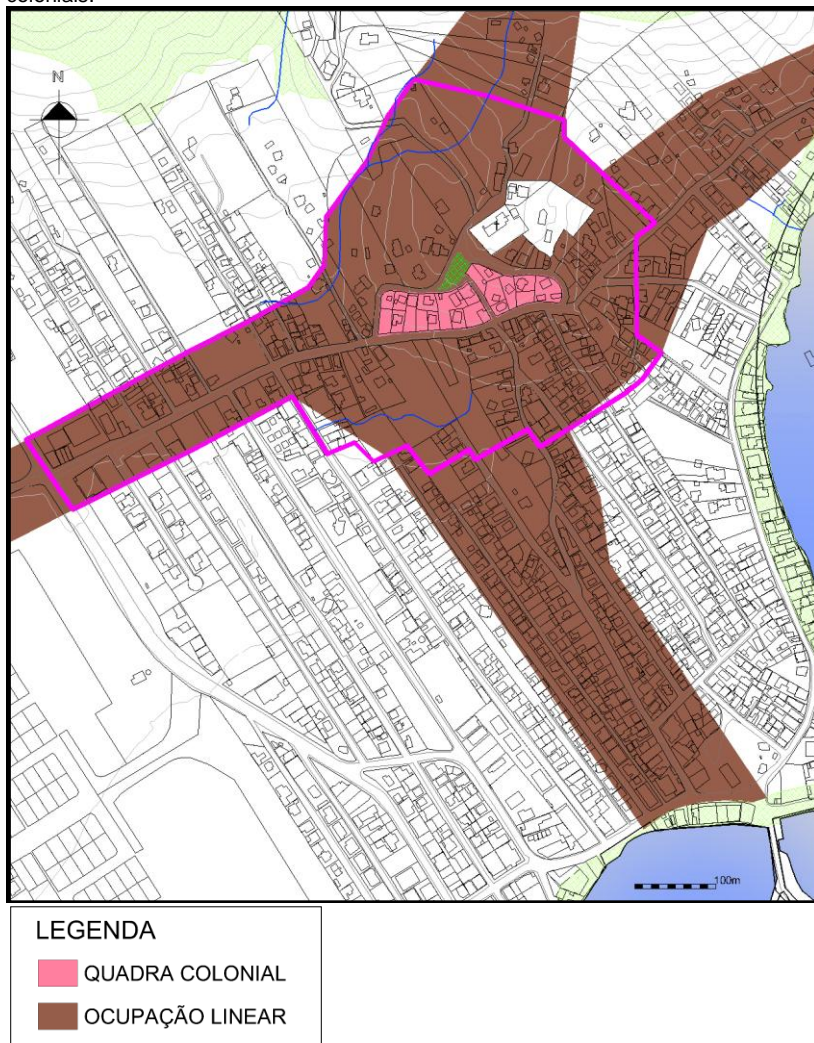


Fonte: Autoria própria, 2015.

A Lagoa da Conceição atualmente é um dos principais pontos turísticos de Florianópolis e, apesar da caracterização de bairro histórico, o número de edificações que ainda possuem elementos coloniais é bastante reduzido (figura 65). A ocupação legal das terras da Lagoa da Conceição passa hoje por

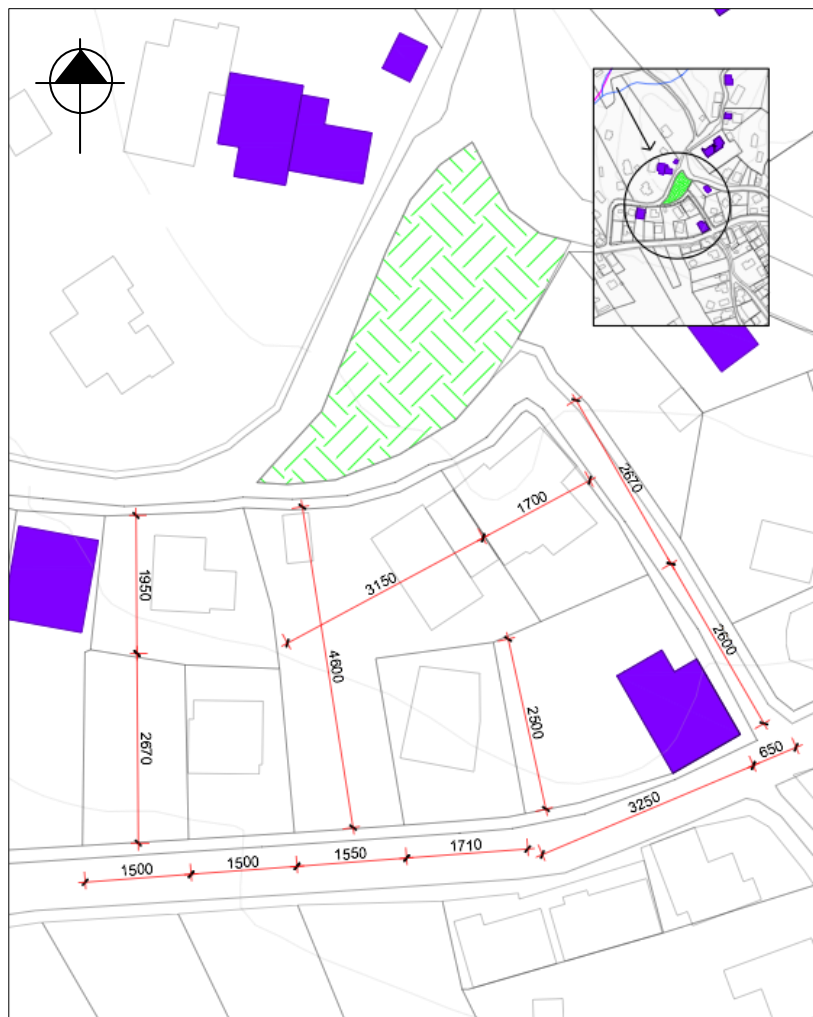
conscientização do nível de ocupação. O respeito pelas construções com valor histórico, como a Igreja e seu entorno é um trabalho complexo, que tem a população como aliada na construção e manutenção de símbolos de identidade da cidade.


Figura 62- Área de estudo na Lagoa da Conceição com a marcação das quadras coloniais.



Fonte: Autoria própria, 2015.

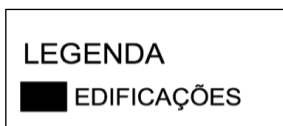
Figura 63- Dimensão de lotes em parte da área de estudo, Lagoa da Conceição.

**LEGENDA**

 EDIFICAÇÃO COM ELEMENTOS DE VALOR HISTÓRICO

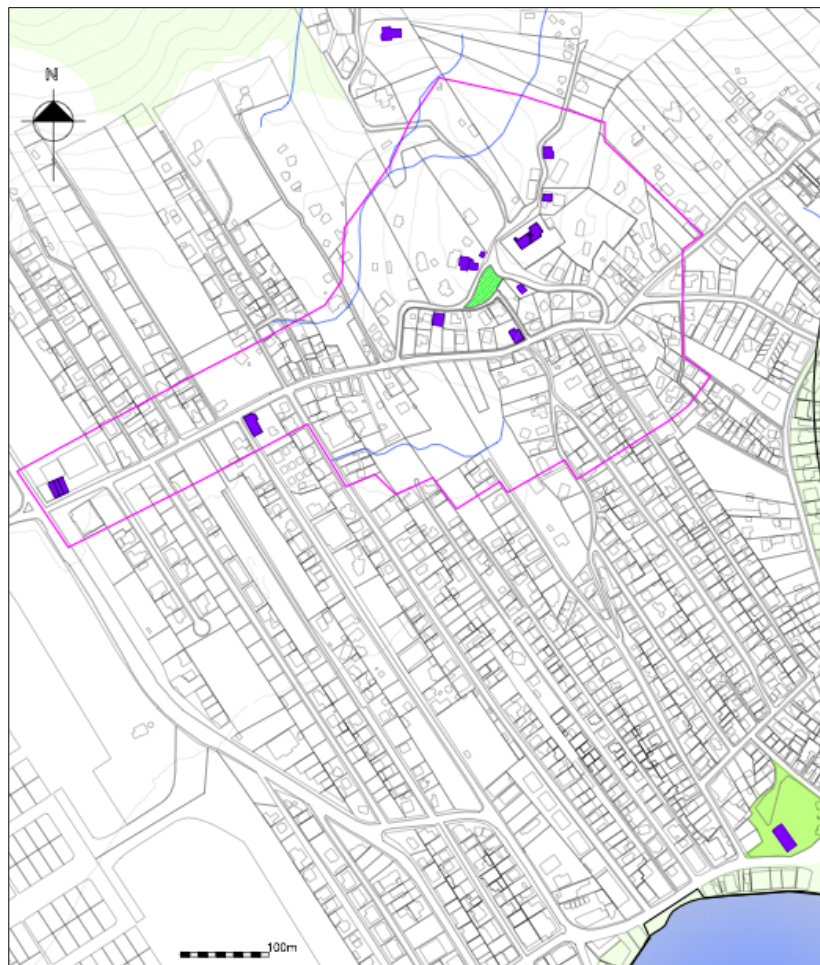
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 64- Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação de cheios e vazios.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 65- Área de estudo na Lagoa da Conceição com a identificação de edificações de valor histórico.

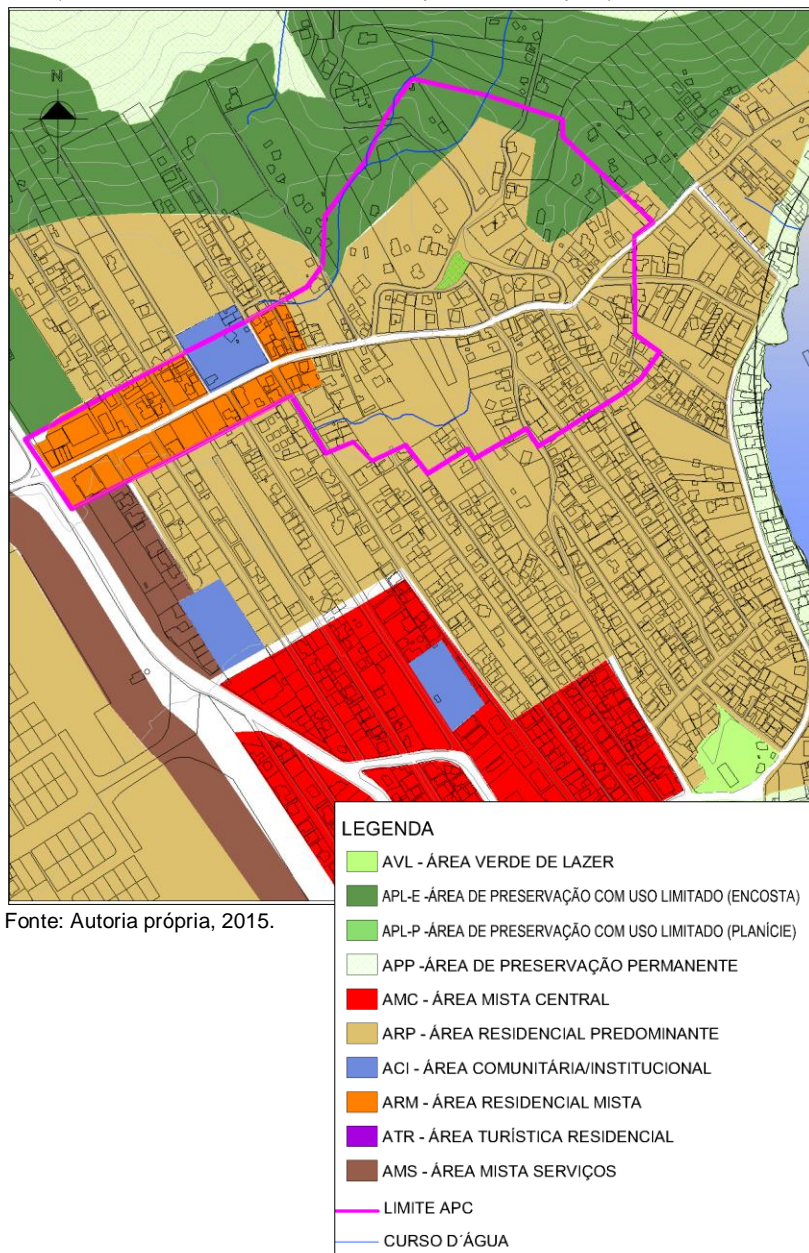


LEGENDA

- EDIFICAÇÃO COM ELEMENTOS DE VALOR HISTÓRICO

Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 66- Área de estudo na Lagoa da Conceição com a marcação da Lei 482/2014 PMF (Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis).



Fonte: Autoria própria, 2015.

A figura 66 traz a aplicação da legislação atual sobre a área de estudo. A maior parte do território dentro da APC caracteriza-se como ARP (área residencial predominante). Nesta área as edificações não podem ultrapassar dois pavimentos e a taxa de ocupação máxima é de 50%. As áreas dentro da APC que ficam junto à rua que segue na direção oeste são classificadas como ATR - área turístico-residencial, onde há incentivo às atividades voltadas ao turismo, nesta área o caráter comercial do bairro é bastante forte com diversos empreendimentos voltados a serviços e lazer. A ocupação máxima é de 40% do lote e o gabarito também máximo de 2 pavimentos.

6.3.2 Análise visual e estética das edificações

Observando o bairro da Lagoa da Conceição percebe-se que este núcleo dentre os estudados foi o que menos seguiu as orientações da Provisão Régia de 1747. A localização da Igreja sobre uma colina dificultou a organização das edificações em seu entorno direcionando-as para a planície junto à lagoa. Poucas são as construções com valor histórico ou estético que restam no núcleo inicial da Lagoa da Conceição. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição (figuras 67 e 68) localizada na elevação junto à Lagoa da Conceição teve sua planta encaminhada a Portugal, em ofício de 22 de abril de 1751, assinado pelo Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza. É desconhecida a data do início e fim da construção da Igreja, mas sabe-se que, certamente, por volta de 1780, a Igreja foi concluída. Segundo Piazza (1977, p. 59), a planta da Igreja foi desenhada pelo cabode-esquadra Antônio Gonçalves Loureiro. Sua propriedade é da Arquidiocese de Florianópolis localizando-se no alto do morro do Assopra, à Praça Santos Dumont. Ao seu redor encontram-se pequenas residências vizinhas que ainda guardam as características do período de sua construção, muitas delas adaptadas à construções mais recentes. A fachada principal da Igreja de orientação sudoeste tem na sua frente um espaço livre, onde está localizado o adro. A fachada lateral de orientação noroeste limita-se a uma rua que conduz para a casa do vigário e construções vizinhas.

Figuras 67 e 68 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu interior, Lagoa da Conceição.



Fonte: Joel Pacheco, 2013.



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 69- Império (Teatro) do Divino Espírito Santo.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figuras 70 e 71-Cruzeiro e Casa do Vigário, Lagoa da Conceição.



A Igreja apresenta características portuguesas, adaptadas ao modelo colonial simplificado, característico das primeiras igrejas construídas em Santa Catarina. A fachada principal está composta de frontão triangular que marca os traços de uma cobertura em duas águas. Na sua parte central o frontão possui uma base semicircular, de influência barroca, que sustenta as pequenas volutas no centro das quais, se eleva a cruz. A cobertura da torre é feita por uma cúpula, cujo arremate se dá

por um pináculo, de forma piramidal, também conhecido por corruchéu, cujo formato se repete na terminação dos cunhais. Na torre, embaixo da cornija, existe uma seteira que permite a entrada de luz. Em ambos extremos a igreja possui cunhais que ressaltam da parede a silhueta das pilastras. Completando o corpo central está a porta de madeira, com verga em arco ligeiramente abatido, com uma cornija que a protege contra a chuva. Nas laterais da igreja, junto aos beirais do telhado encontramos a beira-seveira, elemento típico da arquitetura portuguesa encontrado também nas construções civis e militares (SOUZA, 1980; DENDIA, 2008). Apesar de ter sofrido diversas modificações ao longo do tempo, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição ainda conserva as características da época de sua construção.

Figura 72- Sobrado ao pé da ladeira que leva à Igreja, Lagoa da Conceição.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 73- Ladeira em pedra que leva à Igreja, Lagoa da Conceição.



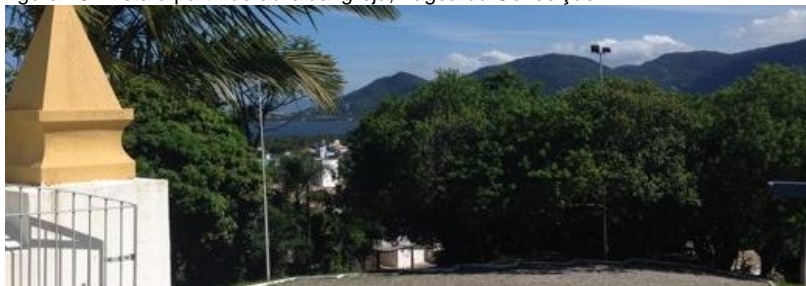
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 74- Conjunto de edificações com valor histórico, Lagoa da Conceição.



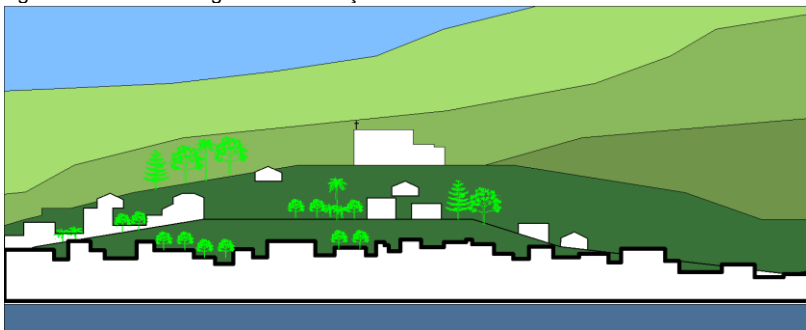
Fonte: Joel Pacheco, 2013.

Figura 75- Vista a partir do adro da igreja, Lagoa da Conceição.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 76- Perfil da Lagoa da Conceição.



Fonte: Autoria própria, 2015.

O núcleo mais significativo para a arquitetura colonial é composta pela Igreja, o Teatro do Divino Espírito Santo (figura 69), o Cruzeiro (figura 70), a antiga casa do Vigário (figura 71) e a ladeira de pedras (figura 73), executada pelos escravos, que dá

acesso ao largo da Igreja e o sobrado (figura 72) que funcionava como delegacia. Todo este conjunto ainda continua preservado.

Outro conjunto significativo (figura 74) encontra-se em uma parte mais baixa do sítio, mas este conjunto apresenta diversas modificações como a inserção de platibandas e elementos neo-clássicos, típicos do período em que a Coroa portuguesa instalou-se no Brasil trazendo o afrancesamento para as edificações (estilo eclético).

A figura 75 traz a vista para a Lagoa da Conceição a partir do adro da Igreja, onde percebe-se que o ajardinamento da praça em frente à Igreja prejudica o contato visual com a lagoa. Nesta imagem também percebe-se que a praça localizada em frente à igreja encontra-se em forte declive, dificultando a visualização deste espaço como praça.

Apesar de haver diversos elementos com caráter colonial e referentes à Provisão Régia, na Lagoa da Conceição pouco percebe-se visualmente desta distribuição espacial. Pode-se analisar, por meio do perfil do terreno (figura 76), que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localiza-se em um plano mais ao fundo e mais alto e ainda assim sobressai-se na paisagem. Mesmo com a massa edificada junto ao nível da lagoa, a igreja e outras edificações podem ser avistadas a partir de diversos locais dentro do bairro. Este conjunto, ainda que com pouca proximidade, cria relações visuais de unidade dentro da APC.

6.4 QUADRO SÍNTESE

Para uma melhor compreensão e aprofundamento dos elementos analisados elaborou-se um quadro síntese (Quadro 1) onde estão destacadas as semelhanças e diferenças morfológicas e visuais entre os núcleos.

São apresentados os aspectos físicos, os elementos definidos pela Provisão Régia, as edificações e a legislação. Os elementos de leitura morfológica, baseado nos itens apontados por Lamas e a análise estética da APC também são avaliados para interpretação da ambiência urbana e qualidade visual da paisagem.



Após estas leituras procede-se às conclusões finais com as principais características dos núcleos do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição.

			
NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
DATA FUNDAÇÃO DA FREGUESIA	11/07/1809	27/4/1750	19/6/1750
ANO DE INAUGURAÇÃO DA IGREJA	1806	cerca de 1756	cerca de 1780
TOMBAMENTO MUNICIPAL DA IGREJA - DECRETO	1341/75	1341/75	1341/75
TOMBAMENTO ESTADUAL DA IGREJA - DECRETO	196/94	196/94	2998/98
1 ASPECTOS FÍSICOS			
LOCALIZAÇÃO	Baía Sul	Baía Norte	Interior da ilha junto à lagoa da Conceição
DISTÂNCIA DO CENTRO	21 km	16 km	13 km
ÁREA TOTAL DO BAIRRO	51,54 km ²	22,50 km ²	55,28 km ²
POPULAÇÃO	20.392	6.842	9.849
ÁREA APC	0,42 km ²	0,06 km ²	0,19 km ²
ORIENTAÇÃO SOLAR DA IGREJA	Oeste, direcionada para a baía	Sudoeste, direcionada para a baía	Sudoeste, voltada para quem vem por terra

			
NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
ELEVAÇÃO TOPOGRÁFICA COMO PANO DE FUNDO	Sim, vegetação preservada	Sim, vegetação preservada	Sim, mas com interferências
ACESSO VISÍVEL PELA VIA PRINCIPAL	Sim, a via principal passa em frente à Praça	Sim, a via principal passa entre a Praça e a Igreja	Não, a via principal de acesso passa em nível de terreno bem abaixo do conjunto
PORTO NATURAL	Sim, nas proximidades	Sim, nas proximidades	Não
2 ELEMENTOS DE ACORDO COM A PROVISÃO RÉGIA DE 1747			
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DIMENSIONAIS	Aproximadas, pois as dimensões do espaço não comportam as dimensões sugeridas pela Provisão	Aproximadas, pois as dimensões do espaço não comportam as dimensões sugeridas pela Provisão	Aproximadas, pois as dimensões do espaço não comportam as dimensões sugeridas pela Provisão
DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO	Sim, caracteriza o espaço colonial	Sim, caracteriza o espaço colonial	Sim, caracteriza o espaço colonial
IGREJA	Sim	Sim	Sim
ADRO	Sim	Sim	Sim
CRUZEIRO	Sim	Não	Sim
PRAÇA	Ortogonal - retangular	Ortogonal - quadrada	Triangular

			
NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
CEMITÉRIO	Sim	Sim	Sim
TEATRO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	Sim	Não	Sim
QUADRAS COLONIAIS	4 quadras	5 quadras	2 quadras
CALÇAMENT O ORIGINAL EM PEDRAS	Eliminado na década de 1970	Preservado na Praça Roldão da Rocha Pires	Preservado na ladeira de acesso à igreja
3 EDIFICAÇÕES			
CONJUNTO URBANO	Diversos grupos de edificações coloniais	Poucos grupos de edificações coloniais misturados à edificações mais recentes	Não possui conjunto em sequencia
EDIFICAÇÕES COLONIAIS	Aproximadamente 45 edificações dentro da APC	Total de 12 edificações com valor histórico dentro da APC	Aproximadamente 11 edificações isoladas
EDIFICAÇÕES RECENTES	Integradas aos conjuntos	Integradas aos conjuntos	Dominam o conjunto de edificações
USOS PRINCIPAIS	Residencial / comercial (gastronomia)	Comercial (gastronomia) / residencial	Residencial / comercial

				
	NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
4	LEGISLAÇÃO			
ÁREA EM TORNO DA IGREJA	ARP	AMC	ARP	
GABARITO	2 pavimentos	2 pavimentos	2 pavimentos	
TAXA DE OCUPAÇÃO	50%	40%	50%	
A APC PROTEGE A PAISAGEM	Sim, pois abrange a maioria das edificações com valor histórico e o relevo atrás da Igreja	Não, pois não inclui o relevo atrás da Igreja, somente parte das quadras coloniais	Sim, pois abrange as poucas edificações com valor histórico e o relevo atrás da Igreja	
5 LEITURA DOS ELEMENTOS ESPAÇO SEGUNDO LAMAS (DENTRO APC)				
SOLO / PAVIMENTO	Active suave	Active suave	Active acentuado	
EDIFÍCIO	Predominantemente colonial / volumetria semelhante	Volumetria semelhante	Volumetria diversa	
LOTE	Maioria lotes coloniais pequena fachada, maior profundidade	Maioria lotes coloniais pequena fachada, maior profundidade	Parcelamento de glebas de terras	
QUARTEIRÃO	Quarteirão colonial domina a paisagem	Quarteirão colonial domina a paisagem	Quarteirão colonial não é percebido	
FACHADA (FORMA)	Semelhanças entre os volumes	Semelhanças entre os volumes	Diversificadas	

			
NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
TRAÇADO / RUA	A topografia mais plana permitiu ocupação em quadras próximo à igreja e linear no restante do sítio	A topografia direcionou as quadras para um dos lados da praça	A topografia acidentada não permitiu a divisão em quadras regulares
PRAÇA	Colonial	Colonial	Colonial
MONUMENTOS	Igreja	Igreja	Igreja
VEGETAÇÃO	Interfere na paisagem colonial	Interfere na paisagem colonial	Interfere na paisagem colonial
MOBILIÁRIO E INFRAESTRUTURA URBANA	A rede elétrica interfere na paisagem. A vegetação na praça dificulta a visualização da igreja	A rede elétrica e os pontos de ônibus interferem na paisagem. A vegetação na praça impede o contato direto da Igreja com o mar	A vegetação na praça interfere na visualização da igreja
6 ANÁLISE ESTÉTICA APC			
COMPOSIÇÃO	Ordem no conjunto	Ordem no conjunto	Sem ordem percebida
COMPLEXIDADE VISUAL DO CONJUNTO PRINCIPAL - MONUMENTO	Percepção positiva	Percepção positiva	Percepção positiva

			
NÚCLEO INICIAL	RIBEIRÃO DA ILHA	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	LAGOA DA CONCEIÇÃO
COMPLEXIDADE DE VISUAL DO ENTORNO	Percepção positiva / entorno não interfere no conjunto	Percepção positiva / entorno não interfere no conjunto	Percepção negativa / entorno não contribui para o conjunto
ATRAI ATENÇÃO DO OBSERVADOR	Sim, o conjunto de edificações é bastante relevante e pitoresco	Sim, a volumetria das edificações mantém a ambiência da paisagem	A igreja e as edificações do entorno são relevantes, mas as demais edificações não fazem parte do conjunto

Baía do Ribeirão da Ilha.



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formações urbanas dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição consolidam as características da ocupação da Coroa Portuguesa, que tinha o objetivo de garantir a posse e a exploração dos territórios conquistados durante a fase colonial. A influência portuguesa na estrutura do traçado urbanos das cidades brasileiras refletiu-se na escolha dos sítios e no respeito ao relevo, nas linhas naturais do território tornando-se eixos estruturantes dos núcleos urbanos, nos pontos mais elevados como locais selecionados para a implantação de edifícios notáveis, na construção de praças associadas a estes edifícios que também transformaram-se em articulação das vias principais. O papel da Igreja Católica foi fundamental, pois destacou-se e determinou a formação das cidades e vilas e suas paisagens. Todos estes aspectos podem ser observados na formação dos núcleos iniciais da Ilha de Santa Catarina.

Em todos os núcleos estudados, a configuração do traçado urbano inicial também levou em consideração a proximidade de pontos de atracadouro para as embarcações que faziam a comunicação com outros núcleos e outras cidades. Neste trabalho os portos não estão em evidência por se tratar de locais fora da abrangência das APC, que foi o foco da pesquisa, mas eles sempre farão parte do conjunto urbano pelo significado de comunicação que sempre tiveram.

Na Lagoa da Conceição o primeiro aspecto que nota-se é sua posição em local com características topográficas diferentes dos outros locais, mas ainda mantendo a paisagem da elevação do terreno atrás da igreja. A possibilidade de uma ocupação na Lagoa durante o povoamento vicentista é bastante grande, já que noticia-se a doação de sesmarias para Francisco Dias Velho, no século XVII, quando da ocupação da Vila Capital pelo fundador. Isto também fica evidente na forma de ocupação do sítio, pois segundo os estudos feitos sobre o início das cidades no Brasil, o primeiro momento de urbanização ocorre no século XVI, época da fundação da primeira capital brasileira: Salvador, quando as cidades possuíam uma configuração nos moldes do urbanismo medieval, divididas em cidade alta e cidade baixa. Na cidade alta ficavam os edifícios notáveis e na cidade baixa estavam as atividades de comércio. Isto parece ocorrer na Lagoa da

Conceição, pois a facilidade ao acesso à Igreja não foi aparentemente um item escolhido pelos colonizadores. Em Santo Antônio e no Ribeirão, as razões da escolha dos sítios parecem bastante evidentes, já que encontravam-se em baías propícias à instalação de portos e atracadouros, mesmo que estes não se encontrem tão próximos às praças e Igrejas. Estes dois sítios também são muito mais planos e as tentativas de configuração da malha urbana de forma regular ficam evidentes, pois as quadras coloniais mostram-se bastante próximas às orientações da Coroa Portuguesa e compatíveis com as tendências de simplificação do traçado urbano pelos engenheiros militares.

Os núcleos estudados possuem características significativas para que se configurem como áreas de preservação cultural (APC) dentro da Ilha de Santa Catarina. Estas APC ainda guardam as características básicas do plano urbano determinado pela Provisão Régia de 1747 como a configuração colonial das quadras próximas às igrejas e as edificações localizadas de forma linear nos caminhos que faziam a ligação com outros núcleos do passado. As dimensões das áreas de preservação cultural (APC) levam em consideração a localização das edificações de valor histórico e outros elementos significativos como o relevo do entorno e possíveis interferências que possam obstruir a visualização dos conjuntos. Neste sentido observa-se que a área demarcada no núcleo de Santo Antônio de Lisboa possui dimensões menores em relação às demais, o que poderia ser revisto pelo poder público, para a preservação do entorno da Igreja e Praça, já que o bairro possui crescimento populacional acelerado e corre-se o risco de comprometer a estrutura colonial inicial e a paisagem formada pelas edificações e a natureza.

Os mapas elaborados trouxeram evidências na configuração urbanística com características das cidades portuguesas da época. São percebidos em todos os núcleos estudados os traçados coloniais baseados na Provisão Régia. Também ficam evidentes que as ocupações posteriores a esta primeira implantação territorial não seguem o padrão colonial nas dimensões das quadras e terrenos que ficam próximos às igrejas e praças. O padrão urbano de configuração de igreja, praça, cemitério e teatro (império) do Divino é identificado como forte referência para a caracterização da historicidade dos núcleos. A identificação da arquitetura como patrimônio material e imaterial a torna um monumento, um ponto de referência no espaço

urbano criando sensação de pertencimento, como definido por Kevin Lynch.

Os mapas de cheios e vazios demonstram que, nos núcleos do Ribeirão da Ilha e de Santo Antônio de Lisboa, a concentração de edificações ocorre de forma mais intensa nas pequenas quadras coloniais. O núcleo inicial da Lagoa da Conceição possui configuração diferente dos demais e a topografia, que é fator determinante na implantação do traçado urbano, direcionou a ocupação para as áreas mais planas do sítio. O núcleo inicial do Ribeirão da Ilha possui a melhor adequação à legislação de 1747, mesmo sendo o de fundação mais recente. Em Santo Antônio de Lisboa percebe-se que por causa da topografia a ocupação foi somente para um dos lados da Praça. A Lagoa da Conceição possui a mais diversa forma de ocupação dos três núcleos, com a Igreja localizada no interior da Ilha e não em uma de suas baías, o que também tornou mais difícil a manutenção das quadras coloniais. Apesar de suas peculiaridades, uma questão que pode ser verificada em todos os núcleos é que os traçados urbanos iniciais não sofreram alterações desde sua implantação, colaborando para a manutenção da ambiência urbana.

A legislação aplicada anteriormente às áreas estudadas (Plano Diretor dos Balneário (Lei 2193/85) permitiu a descaracterização de diversas edificações, devido à falta de fiscalização e conscientização dos proprietários, o que ocasionou a perda de grandes possibilidades de registro das edificações presentes nos núcleos, principalmente na Lagoa da Conceição e em Santo Antônio de Lisboa, onde os conjuntos urbanos encontram-se mais dispersos.

O traçado urbano em todos os núcleos iniciais mostra-se compatível com as dimensões de lotes coloniais de pequena fachada e grande profundidade e sua disposição apresenta-se conforme o planejamento em vigor no século XVIII. As ruas estreitas com as edificações antigas dispostas no alinhamento frontal do terreno, bem como a volumetria em escala humana colaboram para evidenciar as características históricas e a identidade dos locais. As edificações construídas posteriormente ou as transformadas, ainda que com características de outros momentos históricos, mantêm esta volumetria e não interferem na paisagem na maioria dos casos. As edificações que possuem elementos de valor histórico, em todos os sítios, influenciam as

construções posteriores e apesar de, na maioria dos casos, apresentarem-se em menor número, possuem forte caráter colonial, trazendo valor histórico para os núcleos iniciais.

Os usos dos espaços da maioria das edificações mais antigas foram modificados de sua atividade original, pois com a vocação turística, as localidades apresentadas têm atraído restaurantes, comércios variados, casas de artesanato e associações comunitárias. Isto pode colaborar com a preservação destas edificações enquanto registro e manutenção da memória. No Ribeirão da Ilha, que guarda o maior acervo de edificações preservadas e conjuntos urbanos, observa-se que o uso residencial é predominante e isto justifica-se pois o Ribeirão foi uma comunidade sempre muito distante do Centro da cidade e com dificuldades de acesso, o que colaborou para a conservação das edificações. A paisagem do Ribeirão da Ilha merece uma legislação mais enfática, na medida em que encontra-se pontualmente algumas tentativas de imitação da arquitetura luso-brasileira através de fachadas cenográficas e acaba por confundir o visitante. Em Santo Antônio de Lisboa a maioria das edificações preservadas possuem atualmente uso comercial, normalmente voltado à gastronomia. Percebe-se que o caráter histórico dos núcleos valoriza o comércio local e atrai visitantes. A Prefeitura Municipal incentiva a economia destes locais com projetos como a Rota Gastronômica do Sol Poente¹⁴, que inclui Santo Antônio de Lisboa, revelando para o turista um roteiro além do tradicional movimento às praias da Ilha de Santa Catarina. A Lagoa é o sítio que possui maiores ameaças à sua paisagem, pois existem diversas edificações, que apesar de terem sido em parte preservadas, fazem parte de edificações mais modernas, sendo muitas vezes descaracterizadas.

Sob a ótica da percepção urbana pode-se afirmar que os núcleos estudados constituem-se como referências visuais para toda a cidade de Florianópolis. Segundo os conceitos de Lynch, as Igrejas estabelecem-se como marcos na paisagem, trazendo identidade com suas características do período colonizador, estrutura em seus arranjos espaciais formados pela ambiência junto com a praça e ruas próximas, e significado pela sensação de pertencimento do espaço à história da formação do Brasil.

¹⁴ Região de Florianópolis que inicia em Cacupé, passa por Santo Antônio de Lisboa e vai até Sambaqui (ver Apêndice A).

A arquitetura luso-brasileira possui características que a tornam referência para esta ambiência do período colonial brasileiro. As edificações construídas em fita e em lotes com dimensões frontais reduzidas, a homogeneidade no ritmo nas aberturas, as ruas quase sem passeio e os conjuntos urbanos provocam reações positivas devido à consistência formal existente entre eles. A ordem formada pelos elementos e pelas edificações produz estímulos sensoriais qualificando a paisagem urbana de forma positiva.

Os perfis dos terrenos apresentam as diferenças na linearidade entre os sítios do Ribeirão e Santo Antônio em relação ao sítio da Lagoa da Conceição. Enquanto nos dois primeiros fica evidente que a ocupação está determinada pelo relevo e a Igreja, mesmo estando no primeiro plano junto com as demais edificações, apresenta força vertical, na Lagoa a massa edificada cria uma separação volumétrica mas não afeta o campo visual da Igreja a partir de certa distância. Em todos os casos, o relevo com a vegetação atrás das Igrejas cria um emolduramento visual dos monumentos, ressaltando sua importância para o núcleo inicial. Esse relevo já está protegido no caso do Ribeirão da Ilha e na Lagoa da Conceição. Em Santo Antônio de Lisboa, a área de abrangência da proteção da APC é muito próxima à Igreja e se não houver cuidado especial com isto, o sítio corre o risco de receber edificações que podem afetar a paisagem.

Em todos os sítios ainda existe um fator primordial para a preservação do local: os costumes e tradições dos antigos colonizadores portugueses. A pesca, o artesanato em cerâmica, a agricultura doméstica, a fabricação de aguardente e farinha de mandioca, os festejos do Divino, Terno de Reis, Boi-de-mamão, todos são costumes passados de geração em geração, para que não se percam no tempo e que permanecem vivos, garantindo a conexão com o passado. Preservar os costumes é importante e preservar os sinais da ocupação humana torna-se imprescindível para que possamos compreender a forma da cidade que encontramos atualmente.

As iniciativas de preservação das edificações antigas são bastante recentes na Ilha de Santa Catarina, somente a partir do final do século XX pode-se observar a preocupação com o resgate e manutenção do patrimônio natural, material e imaterial. Programas de modernização das cidades a partir da década de

1950 no Brasil, colaboraram para que o Patrimônio ficasse em segundo plano, já que a intenção de renovação era a política urbana predominante na época. O turismo pode ser um fator de relevância na preservação das edificações, pois a população local passa a valorizar seu patrimônio e costumes antigos, mas deve-se ficar atento à especulação imobiliária como efeito negativo. O retorno da economia para os moradores incentiva as comunidades a reformar e manter seu patrimônio, conscientizando-os que o progresso pode ser obtido através da preservação. O referencial cultural gera um desenvolvimento econômico para as comunidades e estas percebem este aspecto e procuram mantê-lo. Ainda há um longo trabalho para que os núcleos iniciais mantenham-se preservados devido às dificuldades e limitações impostas pela legislação e pela economia, mas o caminho está trilhado e deve ser mantido.

Baía de Santo António de Lisboa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
GLOSSÁRIO
APÊNDICE
ANEXO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREOTTI, Giulianna. O senso ético e estético da paisagem. In : **RA'E GA** n.24, Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 5-17.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. In : **RA'E GA**, n.8. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 141-152.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BOBEK, Hans; SCHMITUSEN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 75-83.
- BRASIL, Santa Catarina, Florianópolis. Lei n. 2193/85 de 03 de janeiro de 1985. Plano Diretor dos Balneários. Florianópolis, SC.
- BRASIL, Santa Catarina, Florianópolis. Lei n. 001/97 de 18 de fevereiro de 1997. Plano Diretor do Distrito Sede. Florianópolis, SC.
- BRASIL, Santa Catarina, Florianópolis. Lei complementar n. 482/14 de 17 de janeiro de 2014. Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis, SC.
- BROOS, Hans. **Construções antigas em Santa Catarina**. Blumenau: Cultura em Movimento; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- BUENO, Ayrton P. **Patrimônio Paisagístico e Turismo na Ilha de Santa Catarina: A premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística**. Tese de doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2006.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Fapesp, 2011.
- CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos: contribuição ao estudo do povoamento e evolução econômica e social de Santa Catarina. In: FONTES, Henrique da S. (org.) Congresso de História Catarinense, 1., **Anais...** v.2. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

_____. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: PNE-SE, 1968.

DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, cidade real. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de, (orgs). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: UFSCar, 1996. p. 3-22.

DENDIA, Ruth C. S. **Igrejas tombadas do século XVIII em Florianópolis.** Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFSC, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

ELY, Vera Helena Moro Bins; ALMEIDA, Maristela Moraes de; UAILA, Khiusha Kiener; CAVALCANTE, Lis Moreira; FLAUSINO, Rosivaldo. **A habitação no período colonial: um estudo comparativo entre Maputo, Moçambique e Florianópolis, Brasil.** Florianópolis: PET/ARQ/UFSC, 2010. Revista eletrônica, disponível

em:<http://issuu.com/petarqufsc/docs/pesquisa_mocambique>.

Acesso em 10/03/2015.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. **A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX.** Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2010.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira.** Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

GOOGLE EARTH. [Recorte de imagens de satélite disponibilizadas pelo aplicativo]. Google™, 2009. Disponível em:<<http://earth.google.com/>>. Acesso em 12/02/2015.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Carta de Bagé**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Paisagem Cultural**. Portaria n. 127. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Uma narrativa da Paisagem. In: **Revista Paisagem e Ambiente: Ensaio**, n.28. São Paulo: Ed. USP, 2011.

LE MOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. 2ª ed.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1960.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: EdUSP, 1980.

PACHECO, Joel. **Arquitetura e paisagem: Florianópolis e Açores**. Florianópolis: Ed. do autor, 2013.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: UDESC, 1973.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul metropolitana de Belo Horizonte. Tese de doutorado, FAU-USP. São Paulo. 2004.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela; FAQUINELLI, Luciane R.; ALVES, Raphaela de Souza. A Contribuição da Escola inglesa de Morfologia Urbana. In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; SILVA NETO, Waldemar Joaquim. **Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PESSOTTI, Luciene, Patrimônio ambiental urbano de Vitória: Inventário e reflexões acerca das rupturas e permanências

coloniais na contemporaneidade. In: PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Porto (orgs.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD editora, 2011.

PIAZZA, Walter F. **A Igreja em Santa Catarina: notas para sua história**. Florianópolis: Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

_____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

REIS, Almir F. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

REIS, Antônio T.; LAY, Maria Cristina D.. Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva. In: **Revista Ambiente Construído**, Porto alegre, v.6, n.3, 2006.

REIS, Antônio T. da L.; BIAVATTI, Camila D.; PEREIRA, Maria L. Estética urbana: uma análise através das ideias de ordem, estímulo visual, valor histórico e familiaridade. In: **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.11, n.4, 2011.

_____. Composição arquitetônica e qualidade estética. In: **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.14, n.1, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora: EdUSP, 1968.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978. 4ª ed.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RISÉRIO, Antônio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

RODRIGUES, Miriam Sartori. **A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 2ª ed.

SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz ; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela ; TÂNGARI, Vera Regina. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. In: **Paisagem e Ambiente**, n. 26, USP, São Paulo, 2009.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SOARES, Iaponan. **Santo Antônio de Lisboa: vida e memória**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença portuguesa na Ilha de Santa Catarina- séc XVIII e XIX**. Dissertação do curso de pós-graduação em História- UFSC, 1980.

TARDIN, Raquel. Ordenação sistêmica da paisagem. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Simpósios - **Trabalhos completos**. Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Manoel C. Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas. In: PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Porto (org.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD editora, 2011.

_____. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Ed. UNESP : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina - A Ilha**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual**. Florianópolis: FCC Ed./Ed. UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da; PACHECO, Joel; TEIXEIRA, Maria de Fátima. **Ribeirão da Ilha: patrimônio histórico e arquitetônico**.

Trabalho de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória urbana.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

YUNES, Gilberto S. Uma ilha de paisagens culturais e espaços museográficos. In: CASTELLS, Alicia N. G.; NARDI, Leticia (org.). **Patrimônio Cultural e cidade contemporânea.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

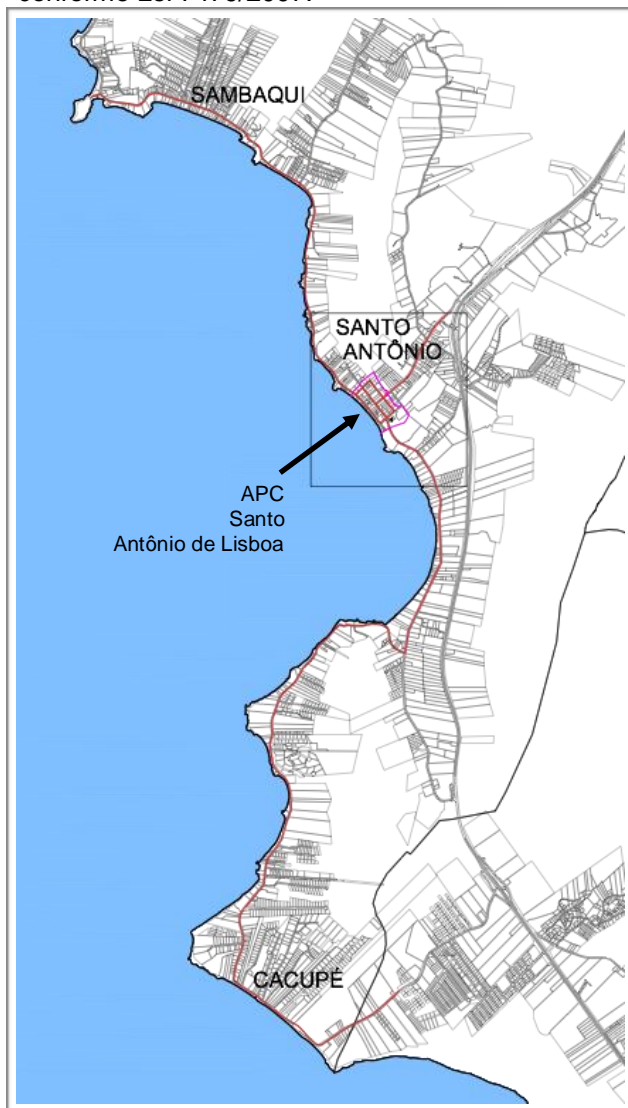
GLOSSÁRIO

- Adro: pequena área cercada em frente à porta da Igreja.
- Arco abatido: arco de forma achatada.
- Balaustradas: peça ornamental usada como fechamento de muros.
- Beira-seveira: detalhe no encontro da parede com o beiral do telhado
- Cantaria: pedras brutas entalhadas (lavradas).
- Cimalhas: molduras (saliências) na parede ou para assentar o beiral do telhado.
- Contraforte: pilar de alvenaria que reforça um muro ou parede.
- Cornija: moldura que serve de arremate superior.
- Corruchéu: arremate em forma piramidal.
- Cunhal: ângulo saliente formado por duas paredes.
- Cúpula: abóbada na parte superior de uma construção.
- Frontão: arremate superior na fachada de edifícios de forma triangular.
- Guilhotina: janela em que seus caixilhos se movimentam verticalmente.
- Pilastras: saliências na parede representando colunas.
- Pináculo: ponto mais alto de um lugar ou objeto.
- Platibanda: Faixa (muro ou grade) na parte superior do edifício que esconde o telhado.
- Pombinha (ou peito de pombo): proeminência nos ângulos do telhado, usada no beiral ou na cumeeira.
- Portada: porta grande com ornamentos.
- Seteira: frestas nas paredes de uma edificação que servem para deixar passar a luz.
- Sobreverga: peça ornamental colocada sobre a verga de portas e janelas.
- Verga: Peça colocada horizontalmente no vão superior de portas ou janelas.
- Volutas: ornamentos em forma de espiral.

APÊNDICE A

Rota Gastronômica do Sol Poente

Com destaque em vermelho a Rota Gastronômica do Sol Poente, conforme Lei 7479/2007.

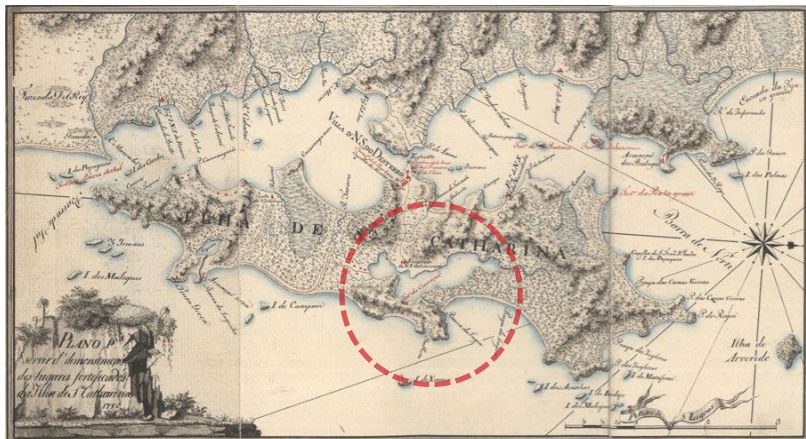


Elaborado pela autora, 2015.

ANEXO A

Mapa das Fortificações da Ilha de Santa Catarina

Mapa da Ilha de Santa Catarina
Elaborado por José Correia Rangel em 1786.



Fonte: fortalezas.org
Disponível em <http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=14>
Acesso em 12/08/2014.

Neste mapa, elaborado para fazer um levantamento das fortificações existentes na Ilha de Santa Catarina em 1786, encontra-se destacado em vermelho a localização da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição na Lagoa de mesmo nome ao centro do mapa.